



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
E CONTEMPORANEIDADE

STELINA MOREIRA DE VASCONCELOS NETA

MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS DO/NO CAMPO E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO
DO COITÉ - BA

Salvador – Bahia

2015

STELINA MOREIRA DE VASCONCELOS NETA

**MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS DO/NO CAMPO E SUAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO
DO COITÉ - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes.

Salvador – Bahia

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Vasconcelos Neta, Stelina Moreira de

Movimentos sociais do/no campo e suas práticas educativas no município de Conceição do Coité-BA / Stelina Moreira de Vasconcelos Neta . – Salvador, 2015. 184f.

Orientador: Eduardo José Fernandes Nunes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Campus I.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Movimentos sociais. 2. Camponeses - Educação - Conceição do Coité (BA). 3. Bahia - Condições rurais. 4. Prática de ensino. 5. Escolas rurais. I. Nunes, Eduardo José Fernandes. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

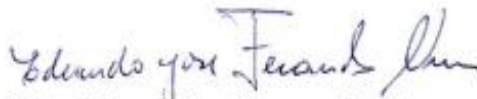
CDD: 370.19346

FOLHA DE APROVAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS DO/NO CAMPO E SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA

STELINA MOREIRA DE VASCONCELOS NETA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 29 de abril de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha



Profa. Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Educação
Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil



Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas (MARX, 1995).

Dedico este trabalho a todos os camponeses mortos no enfrentamento com o latifúndio/burguesia, a todos que vivem embaixo da lona e permanecem lutando por um pedaço de terra, sem render-se ao capital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Ednalva Viana de Vasconcelos e Hermenito Moreira de Vasconcelos pela educação concedida e por apostarem em meus sonhos, mesmo não tendo condições de investir neles, sempre me incentivaram a não desistir diante das dificuldades. Ao mesmo instante que me orgulho em ser filha de agricultores familiares, que retiram da terra o seu sustento.

Sou grata por encontrar uma nova família em Salvador, a qual me acolheu e nos momentos das intempéries abrigou-me, sem vocês não teria conseguido sobrepor as tempestades e chegar ao final dessa jornada. Luciana Moura Araújo, obrigada por existir em minha vida, ser o meu abrigo e porto seguro sempre, o seu apoio, estímulo foram/são essenciais para continuar e conquistar esse degrau (infelizmente as palavras são insuficientes para agradecê-la).

A Auta Amélia e Lia Moura pela adoção, amizade e por serem minha família em Salvador, agradeço a Sandra Amim, pela amizade, incentivo e diálogos sobre a agricultura familiar, os quais ampliaram a minha visão sobre o campesinato.

Ao meu orientador Eduardo Nunes, pela paciência e autonomia concedida no processo, a liberdade de escolha para os referenciais teóricos e por acreditar na minha capacidade de realizar esse trabalho. A compreensão nos momentos de turbulências e problemas de saúde. Suas palavras de incentivo conduziram-me a confiar na minha competência, agradeço por indicar-me o Território de Identidade do Sisal e pela participação no Observatório de Educação de Jovens e Adultos-OBEJA.

A professora Sandra Marinho, com você aprendo continuamente e me espelho, no caráter, compromisso com a educação, militância e luta por uma sociedade igualitária. Não tenho palavras para agradecer à atenção, os diálogos, indicações de leitura, livros emprestados, devolução de texto e a amizade construída. Obrigada por apresentar-me a essência do Marxismo, o Partido Operário Revolucionário, aceitar o convite em fazer parte da minha banca, esse nosso contato e estudos tem contribuído imensamente na mudança de postura, construção da minha identidade profissional e pessoal.

A todos os professores que passaram em minha vida, cada um contribuiu com a minha formação, em especial aos docentes da minha graduação e os do programa

de pós-graduação. Em especial a professora Tânia Hetkowski pelas contribuições na qualificação, na sala de aula, os incentivos a ir sempre além das possibilidades, a Antônio Dias, Jane Paiva, Cesar Leiro, Avelar, pelas contribuições no decorrer das disciplinas.

Em especial a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar- SINTRAF, pelo acolhimento, informações, por ter liberado o espaço para a realização do estudo. Agradeço a Alivan, Eliana, Hilda, Urbano, Gilcimar, Sheila, Rute, Luzia, Paulinho, (Luzinete e Eliene, sempre cuidadosas e receptivas), aos coordenadores de base e a toda equipe. Flaviano, sem suas contribuições esse trabalho não teria essas riquezas de informações, relatos históricos e fotografias. Obrigada por conduzir-me e apresentar o assentamento de Nova Palmares.

Aos assentados de Nova Palmares, que prontamente aceitaram a fazer parte deste estudo, a luta de vocês me motivou e inspirou a fazer o melhor nesse trabalho. Obrigada por contar-me suas histórias, desafios e conquistas.

Ao grupo de pesquisa Teoria Social e o Projeto Político Pedagógico, Marcos Cesar, Lilian, Raidalva, Jorge, Igor, Josilda, Ricardo e ao OBEJA, nas pessoas de Sarah, Katiuscia, Edinizia, Paulo, Michele, as discussões no grupo, as indicações de materiais, obrigada pelas contribuições no texto e na construção do saber, essa caminhada, orientada por Eduardo, me permitiu visualizar e aprender muito com cada um de vocês. Edite, obrigada por ceder sua tese para que eu pudesse compreender sobre o Território do Sisal e através dela e dos seus relatos pude conhecer o assentamento de Nova Palmares.

Aos meus colegas de mestrado, agradeço a possibilidade de tê-los conhecido e a amizade construída no processo, muitas vezes doloroso, mas juntos conseguimos superar as adversidades e vencer.

Aos funcionários do PPGEduC, em especial agradeço a Sônia e a Ney pela atenção e presteza em cada solicitação.

A família Lira, nas pessoas de Cláudia, Vanessa e Beatriz, obrigada pela confiança, amizade e abrigo quando cheguei a Salvador. Vocês são muito especiais em minha vida, agradeço imensamente por tudo que fizeram por mim.

Aos meus discentes que me incentivam sempre a lutar pela concretização dos sonhos e a todos que de alguma forma contribuíram direta e indiretamente para a realização desse estudo.

RESUMO

O estudo teve como propósito analisar as práticas educativas dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no processo de politização e emancipação dos agricultores familiares militantes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF de conceição do Coité – BA. O universo da pesquisa foram as práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento Social/sindical de/no campo no Território do Sisal – BA. A coleta dos dados se deu por intermédio de entrevistas com os representantes das secretarias do SINTRAF, responsáveis diretamente pelas práticas educativas, coordenadores de bases e 8 agricultores familiares residentes no Projeto de Assentamento de Nova Palmares e da observação participante. A teoria do conhecimento foi norteadora pelo método do materialismo histórico dialético. Na análise das entrevistas foi referenciada por autores como Marx (1980, 2000, 2001), Engels (1980, 2001), Fernandes (1996, 2000, 2001 e 2002), Stédile (2006) e Druck (2006). Os resultados da pesquisa apontam para as contradições existentes nas práticas educativas desenvolvidas no SINTRAF, que não tem conduzido a elevação da consciência política dos seus membros e indicaram o atrelamento do movimento social/sindical com o Estado, interferindo assim, no processo de lutas e de identidade que estes movimentos se constituíram no decorrer da sua história.

Palavras-chave: Movimentos sociais/sindicais do/no campo, práticas educativas e agricultura familiar.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the educational practices of social / labor movements of / in the field in the process of politicization and empowerment of family farmers militants of the Union of Workers of Family Agriculture - SINTRAF conception of the Coité - BA. The research universe was the educational practices developed by the Social Movement / union of / in the field in the Territory of Sisal - BA. Data collection occurred through interviews with representatives of SINTRAF secretariats, responsible directly by the educational practices, bases coordinators and 8 family farmers resident in Settlement Project New Palmares and participant observation. The theory of knowledge was guiding through the dialectical historical materialism method. In the analysis of the interviews it was referenced by authors such as Marx (1980, 2000, 2001), Engels (1980, 2001), Fernandes (1996, 2000, 2001 and 2002), Stédile (2006) and Druck (2006). The survey results point to the contradictions in the educational practices developed in SINTRAF, which has not led to political consciousness elevation of its members and indicated the linkage of social / labor movement with the state, thus interfering in the process of struggle and identity that these movements were formed in the course of its history.

Keywords: social / trade union movements of / in the field, educational practices and family farming

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar las prácticas educativas de los movimientos sociales / laborales de / en el campo en el proceso de politización y el empoderamiento de los agricultores familiares de militantes de la Unión de Trabajadores de la Agricultura Familiar - SINTRAF concepción del Coité - BA. El universo de investigación fue las prácticas educativas desarrolladas por el Movimiento Social / unión de / en el campo en el territorio de Sisal - BA. La recolección de datos ocurrió a través de entrevistas con representantes de las secretarías SINTRAF, responsables directamente por las prácticas educativas, bases coordinadores y los agricultores 8 familia residente en Liquidación del Proyecto Nuevos Palmares y la observación participante. La teoría del conocimiento estaba guiando a través del método del materialismo histórico dialéctico. En el análisis de las entrevistas que se hace referencia por autores como Marx (1980, 2000, 2001), Engels (1980, 2001), Fernandes (1996, 2000, 2001 y 2002), Stédile (2006) y Druck (2006). Los resultados de la encuesta apuntan a las contradicciones en las prácticas educativas desarrolladas en SINTRAF, que no ha dado lugar a la elevación de conciencia política de sus miembros e indicados la vinculación de movimiento social / laboral con el Estado, lo que interfiere en el proceso de lucha y identidad que estos movimientos se formaron en el curso de su historia.

Palabras clave: movimientos sociales / laborales de en el campo, prácticas / educación y la agricultura familiar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AF	Agricultura Familiar
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ASA	Articulação no Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CESI	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados Quilombolas
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores
COOAFES	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEC	Departamento de Educação do Campo
DIREC	Diretoria Regional de Educação
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FATRES	Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GRH	Gestão de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MIRAD	Ministério da Reforma do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento do Sem Terra
MUC	Movimento de Unificação Camponesa
OBEJA	Observatório de Educação de Jovens e Adultos
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAA	Políticas Agrícolas e Agrárias
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PJ	Políticas para a Juventude
PM	Políticas para as Mulheres
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POR	Partido Operário Revolucionário
PP	Partido Progressista
PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Coité
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TI	Território de Identidade
TOPA	Todos Pela Alfabetização
UDR	União Democrática Ruralista
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES	União de Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Categorias de discussão	27
Figura 2:	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	29
Figura 3:	Etapas da pesquisa de campo	30
Figura 4:	Influências da Revolução Russa no Brasil	38
Figura 5:	Movimentos Sociais do/no Campo Presentes no Território de Identidade do Sisal	58
Figura 6:	Localização de Conceição do Coité	62
Figura 7:	Inauguração da nova sede do SINTRAF	68
Figura 8:	Reivindicação pelos direitos trabalhistas	69
Figura 9:	Entidades Parceiras do SINTRAF	70
Figura 10:	Mapa de localização do Assentamento de Nova Palmares	72
Figura 11:	Comercialização do sisal em Nova Palmares	102
Figura 12:	Produção de polpas	104
Figura 13:	Estrutura do Assentamento de Nova Palmares	107
Figura 14:	Moradia dos trabalhadores na ocupação	109
Figura 15:	Moradias do assentamento de Nova Palmares, Rua 12 de Janeiro	110
Figura 16:	Rua 12 de Janeiro, principal rua do assentamento de Nova Palmares	113
Figura 17:	Assembleia do SINTRAF	124
Figura 18:	Sala da Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias, onde se vê a fotografia ex-presidente Lula	131
Figura 19:	A recepção do SINTRAF, onde se vê a fotografia do ex-governador da Bahia, Jaques Wagner	132
Figura 20:	Formação política para os novos associados do SINTRAF	146
Figura 21:	Curso de gerenciamento de recursos hídricos	151

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1.	Representação econômica do município de Conceição do Coité – Bahia	64
Quadro 1:	Estrutura Organizacional e Ações do SINTRAF	71
Quadro 2:	Principais características da agricultura familiar	89
Quadro 3:	Panorama da reforma agrária e número de decretos de desapropriação	94
Quadro 4:	Comparação de Conflitos de terra no campo do Governo de FHC até Dilma	96
Quadro 5:	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	98
Quadro 6:	Principais atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo pesquisado	105

SUMÁRIO

1.	Introdução	18
	Objeto, problema, objetivos	18
2.	Os percursos teórico-metodológicos trilhados	25
2.1	Lócus da pesquisa	28
2.1.1	Caracterização da população selecionada para a pesquisa	28
2.2	Técnicas e instrumentos de coleta de dados	31
3.	Lutas camponesas e os movimentos sociais/ sindicais do/no campo: barbárie, resistências e conquistas do povo camponês	32
3.1	As Lutas sociais e as organizações políticas camponesas	32
3.2	As rebeliões brasileiras, as Ligas Camponesas e suas contribuições para as configurações dos movimentos sociais do/no campo	39
3.3	Um breve histórico dos movimentos sociais do/no campo no TI do Sisal	57
3.4	Caracterização do município de Conceição do Coité	60
3.5.	SINTRAF: Uma história marcada por desafios	64
3.5.1.	Unidos somos mais fortes: lutas e conquistas do SINTRAF	67
3.5.2.	Estrutura Organizacional do SINTRAF	71
3.6	O Projeto do Assentamento de Nova Palmares: lutas e conquista da reforma agrária	72
4.	Agricultura familiar e a afirmação/reafirmação da classe camponesa: uma luta contínua por direitos	76
4.1.	Do campesinato para a Agricultura familiar: afirmação e/ou redução das lutas no campo	76
4.2.	A classe camponesa e suas bases históricas	79
4.3.	Agricultura Familiar no Brasil: afirmação/enfraquecimento da classe camponesa	85
4.4.	Agricultura Familiar e a crise/arrefecimento dos movimentos sociais/sindicais do/no campo	93

4.5.	Perfil dos agricultores familiares sujeitos da pesquisa	97
4.6.	Atividades produtivas e o associativismo no Assentamento de Nova Palmares	99
4.7.	Do idealizado ao conquistado: os desafios de viver no assentamento	105
5.	Movimento social/sindical do/no campo: politização e emancipação nas práticas educativas do SINTRAF	120
5.1.	Educação e movimentos sociais/sindicais do/no campo: entre a cidadania e a emancipação?	120
5.2.	Diretoria do SINTRAF e a crise do papel do movimento social/sindical do/no campo: burocratização e a refração das lutas	128
5.3.	Práticas educativas no SINTRAF: promoção da emancipação política ou da alienação?	139
5.4.	Práticas educativas do SINTRAF e os agricultores familiares: motivação e a aproximação com o movimento sindical	148
5.5.	A cooptação da liderança e as interferências da política neoliberal no movimento social/sindical do/no campo: a ação do Estado no fortalecimento da agricultura familiar ou do agronegócio?	154
6.	Considerações finais	159
	Referências	166
	Apêndices	174
	Anexos	180

1. INTRODUÇÃO

A compreensão marxista da necessidade histórica não possui qualquer ponto em comum com o fatalismo. O socialismo não se realiza 'por si mesmo', mas como resultado da luta das forças vivas: as classes sociais e seus partidos. Nesta luta, a vantagem decisiva do proletariado reside no fato de que ele representa o progresso histórico, enquanto a burguesia encara a reação e a decadência. É exatamente nisto que se encontra a fonte de nossa convicção na vitória (TROTSKY, 2011).

Abordar sobre as lutas pela terra e a reforma agrária no Brasil é uma tarefa complexa, em virtude das contradições existentes, tentativas falidas envolvendo as disputas entre classes (latifundiários e camponeses). Tais circunstâncias, revelam o dédalo deste trabalho que debate sobre estes aspectos, enfatizando a relação da criação dos movimentos sociais do/no campo como alternativa de defesa pelos direitos e lutas nos espaços camponeses, aliando assim, as práticas educativas para a formação política destes sujeitos e à transformação da realidade social.

O direcionamento que conduziram a escolha do lócus de pesquisa pautou-se no destaque estadual de que o Território de Identidade do Sisal possui no envolvimento das lutas e enfrentamentos, protagonizados pelos camponeses/agricultores (as) familiares nesta região. Fatores que dimensionam este território como um dos principais na organização de movimentos sociais no/do campo no estado da Bahia. Com base na informação supracitada, este estudo teve como objetivo geral **analisar as práticas educativas dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no processo de politização e emancipação dos agricultores familiares militantes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF de Conceição do Coité – BA.**

Ser filha de agricultores familiares e ter desempenhado atividades laborativas na Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, foram fatores contribuintes para o direcionamento do estudo para estes sujeitos do campo, impulsionando a escolha do objeto deste trabalho que se pautou em analisar as práticas educativas do Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité – BA, no processo de politização e emancipação dos agricultores familiares.

Outro fator determinante da pesquisa para a escolha deste Território do Sisal, foi a participação no Observatório de Educação de Jovens e Adultos – OBEJA,

vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, coordenado pelo professor Eduardo Nunes, orientador nesta jornada.

A investigação pautou-se no seguinte questionamento: **de que forma as práticas educativas desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité (SINTRAF) têm contribuído no processo de politização e emancipação política dos agricultores familiares município de Conceição do Coité – BA, Território de Identidade do Sisal?**

A razão da eleição pelos espaços não-formais de educação está centrada na certeza de que os sujeitos da pesquisa estão inseridos nos movimentos sociais/sindicais do/no campo e são agricultores familiares organizados em coletivos que lutam por interesses em comuns. Sendo assim, observa-se que o grupo estudado faz parte da realidade das práticas educativas promovidas pelo SINTRAF.

Para a realização do estudo os objetivos específicos foram: 1) avaliar se as práticas educativas desempenhadas pelos movimentos sociais do campo, motivam os camponeses/ agricultores familiares no processo de luta à melhoria da qualidade de vida nos espaços em que vivem no município de Conceição do Coité - BA.

As inquietações que nortearam a pesquisa provocaram o desejo de 2) investigar se as práticas educativas promovidas pelo SINTRAF dialogam com os anseios dos camponeses/agricultores familiares e se estas estão vinculadas às suas atividades laborativas, além de verificar sua relação com a natureza, pertencimento com a terra e o enfrentamento com o agronegócio.

Diante do contexto supramencionado, nasceu o anseio de aprofundamento teórico-metodológico sobre essa temática, visto que, no cenário nacional os movimentos sociais do/no campo têm exercido diversas influências no que tange o acesso e o cumprimento de políticas públicas que visam à permanência e a concretização do direito à qualidade de vida no campo.

3) Analisar se o fortalecimento dos movimentos sociais do campo e o surgimento de políticas públicas são fatores que estimulam este público na participação das práticas educativas, promovidas pelo movimento social do/no campo (SINTRAF) e se essas vivências apontam ou não para o processo de politização e emancipação humana do sujeito.

Estes 3 objetivos específicos expressam o desdobramento do objetivo geral, no qual o próprio objeto conduziu a uma necessidade real de conhecer o itinerário

histórico das lutas no campo. Essa motivação foi direcionada pelo o método do materialismo histórico dialético, que recorre a história para compreender a sociedade e a atuação dos movimentos sociais/sindicais do/no campo.

No decorrer dos anos, a relação das práticas educativas nos movimentos sociais têm sido estreitada e ocupa um capítulo relevante neste cenário. Ela vem sendo incluída como pauta de extrema importância no aspecto de proposta educativa, politização e emancipação política dos sujeitos integrantes destes movimentos.

Este fator decorre da proposta pedagógica que os movimentos sociais construíram. Atualmente estes agem como educadores das circunstâncias e sujeitos de práxis, além de constituir como sujeito pedagógico, pois desenvolve um processo de formação humana que aceita as necessidades educativas concretas de organização coletiva em prol de uma luta social (CALDART, 2005).

A educação é um processo histórico-social de construção e reconstrução da humanidade e do mundo, fazendo-se antes e para além dos espaços institucionais, de forma multidimensional. É relevante conhecer e reconhecer as experiências construídas pelos movimentos sociais populares, que, historicamente, vêm lutando contra formas de sociabilidade e instituições opressoras e excludentes, que negam às classes e grupos sociais populares, a condição de produção e reprodução de sua existência de modo digno, fundamentalmente humano e social (CALDART 2005).

Para os movimentos sociais do/no campo a educação está centrada não apenas na aprendizagem de conteúdos, como também no processo de politização e emancipação dos sujeitos, fatores que serão observados no decorrer da pesquisa, com o intuito de investigar/verificar se as práticas educativas têm atendido a estas prerrogativas.

As organizações dos movimentos sociais do/no campo têm exigido uma formação dos seus sujeitos sociais com o intuito de fortalecer a luta por direitos e criação de políticas públicas, visando a permanência no campo. pautada na qualidade de vida coletiva dos sujeitos camponeses. Deste modo, a relevância deste trabalho é motivada pela ação ideopolítica desses movimentos que estimulam estes sujeitos no processo de luta para melhoria da qualidade de vida no campo.

As categorias optadas para a discussão deste estudo são: 1) os movimentos sociais do/no campo, optando pelos referenciais teóricos como Molina (2005),

Caldart (2005), Dias (1979) e outros pesquisadores nessa seara. 2) Agricultura familiar, utilizando os requisitos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2012), Schneider (2002), Abramovay (1992) e Neves (2002), 3) práticas educativas, que têm por base as colaborações dos seguintes teóricos neste campo Ribeiro (2010), Damasceno (2000) e Gonh (2008, 2009 e 2011). Como subcategorias, politização e emancipação humana, para essa discussão serão utilizadas as ideias propostas pelos autores Marx (1980), Tonet (2010), Meszáros (2005).

O itinerário deste estudo pautou na abordagem quali-quantitativa, por encontrar na mesma uma possibilidade e significado, sobre as práticas educativas dos movimentos sociais no/do campo e suas contribuições no processo de politização e emancipação de agricultores familiares nos espaços não-formais de educação. Para essa caminhada investigativa foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e observações participantes no espaço do SINTRAF, estes elementos foram analisados pela concepção do materialismo histórico dialético. O método foi escolhido pelas possibilidades apresentadas no desvelamento dos problemas sociais.

A opção pelo método do materialismo histórico dialético aconteceu devido a sua viabilidade de aprofundamento histórico, com perspectiva de analisar os problemas a partir de suas raízes históricas de constituição das lutas sociais do/no campo. Esse levantamento histórico foi preponderante para compreender as modificações vivenciadas, atualmente, no campo e a mudança do papel social do movimento social/sindical do/no campo.

O percurso histórico das lutas e resistências em prol do acesso a terra foi fundante na análise do objeto. Estes antecedentes comprovaram que as revoluções, conflitos e resistências da classe trabalhadora não ocorrem isoladamente.

As inquietações que incidem na escrita, encontra-se a percepção das práticas educativas como um processo político capaz de propor a emancipação dos sujeitos, além de reforçar a importância dos movimentos sociais do/no campo no processo de construção coletiva dos sujeitos históricos, de direito, e na constituição de lutas de classe nos espaços camponeses do Brasil.

O tópico, intitulado a gênese das lutas camponesas e as formações dos movimentos sociais do/no campo: barbárie, resistências e conquistas do povo camponês, faz uma relação histórica sobre as rebeliões e conflitos pela terra e as

suas influências na composição dos movimentos até os dias atuais. Para essa análise foram escolhidas três rebeliões; 1. Quilombo dos Palmares, 2. Cabanagem e 3. Canudos, com o intuito de comprovar que as experiências de lutas e resistências pela terra não é um acontecimento isolado. Em diversos momentos históricos, ora mais tímida, ora mais intensa a depender do acirramento da luta de classe no campo.

Revelando assim, que os movimentos no Brasil se assentam em fases anteriores, denotando que a luta de classe se ascendeu no decorrer do presente século. Desta forma, estas rebeliões foram o prelúdio para o desenvolvimento das ligas camponesas e organizações dos movimentos sociais do/no campo.

Estes antecedentes históricos são relevantes na compreensão da luta pela posse (terra), na relevância das organizações sociais e na luta de classe que se estabelece no campo até os dias atuais, em especial no Território de Identidade - TI do Sisal, revelando que as lutas não são fatos isolados e as rebeliões existentes em prol da posse da terra.

Estes antecedentes históricos são fundamentais na compreensão da luta pela posse da terra, na importância das organizações sociais e na luta de classe que se estabelece no campo até os dias atuais, em especial no TI do Sisal.

Diante deste contexto, ficou evidenciado que a reforma agrária permanece pendente na sociedade contemporânea devido a impossibilidade histórica da burguesia em sua fase imperialista, esta tarefa será absorvida pela revolução proletária. Instante que recorremos às ideias marxistas e leninistas, as quais expõem que às classes dominadas devem se organizar e eclodir uma ação revolucionária que modifique a base material da sociedade, a forma como é produzida e a existência humana.

O tópico, agricultura familiar e a afirmação/reafirmação da classe camponesa: uma luta contínua por direitos aborda sobre a estrutura fundiária no Brasil e o surgimento da agricultura familiar, na década de 1990, do século XX, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que a partir da sua implantação modificou as relações no campo, desestruturou a classe camponesa e reduziu as organizações coletivas e lutas no campo.

A estruturação da agricultura familiar modificou o papel dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, os quais deixaram de reivindicar por direitos

históricos negados que representavam as bandeiras de lutas, para institucionalizarem, atendendo as prerrogativas do Estado ao fomentar e inscrever os agricultores nos programas sociais e políticas públicas. Esse comportamento enfraqueceu a classe campestre e originou a crise, o arrefecimento dos movimentos, que lentamente foram alterando suas bandeiras reivindicatórias e esquecendo as lutas que permearam os campos brasileiros no decorrer dos séculos.

A ineficiência de um programa de reforma agrária (burguesa) demonstraram que os Governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC, Luís Inácio Lula da Silva¹ e atualmente Dilma Rousseff ficaram reféns do grande capital financeiro, as tentativas de implantação da reforma agrária nos últimos 12 anos, foram se declinando como apontam os dados do panorama da reforma agrária no Brasil e os conflitos de terra no campo. As ações governamentais não conseguiram reduzir o índice de Gini como prometido nas campanhas e os latifundiários continuam detendo a posse da terra no Brasil.

Neste tópico, consta a organização dos dados coletados na pesquisa de campo com os agricultores familiares residentes no Projeto de Assentamento de Nova Palmares, a exemplo das suas atividades produtivas e o levantamento das suas inquietações, desafios de viver nesse espaço e a avaliação deles sobre a política de reforma agrária e a burocratização do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

No tópico, movimento social/sindical do/no campo: politização e/ou emancipação nas práticas educativas do SINTRAF? A discussão está centrada na relação educação e movimentos sociais/sindicais e suas contribuições para a emancipação política ou alienação dos militantes. Para essa análise foi realizado um levantamento das práticas educativas desenvolvidas no SINTRAF, as quais foram avaliadas de acordo com a concepção que a diretoria executiva e coordenação de base possui sobre elas.

Por ser um ato subjetivo as práticas educativas exercem diversos papéis e impactos nos sujeitos, podendo contribuir para a elevação da consciência política dos militantes ou, para reprodução social em atendimento dos princípios estabelecidos pela classe burguesa. Avaliar como essas práticas educativas, a

¹ No decorrer do texto será utilizado Governo Lula

exemplo da formação política, estão sendo desenvolvidas no SINTRAF foi, preponderante para o estudo.

Neste tópico foram respondidas as indagações que orientaram a pesquisa e analisou o impacto da estatização e institucionalização dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, iniciada com a eleição do Presidente Lula do Partido dos Trabalhadores. Essa parceria do Estado com estes movimentos, iniciada em 2002, provocou a destruição de sua autonomia combativa e reivindicatória e transformou esses espaços em locais socialização/efetivação das políticas públicas e programas sociais assistencialistas, que estimulam a dependência dos agricultores familiares e não modificam a estrutura social de opressão no campo.

Por fim, as considerações finais que apresentam elementos para as indagações e inquietações levantadas no decorrer da escrita. Notificando a emergência do movimento pesquisado resgatar sua história de lutas e através das práticas educativas emancipadoras e romper com o servilismo do SINTRAF com o Estado, o qual controla o sindicato e não conduz os agricultores familiares a se organizarem para construção de uma nova sociabilidade no campo, que diminua a exploração e a opressão da classe camponesa.

2. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS TRILHADOS

Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente. (Marx, 1995)

Um homem que não compreendeu o estado atual da sociedade muito menos deve compreender o movimento que tende a derrubá-lo e as expressões literárias desse movimento revolucionário. (Marx, 1995)

A pesquisa de campo é um processo de integração do pesquisador com o objeto/sujeito da investigação. Momentos de provocações, inquietações, respostas aos questionamentos levantados, em outros uma constatação do pretendido. Em algumas situações aguça novos olhares sobre a realidade. O fascinante, deste encontro, com o *lócus* de coleta de dados e os participantes do estudo é a oportunidade de verificar a realidade e vivenciá-la, ao mesmo instante integrar-se neste contexto.

É a pesquisa que alimenta a atividade do mundo e a atualização frente à realidade do mundo, a metodologia é o caminho do pensamento para experimentá-la (MINAYO, 2000). Coadunando com as ideias da referida autora, a fase da pesquisa de campo permite uma aproximação do pretendido nesta investigação, para auxiliar na dinâmica do pensamento no confronto com a realidade no TI do Sisal, além de promover a interação pesquisador/pesquisado na construção de uma convivência destinada não apenas a coleta de dados, mas também no resgate de memórias e histórias na compreensão da articulação e ação dos movimentos sociais do/no campo no TI do Sisal.

Para a realização desta investigação dos movimentos sociais do/no campo e as práticas educativas, a metodologia utilizada foi a qualiquantitativa, pelas possibilidades que oferece na interpretação de significados, além de favorecer uma coleta de informações que admitem uma compreensão mais ampla das transformações radicais e estruturais (GAMBOA, 2012) que atendem aos objetivos desta averiguação, a qual será referenciada pela concepção do materialismo histórico dialético - MHD.

A perspectiva do materialismo histórico dialético tem como enfoque analisar a realidade, buscando atingir a sua essência (VENTURA, 2008), sendo a dialética

materialista como método de explicação científica da realidade humano-social [...] redução da cultura a fator econômico. A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual na realidade, é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (KOSIK, 1995).

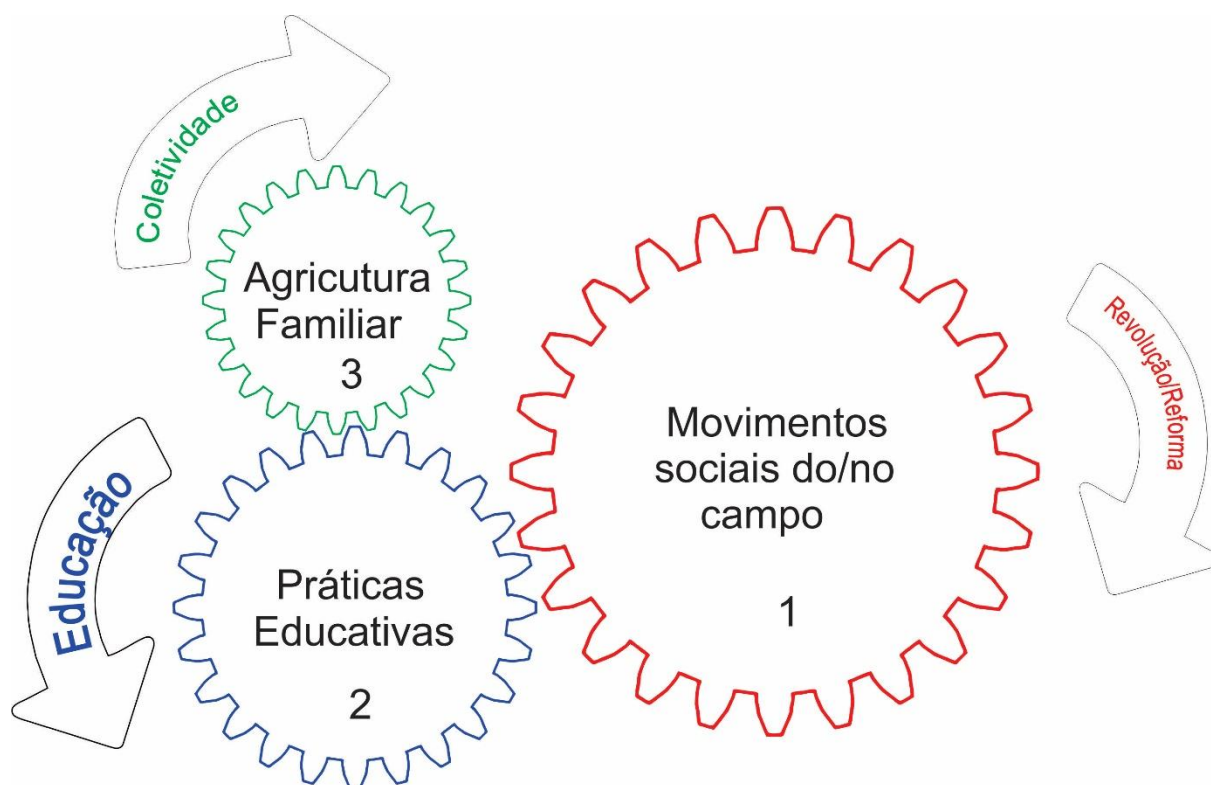
A abordagem do materialismo histórico dialético foi escolhida por apresentar características que priorizam as categorias de temporalidade e historicidade, elementos indispensáveis para a compreensão do sujeito nestes espaços e as fases de suas transformações, visto que, todo fenômeno pode ser entendido como parte do processo histórico maior (GAMBOA, 2012). Neste caso, o MHD auxiliará na verificação das propostas educativas do SINTRAF e as suas influências no processo de politização e emancipação dos agricultores familiares no município de Conceição do Coité - BA, pelas características supracitadas.

A concepção do materialismo histórico dialético funda-se em categorias que são expressão da realidade prática, imprescindível no estudo a ser realizado no TI do Sisal, pois permitem apreender os problemas concretos e propõe um engajamento, comprometimento com a realidade, que se concretiza a práxis. Assim como, compreende-se a crítica como a apropriação teórica da história feita, em posição ao entendimento não histórico, porque abstrato ou já passado, de uma realidade sempre em movimento (SANTOS, 2004).

O acompanhamento da rotina dos sujeitos da pesquisa foi registrado no diário de campo, explicitando que a escolha dos sujeitos seguiu os critérios da Figura 2.

As bases centrais da dissertação estão organizadas de acordo com a Figura 1.

Figura 1: Categorias de discussão



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

Para uma composição da escrita as categorias discutidas, neste estudo estão centralizadas nos movimentos sociais do/no campo indicado com o número 1. O conceito de movimentos sociais do/no campo adotado neste trabalho, segue as ideias propostas por Gohn (2000) e Dias (1979), que os definem como o conjunto de ações coletivas dirigidas, tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, quanto de caráter contestatório, inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana.

O número 2 indicando a categoria de práticas educativas, concepção adotada neste trabalho está baseada nas ideias de Gohn (2008) e Caldart (2000), que as definem como as aprendizagens ocorridas no processo de participação nos eventos, nas estratégias de organização e lutas. Coadunando com os autores, compreende-se que estas práticas educativas ocorrem a partir da inserção do sujeito, e seu engajamento nas atividades cotidianas do movimento social. Para este estudo, será considerado como tais, as reuniões, assembléias, organização de eventos (cursos, palestras, caravanas, outras, etc).

Por último, o número 3 agricultura familiar, utilizando o conceito de Wanderley (1999) e Schneider (2004), que a define como famílias que residem no espaço rural/campo e ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume a atividade laborativa na unidade produtiva. A vida laboral da família, no campo assume uma importância decisiva na vida dos camponeses, pois a produção agrícola está condicionada na maioria das vezes às necessidades do grupo familiar.

Dessa forma, as três categorias serão analisadas dentro dos princípios e da concepção do materialismo histórico dialético. A opção por este desenho foi motivada pelo intuito de torná-lo mais compreensível e didático.

2.1. Lócus da pesquisa

A investigação ocorreu na entidade do SINTRAF, filiado a Central Única dos Trabalhadores – CUT² (maior central sindical brasileira, com 3.438 entidades filiadas. A entidade representa a luta dos trabalhadores (as) do campo e da cidade por melhores condições de vida e trabalho, visando em tese uma sociedade justa e democrática), localizado no município de Conceição do Coité, membro do TI do Sisal, nordeste baiano, região semiárida do estado da Bahia. O movimento social/sindical no/do campo foi escolhido por sua expressividade no estado e por possuir uma história de lutas no fortalecimento da categoria de agricultores familiares, superando os desafios iniciados no período do regime militar e alguns que perduram até hoje.

2.1.2. Caracterização da população selecionada para a pesquisa

A realização deste estudo foi dividida em etapas visando um aprofundamento com o objeto e uma análise das contribuições do sindicato no processo de politização e emancipação. As três etapas foram divididas da seguinte forma:

Na primeira, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os diretores (as) das secretarias de Políticas Agrícola e Agrária, Políticas para a Juventude, Políticas para Mulheres, Departamento de Educação do Campo, setores

² Essas informações foram extraídas do site da CUT, disponível em: www.cut.org.br. Acessado no dia 09 de outubro de 2014.

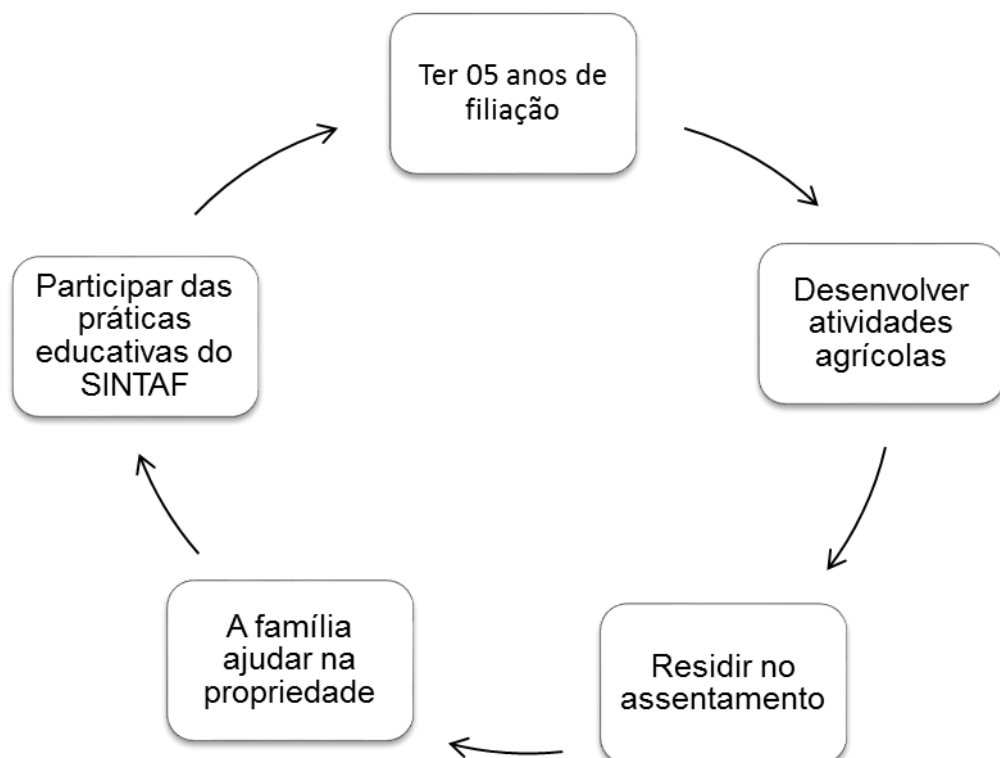
responsáveis pela a realização de formações para os associados e com o presidente da instituição.

Na segunda, foram entrevistados 6 associados que compõem a coordenação de base do sindicato. O critério para a escolha destes sujeitos foi o tempo de militância no sindicato.

Na terceira, foram realizadas 8 entrevistas com agricultores (as) familiares filiados que participaram das formações nos últimos cinco anos, que sejam moradores do Assentamento de Nova Palmares. Os critérios para a eleição dos sujeitos da pesquisa seguiram a síntese ilustrada, organizada na Figura 2 e explicitadas nos parágrafos posteriores.

A preferência pelo Assentamento foi direcionada pela sua formação social, ocasionada como produto de conflitos e demandas sociais pelo direito do acesso à terra e a instituição da reforma agrária, elementos discutidos neste texto

Figura 2: Caracterização dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

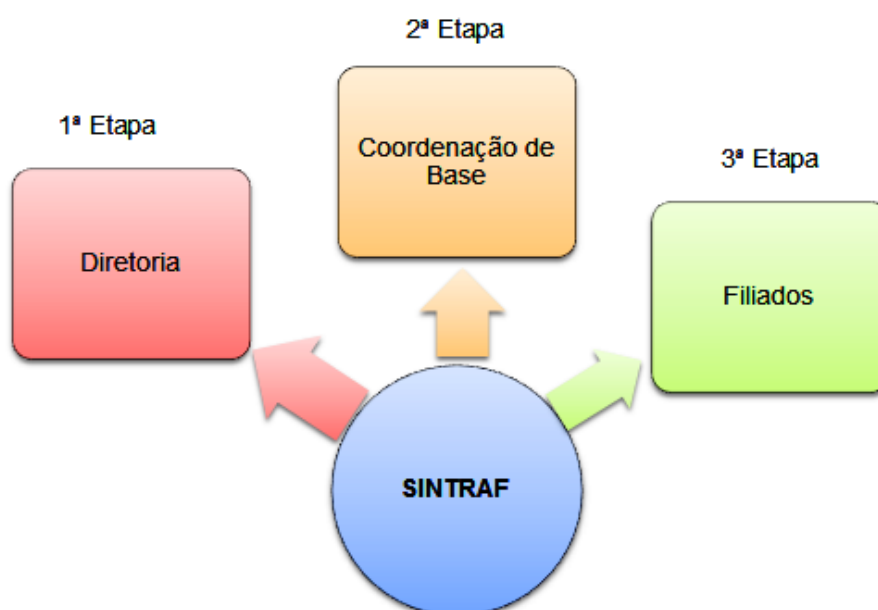
Os critérios instituídos (Figura 2) foram eleitos para auxiliar na investigação dos objetivos específicos propostos neste trabalho. Entre eles destaca-se, analisar o pertencimento dos sujeitos da pesquisa com a terra. Para avaliar essa relação, elencamos como item fundante residirem no campo, pois ao estarem estabelecidos nestes espaços os camponeses passam a perceber as transformações ocorridas no meio ambiente.

Para seleção dos sujeitos, inicialmente, foi realizada uma coleta de dados no banco de informações do SINTRAF, com os responsáveis por sua organização os quais apontaram os nomes dos coordenadores de base que estão inseridos na militância. Estes foram escolhidos para a segunda etapa, por representar o sindicato nas comunidades que atuam, sua função está centrada na articulação das formações e mobilização dos agricultores.

O tempo de militância foi outro ponto destacado, pois a historicidade do sujeito foi investigada as vivências destes no movimento social do/no campo, elencados os relatos históricos na disputa pela terra, na participação das reivindicações organizadas pelo SINTRAF.

As etapas estão organizadas didaticamente abaixo com o intuito de facilitar a compreensão do percurso adotado na obtenção dos dados.

Figura 3: Etapas da pesquisa de campo



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

2.2. Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Os dados coletados nesta pesquisa foram consolidados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos. Este modelo de entrevista foi escolhido pela possibilidade de entendimentos das questões estudadas, pois permite aprofundar nos temas abordados pelos depoentes e a relativização dessas perguntas, concedendo a liberdade de novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão (LÜDKE E ANDRÉ, 1986), principalmente no que tange a complexidade que envolve a investigação que este estudo se propõe.

As respostas orais, dos sujeitos da pesquisa, foram transcritas e somadas às folhas das entrevistas. Outro recurso utilizado para retratar a realidade foram fotografias no momento de sua realização, consulta de documentos referente à composição do SINTRAF, seu banco imagético e observações participantes no contexto da inserção do objeto analisado.

Para o desenvolvimento do estudo, os entrevistados foram orientados sobre o objetivo da pesquisa, através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (anexo). Ao mesmo instante que foi reforçada a importância de sua participação para a produção acadêmica.

3. LUTAS CAMPESINAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS/ SINDICAIS DO/NO CAMPO: BARBÁRIE, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS DO POVO CAMPONÊS

Não queremos viver na escravidão.
Nem deixar o campo nascemos. Pela
terra, pela paz e pelo pão:
Companheiros, unidos venceremos.

Hoje somos milhões de oprimidos.
Sob o peso terrível do cambão.
Lutando, nós seremos redimidos. A
Reforma Agrária é a solução.

(Francisco Julião, Hino Camponês,
1950)³

3.1. As Lutas sociais e as organizações políticas campesinas

As lutas campesinas ocupam espaços importantes no cenário histórico mundial e colecionam episódios, muitas vezes marcados pela violência e barbárie na disputa pela terra. Autores como Marx (1980) e Engels (1982), mencionam que as questões da luta de classes dos camponeses se encontram na base do processo da acumulação primitiva e a tomada de terras destes sujeitos para a apropriação de riquezas das classes dominantes. No entanto, é através de Kautsky (1968) e Lênin (1981, 1982 e 1984), que podemos analisar, de forma mais resoluta, a questão agrária sob a égide do modo capitalista de produção.

O objetivo deste capítulo é discutir sobre a formação dos movimentos sociais do/no campo, historicizando as lutas, resistências, barbáries e conquistas dos camponeses no decorrer dos séculos. Tais aspectos denotam que a luta pelo acesso a terra e a reforma agrária não são questões isoladas e permanecem repletas de lacunas no contexto mundial, em específico no Brasil e Território de Identidade do Sisal *lócus* desta investigação.

O debate é analisado sob a ótica do método do materialismo histórico dialético, abordando a relação conflituosa entre campesinato e capital, no território

³Apud Medeiros, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

de disputas pela posse da terra permeada por violência e subordinação de trabalhadores (as), explorados historicamente pela classe dominante.

A discussão sobre a questão agrária no Brasil é relevante e urgente, pois, este processo beneficia os camponeses ao acesso a terra, tornando-se necessária para a resolução de problemas agrários no país. Desafios estes a serem vencidos através das lutas e resistências dos trabalhadores como indicativos para requerer direitos pela posse e romper com a estrutura fundiária estabelecida.

A forma como tem ocorrido à reforma agrária no Brasil iniciada na década de 50⁴ do século XX, permanece como tarefa democrática burguesa pendente, não resolvida, pois, os governos criam assentamentos, que a princípio, constituem a conquista da terra, ação denominada erroneamente, de reforma agrária (GIRALDI, 2008). Mas a criação destes assentamentos não garante as condições de produção e estabelecimento das famílias nestes espaços. Fatores que reforçam a ideia da necessidade de uma transformação social, visando o acesso dos camponeses, a terra e fornecer-lhe condições básicas de vida e produção.

A avaliação que fazemos com essa política agrária, não proverá uma reforma agrária defendida pelos movimentos de luta pela terra, pois este modelo reforça o estreitamento da relação do Estado com os latifundiários, excluindo os camponeses e ofertando condições irrisórias no acesso à posse.

Para a transformação e implementação de uma autêntica reforma agrária que atenda aos interesses dos camponeses é necessário eclodir uma forte aliança operário-camponesa, como parte da revolução proletária⁵ e, assim modificar o trajeto desta história marcada pelo genocídio de milhares de inocentes.

A reforma agrária não pode ser entendida apenas como a partilha de uma grande área, independente se ela é produtiva, grilada ou pública, para o assentamento de algumas famílias. A reforma agrária deve atender a critérios mais amplos que alcancem o seio da sociedade, provocando mudanças estruturais de poder e economia. (VENTURELLI, 2013, p. 165)

⁴ **Revolução Proletária** é uma revolução classista promulgada pelo marxismo em que o proletariado tenta ocupar a posição de classe dominante, subordinando outras classes mediante a tomada de governo. Seu objetivo, conforme marxistas, é transformar o Estado Burguês em um Estado Operário.

A reforma agrária defendida por este autor, se revela como a opção capaz de promover uma mudança na organização do campesinato, realidade essa distante na sociedade contemporânea, as quais as ações governamentais priorizam a manutenção da estrutura fundiária e contém as reivindicações e resistências das organizações camponesas na concretização da posse pela terra. Esse comportamento do Estado acentua a miséria e violência nos campos.

No decorrer de séculos, em diversos momentos nos relatos evidenciados por Lênin (1984), esta classe foi reduzida a um nível de miserabilidade, de extrema pauperização e possuindo dificuldades de manter a subsistência da família.

[...] vivia juntamente com o gado, vestia-se de farrapos, alimentava-se de ervas; o camponês fugia de seu lote desde que houvesse para onde fugir, pagava mesmo para se desfazer do lote, pagando a quem concordasse em ficar com o lote, os pagamentos pelo qual excediam o seu rendimento. Os camponeses passavam fome cronicamente e morriam às dezenas de milhares de fome e de epidemias em tempos de más colheitas, que se repetiam cada vez mais frequentemente. (LÊNIN, 1984i, p. 234)

A precarização da vida no campo permanece latente na sociedade contemporânea. Os relatos do autor evidenciam que a realidade camponesa sempre foi marcada por desafios, fatores que influenciaram o êxodo rural e abandono da terra. Tais aspectos são relevantes na interpretação da realidade camponesa para perceber a importância da organização, a formação das revoluções e movimentos sociais do/no campo em combate da reprodução contínua do infortúnio no campo.

As subordinações e incertezas vivenciadas pelos camponeses, em condições de miserabilidade, foram impulsionadoras para eclodirem as Revoluções do Século XX. Marcado para essa classe trabalhadora através de lutas, resistências e resgates protagonizados em ações coletivas de manutenção da vida no campo. Elementos responsáveis pela escrita de novos capítulos históricos, dentre os quais, destacam-se os movimentos ocorridos na Rússia (1905 -1907 e 1917), México (1910), China (a partir de 1921), Argélia (1954), Cuba (1958) e no Brasil através das Ligas Camponesas nos anos 50 e 60 do século XX até a atualidade.

As Revoluções ocorridas na Rússia⁶ estão entre às pioneiras nas discussões sobre as organizações e lutas camponesas a mercê da terra. Este movimento de grande repercussão no cenário mundial, ocupa um espaço relevante na construção da identidade coletiva, de resistência e enfrentamento das classes dominantes, se tornando base das discussões sobre a temática, pois, revela a importância da iniciativa revolucionária dos camponeses.

Existe un solo medio de que la reforma agraria, inevitable en la Rusia de hoy, desempeñe un papel democrático revolucionario: efectuarla mediante la iniciativa revolucionaria de los propios campesinos, a pesar de los terratenientes y la burocracia a pesar del estado, es decir, por vía revolucionaria. (LÊNIN, 1981h, p. 302)

Era inevitável a reforma agrária na Rússia, todos os caminhos trilhados culminavam neste acontecimento, e, um fator de destaque neste período foi o surgimento da socialdemocracia que reconheceu a questão camponesa como uma importante particularidade da Rússia e elaborou três teses, com o intuito de reforçar a questão agrária (LÊNIN, 1981):

Primera. La revolución agraria formará inevitablemente parte de la revolución democrática en Rusia. El contenido de esta revolución será liberar el campo de las relaciones de servidumbre y vasallaje. Segunda. La futura revolución agraria será, por susignificación social y económica, una revolución democrática burguesa; no debilitará, sino que intensificará El desarrollo del capitalismo y de las contradicciones capitalistas de clase. Tercera. La social democracia tiene sobrado fundamento para apoyar esta revolución del modo más decidido, señ alando unas u otras tarea sin mediatas, pero sinatarse las manos ni renunciar lo más mínimo a respaldar incluso el “reparto negro”. (LÊNIN, 1981j, p. 244 - 245).

Pode-se inferir que estas teses influenciaram diversos movimentos camponeses em aliança com os movimentos operários na eclosão das revoluções ocorridas em vários países e, ainda não fazem parte da realidade vivenciada no município de Conceição do Coité – BA, em que os agricultores familiares são vitimados pelo servilismo no trabalho para ampliação da renda para manter a família, pois a propriedade não garante a sua subsistência. Incentivando-a na organização

⁶ A importância de mencionar a Revolução Russa como a principal referência, esta pautada na influência dela nas lutas dos movimentos sociais do/no campo na realidade brasileira.

de classes camponesas na luta pela terra⁷. Para compreender as disputas pela posse e o caráter de classe no campo faz-se necessário recorrer as ideias de Martins (1984).

[...] O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e, sobretudo, da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que veja a condição do caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais de classe. (MARTINS, 1984, p. 31)

O autor citado defende o desconhecimento da origem do camponês como um fator limitante na compreensão dessa classe, marcada pela substituição da escravidão e, posteriormente, uma vida de servilismo aos grandes latifundiários (classe dominante). Outro fator relevante foi o distanciamento dos camponeses aos bens culturais, que favoreceu o determinismo e apego as superstições e misticismo para responder os problemas ocasionados com a terra.

Outro mecanismo utilizado pelos burgueses para expropriar os camponeses da terra foi a violência sexual⁸ e assombramentos, os trabalhadores temerosos com estes elementos místicos abandonavam a posse acreditando ser amaldiçoada. Aumentando assim, a concentração de terra aos latifundiários, os agricultores que permaneciam após esses eventos continuavam subjugados e temerosos com novos acontecimentos. Essa forma de violência submetida aos camponeses é parte integrante do padrão tradicional de dominação na história (MEDEIROS, 2002).

O camponês é um povo oprimido em qualquer sociedade, tempo e lugar, a sua posição é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder (MEDEIROS, 2003). Para sobrepor a exploração, as lutas e as manifestações foram os caminhos viáveis para a o fortalecimento do grupo e formação da classe, para então romper com os estigmas instituídos pela burguesia a essa classe.

⁷ No Brasil a Revolução Russa influenciou o Partido Comunista Brasileiro – PCB, com a criação das Ligas camponesas no período de 1950 a 1960.

⁸ Vitimando em sua maioria a filha dos camponeses.

A mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato. Ao tirá-los do isolamento político, tira-os do anonimato político. Uma das grandes exigências para a sua eficácia política é que ele assuma uma identidade política. Não é por acaso que o vocabulário político “emprestou” ao campesinato um termo novo – camponês – para formular uma identidade nova, prisioneiro que estava nos termos de circulação restrita (matuto, caboclo, lavrador etc.) no momento da sua entrada no cenário político e que, em que algumas áreas, o termo tenha sido reapropriado para designar os trabalhadores rurais na luta política. (PALMEIRA, 1985, p. 22)

A organização da classe foi um instrumento de resistência e luta pela terra, além de combater as opressões das classes dominantes e novas trincheiras históricas têm se formado, renovando as esperanças de qualidade de vida digna no campo, fatos que tem ocorrido no município de Coité com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares – SINTRAF.

A Revolução Russa como mostra a (Figura 4), teve uma grande repercussão no Brasil nas décadas de 30, 40, 50, no sentido de contribuir na fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, ligas camponesas e operárias, na atualidade continuam influenciando os movimentos sociais do/no campo em território nacional. Essa revolução permanece motivando os camponeses brasileiros na luta pela reforma agrária e pela posse da terra, impulsionando de forma motriz às possibilidades de vencer a classe dominante e manter erguida a bandeira contra a opressão e violência no campo.

Figura 4: Influências da Revolução Russa no Brasil



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

Tal ação favorece que os dominados se emancipem, organizem a classe camponesa e reconheçam a existência do seu oposto que é a classe dominante. Procurando através da luta, ocupar o seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a lei da dialética da quantidade e da qualidade (BOGO, 2008).

Para que estes processos organizativos de luta ocorram é necessário investir em uma educação emancipadora, motivo este que os movimentos sociais do/no campo têm as suas bases fundantes nos processos educativos, pois a educação traz consigo uma proposta de politização dos sujeitos que deles fazem parte. Em decorrência, dos elevados índices de pessoas não-escolarizados no campo brasileiro, assumir a tarefa de alfabetizá-los torna-se importante para reforçar o entendimento dos direitos preconizados pela constituição, distantes da realidade dos camponeses e na luta de classes.

Através das revoluções e resistências supracitadas, os camponeses passaram a assumir um importante papel social, na luta pela posse, reforma agrária e no enfrentamento do latifúndio, características que auxiliam para a compreensão da

atuação e significância dos movimentos sociais do/no campo na contemporaneidade, como ocorrem no TI do Sisal, em específico no município de Conceição do Coité – BA, *lócus* deste estudo.

3.2. As rebeliões brasileiras, as Ligas Camponesas e suas contribuições para as configurações dos movimentos sociais do/no campo

A luta pela terra no Brasil e as organizações de resistência contra o domínio da classe dominante tem sua formação com a colonização do país, e este conflito não é um fenômeno restrito apenas em território nacional. A disputa pela terra se inicia no Brasil com a “invasão europeia” através das Grandes Navegações e o saque da terra dos indígenas (VENTURELLI, 2013). Fator que ocasionou uma história marcada pela violência no campo e compõe os relatos dos povos excluídos do Brasil (OLIVEIRA, 1988).

O campesinato brasileiro tradicional foi concebido junto ao sistema escravista/latifundiário/exportador expresso pelo sistema sesmarial (ALMEIDA; PAULINO, 2000), através do processo iniciado com a invasão portuguesa a terra passou a ser elemento de disputa, ganância e exploração, seja de metais preciosos às culturas agricultáveis.

Este modelo de colonização foi o propulsor para mais tarde desencadear diversos conflitos a exemplo da formação dos Quilombos, tendo a terra como elemento de disputa. Na visão de Venturelli (2013), a tríplice fórmula de latifúndio, mão de obra escrava e monoculturas é a raiz da síntese de exploração, controle de terras e formação de divisas que possibilitaram a acumulação do capital.

As configurações de restrições existentes no processo civilizatório do Brasil possibilitaram, anos mais tarde, iniciar os processos de lutas e inconformismo com a situação vigente: concentração de terras nas mãos de poucos como no sistema do sesmarialismo.

No Brasil, destacam-se três movimentos (em breves relatos) que simbolizam a ruptura radical com o sistema de dominação e conseguiu abalar a sua estrutura, os mesmos marcam momentos distintos da história política do país: Quilombo de

Palmares (1590 - 1710⁹) no período da Colônia, Cabanagem (1835 – 1840), no Império e Canudos (1893 – 1897) na República.

Os conflitos no Brasil iniciaram no século XVI, de forma isolada e marcado pelas sangrentas lutas de dominantes/dominados e de exploradores/explorados. Neste período destacou-se a luta pela liberdade, a resistência e a formação dos quilombos e o de Zumbi dos Palmares, o mais conhecido, localizado na Serra da Barriga, Capitania de Pernambuco. Estes movimentos de organização refletem um período marcante da história, pois os Quilombos se transformaram em um exemplo pela resistência à exploração e a luta pela terra (OLIVEIRA, 1988). Ao reivindicarem contra os trabalhos forçados, criaram territórios marcados por uma sociedade igualitária e com produção coletiva, diferente do modelo escravista e latifundiário que estavam envolvidos (VENTURELLI, 2013).

O Quilombo dos Palmares foi constituído por escravos fugitivos, com o objetivo de alcançar a sonhada liberdade e romper com os maus tratos desses colonos. Esta rebelião tinha como lema “o Quilombo é liberdade, fica quem vier por amor à liberdade”.

A composição dos Quilombos torna-se um exemplo da luta contra a dominação colonial e resistência que perdurou por mais de 20 anos no Brasil. Mesmo destruído, este movimento revelou a união coletiva em favorecimento da liberdade, manutenção da terra e inspirou a eclosão de diversas manifestações que ocorreram de formas isoladas e, timidamente, em diversos estados do território brasileiro.

Na visão de Nascimento (1980), os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência as ações colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais. Devido a esse indicativo, o conflito foi escolhido para análise na compreensão da formação dos movimentos sociais do/no campo no Brasil, Bahia e *lócus* dessa pesquisa.

Dois séculos depois do combate de Quilombo dos Palmares, emerge no Estado do Pará, norte do Brasil a rebelião da Cabanagem, que contou com a participação dos camponeses em uma luta empunhada não apenas pela posse, mas contra os mecanismos de dominação dos portugueses.

⁹ Nas literaturas pesquisadas não tem uma data definida para o final da rebelião. Estipula-se que o mesmo ocorre no ano de 1710, com a morte de Zumbi dos Palmares.

A Cabanagem¹⁰ (1835 – 1840), ocorrida no Pará, superficialmente pode ser analisada como um movimento regional, típico do período e tinha como objetivo de suas lideranças instituírem outras perspectivas políticas e sociais, a exemplo da expulsão do povo português, motivadas pelo ódio ao mandonismo do branco e na luta por direitos e liberdade (RICCI, 2006).

Alguns autores (RICCI, 2006; PRADO JÚNIOR, 1978) mencionam o contexto da Cabanagem como uma independência tardia que propunha a continuidade nacionalista entre o processo de emancipação política no Pará (RICCI, 2006). Na concepção Prado Júnior (1978), a ação da cabana marcava um momento político-marxista que ostentava, no século XIX, a prerrogativa de serem os únicos revolucionários partidários de ideais libertários que tomaram o poder.

Mesmo diante do número de vítimas civis assassinadas, este movimento tornou-se exitoso, devido a sua formação de luta de classe campesina, pois através da sua eclosão no cenário brasileiro, se estabelece a revolução política em prol do rompimento de toda forma de subjugação estabelecida pelos colonos europeus em solo nacional.

Com o movimento dos cabanos nascia a ideia de uma consciência “possível” atrelada a uma luta secular empreendida contra a exploração colonial, se alicerçando no “patriotismo” e no “anticolonialismo”, a consciência “ideal” pautada em seus projetos políticos (RICCI, 2006). Tais reflexos permitiram a organização de uma ação popular em massa na Amazônia, propor mudanças e iniciar o processo dos movimentos sociais que perdurou até o século XXI, mantendo na região norte uma constância de conflitos nas disputas pela terra.

A Cabanagem foi o movimento estruturado na ruptura do jugo servil que os portugueses imprimiam à população brasileira e, conseguiu reverter à situação de exploração que viviam, denotando assim, que a ação coletiva produz resultados e faz jus ao adágio popular “povo unido jamais será vencido”, neste caso, dominado.

Os conflitos da Cabanagem e Canudos ocorrem em locais isolados no mesmo século e com propostas diferenciadas, no entanto, as duas experiências revelam

¹⁰ Cabanos era o termo utilizado como alcunha dos homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. O mesmo nome cabano também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.

modelos de lutas e organização coletiva de um lado em prol da liberdade e do outro da reprodução de um cristianismo social.

A Guerra de Canudos¹¹ (1893 – 1897), na Bahia, liderada pelo beato Antônio Conselheiro, foi um conflito categorizado como messiânico, devido a forte ligação religiosa. No entanto, o movimento de canudos ocorre como um processo emergente de transformação e de protesto social, revelando a evolução histórico-social (MOURA, 2012).

A reinvenção do sertão que Antônio Conselheiro engendrou, foi uma experiência social marcante e inovadora, pois conseguiu desenvolver um modelo de comunismo primitivo, através da ação coletiva na construção preconizada na igualdade de todos os seus habitantes. Estes princípios tornaram o arraial de Belo Monte, uma ameaça para os latifundiários da região, pelo perigo que apresentava, na constituição, de uma proposta social cristã.

Com uma economia comunitária e autossuficiente, bem superior nas suas relações sociais e na distribuição da sua produção, oponente do modelo latifundiário baseado na exploração camponesa, Canudos despertou o ódio dos fazendeiros e das autoridades que temiam a reprodução desta organização, ameaçando assim, a preservação oligárquica-latifundiária (MOURA, 2012) e o modo de produção capitalista.

Embora, o arraial tenha sido destruído, a resistência destes camponeses, interpretada de forma limitada por Euclides da Cunha (1902), como “fanatismo religioso”, revela o poder de organização dos sujeitos do campo frente à exploração da classe dominante. Mesmo diante do genocídio de sua população, Canudos foi uma experiência bem sucedida como comunidade igualitária, estrutura agrária perante a herança sesmarial, momento nos quais os excluídos exerceram o papel de sujeitos dinâmicos da história (MOURA, 2012).

O Contexto histórico do século XIX apresentava um contingente de menos de 5% da população rural possuía terras (IOKO, 1989). É nesse contexto que emerge a formação do arraial de Belo Monte, não é possível afirmar se Conselheiro detinha estes dados, mas certamente, através de suas itinerâncias conheceu a realidade de miserabilidade no sertão.

¹¹ O aprofundamento sobre Guerra de Canudos no texto acontece em decorrência da sua relação com o TI do Sisal.

As primeiras revoltas camponesas no Brasil, sem um reconhecimento de classe e com forte caráter messiânico. Os relatos elitistas e alienantes reduzem e proclama a guerra de Canudos como um movimento messiânico, comparando as características do beato com o cristianismo ou simplesmente um fato literário. Em diversas décadas a história de Canudos foi contada nos livros didáticos e na literatura euclidiana, tendo Conselheiro como um sujeito que subverteu a normalidade social, não foi conivente com as injustiças e teve sua vida ceifada pela coerência entre suas ideias e as práticas sociais, em um cenário adverso à materialização de suas propostas políticas e sociais.

Os conflitos envolvendo o campesinato brasileiro se caracterizam de forma primaz pela posse da terra e libertação da escravidão. Os contextos, supramencionados revelam, que as revoluções isoladas e em períodos históricos diferentes, impulsionaram na década de 50 e 60 à organização das ligas camponesas que foram desencadeadas no nordeste brasileiro e ganharam projeção nacional.

Os três movimentos referenciados, possuem diversos pontos convergentes, entre eles destacam-se: o temor da classe dominante na destituição do poder, afinal, os movimentos referidos refletem a organização; o estabelecimento da igualdade societária, revelando a pertinência e êxito do cristianismo primitivo como modelo político viável; a ruptura ideopolítica de escravidão dos campesinos e a sua capacidade de organização coletiva na luta pela posse, fator desestruturante da classe opressora, que frente à ameaça, revida com atitudes violentas, com o intuito de silenciar o movimento e reafirmar a dominação como modelo adequado.

A terra assume duas perspectivas, para a classe dominante é sinônimo de poder e para os campesinos é elemento de sobrevivência, vida, sustento familiar. Essas configurações interpretativas conduzem a luta de classes, de um lado o desejo por um “pedaço de chão”, do outro a concentração fundiária, grandes lotes que tornam improdutivos e acumulação de terras para manter o jugo escravista no camponês.

A propriedade da terra marca um sistema político que perdura no Brasil, reforçando a tese de que a terra além de ser instrumento de auferição de renda capitalizada, se mostra como instrumento de poder ao manter um sistema de apropriação que nega o acesso a terra. (MARTINS, 1999, p. 55)

Em pleno século XXI, as classes dominantes mantêm as mesmas estratégias repressoras frente às reivindicações camponesas, utilizando mecanismos de extermínio para conter as organizações e lutas em prol da questão agrária e do acesso a terra. As experiências societárias, opostas ao modelo de sociedade vigente, eclodiram no século XX diversos movimentos organizados.

No texto foram destacados três conflitos, mas, no decorrer da história ocorreram outras manifestações camponesas em prol da terra, entre eles a Balaiada, Maranhão (1838 – 1841), Bloco Operário Camponês Rio de Janeiro (1926), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Rio de Janeiro (1938), luta dos posseiros em Teófilo Otoni Minas Gerais (1945 – 1948), Revolta de Dona “Nhoca” Maranhão (1951), Ilhéus e Itabuna na Bahia (1952), Revolta de Trombas e Formoso Goiás (1952 – 1958), Barreiras Pernambuco (1954) e Bragança Paulista (1957), Revolta do sudoeste do Paraná (1957), luta pelos arrendatários de Santa Fé do Sul de São Paulo (1959) (VÁRIOS AUTORES, 2003, p. 18; BEZERRA NETO, 1999).

Neste período, as principais formas de organização camponesa eram as ligas camponesas, associações de classes e sindicatos de trabalhadores rurais, difundidos, principalmente, a partir de variadas organizações políticas e/ou ligadas a igreja católica (MARTINS, 2010). A formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, em 1933¹², foi um fator relevante na estruturação da classe camponesa, na luta pela reforma agrária e dos direitos trabalhistas.

Na visão de Nascimento (2010), apenas no ano de 1962 do Século XX, os sindicatos rurais passaram a ganhar expressão nacional, por meio de um persistente trabalho de formação de lideranças e de quadros técnicos, desenvolvidos pelas Federações Estaduais e Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura do Estado da

¹² No ano de 1917, aconteceu no Brasil a Greve Geral dos operários, marco relevante na organização dos STR, pois este movimento foi o propulsor na luta pelos direitos trabalhistas da classe operária. Sendo uma das principais manifestações ocorridas em Território nacional. Na visão de Dias, a greve geral de 1917 não pode, de maneira alguma, ser equiparada sob qualquer aspecto que seja examinada, com outros movimentos que posteriormente se verificaram como sendo manifestações do operariado. Isso não, absolutamente não. A greve geral de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequentemente de um longo período da vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora. A carestia do indispensável à subsistência do povo trabalhador tinha como aliada a insuficiência dos ganhos; a possibilidade normal de legítimas reivindicações de indispensáveis melhorias de situação esbarrava com a sistemática reação policial; as organizações dos trabalhadores eram constantemente assaltadas e impedidas de funcionar; os postos policiais superlotavam-se de operários, cujas residências eram invadidas e devassadas; qualquer tentativa de reunião de trabalhadores provocava a intervenção brutal da polícia.

Bahia, entre os anos de 1972 e 1973. Após essa configuração, os STR municipais tornaram-se bases de apoio às lutas dos trabalhadores, se consolidando em espaços políticos efetivos.

Um dos fatores responsáveis pelo processo de ‘libertação’ dos trabalhadores rurais, com relação aos proprietários da terra, era justamente o sindicato rural, ou seja, o sindicato exercia um papel importante na organização dos camponeses como classe. (GERMANO, 1982, p. 48)

Os STR mencionados pelo autor constituíram na sua organização um instrumento político da classe trabalhadora, os quais por meio de suas formações auxiliavam os trabalhadores no processo de politização nas lutas para superar as condições precárias no campo. Este processo ideopolítico e as propostas educativas dos sindicatos abalaram as estruturas dos latifundiários que foram contraditórios a esse movimento e, mais uma vez a burguesia fez uso dos mecanismos de perseguições e violência contra a ação revolucionária.

Na visão de Luxemburgo (1976), o capital reconhece como solução para esse problema, o uso da violência para deter as ações revolucionárias, que tendem a romper suas estruturas. Este método, permanente, de acumulação do capital no processo histórico até os dias atuais, é um dos provocadores do êxodo rural e abandono das propriedades. O capital, neste sentido, atua no rompimento dessas organizações, enfraquecimento da classe camponesa e proletarização e escravidão dos agricultores.

Os sindicatos no Brasil, em diversos momentos assumiram uma postura patronal e foram utilizados como instrumentos da burguesia na opressão da classe trabalhadora e, até os dias atuais, essa realidade permanece presente nestes espaços. Na Era Vargas de 1930 – 1945, 15 anos divididos em Governo Provisório (1930 – 1934), Governo Constitucional (1934 – 1937) e Estado Novo (1937 -1945), essa configuração esteve presente nos espaços sindicais que atuaram como instrumento político para reforçar os ideais burgueses. Mantendo assim, os sindicalistas oprimidos e reféns de “esmolas” ou de ações eleitoreiras que primavam pela ruptura da organização, proibição de greves e de luta para o cumprimento de políticas sociais nas cidades e nos campos.

Na década de 50, o processo de sindicalização era inexpressivo e restrito a um número limitado de STR em locais distintos. No entanto, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro - PCB e da igreja católica, o movimento foi fortalecido pelos ideais preconizados pelas ligas camponesas e, passaram a atuar em diversos estados da confederação. A Greve Geral de 1917 foi um dos movimentos motivadores para a classe camponesa acreditar na possibilidade de abalar a estrutura imposta pela burguesia e deflagrar novas lutas no país.

Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo bandeiras e fechando estradas para obter melhores preços para os seus produtos. (MARTINS, 1995, p. 9-10)

A formação dos STRs, ocorreu simultaneamente com a fundação das Ligas Camponesas da Galileia, Estado do Pernambuco, em 1955. O conflito foi desencadeado com o descumprimento do acordo estabelecido, entre camponeses e os fazendeiros, para quem prestavam serviços. As iniciativas dos protestos decorreram das pressões dos foreiros¹³ do Engenho da Galiléia, os quais serviram de inspiração para os camponeses de outros estados erguer a bandeira da reforma agrária e criar este movimento de repercussão no território nacional.

Mera associação de autodefesa e solidariedade, no princípio, as ligas camponesas não tardam a situar-se no cenário político com uma bandeira arrancada das classes dominantes: a reforma agrária radical. (MARINI, 2000, p. 25-26)

Para Pessoa (1999, p. 61), a história da instituição das primeiras ligas camponesas, também denominada de comunistas acontecem no chamado período de redemocratização, iniciado em 1945, vinculadas à aliança operário-camponesa.

¹³ Os foreiros são trabalhadores que alugavam as áreas mais distantes das fazendas e pagavam em dinheiro pela utilização da terra e tinham também a obrigação de trabalhar gratuitamente para os fazendeiros em torno de 10 a 20 dias por ano, fato que é denominado como cambão. O cambão consistia em um dia de trabalho por semana que deveria ser pago pelo trabalhador rural, além disso, passa a representar a luta de um conjunto de trabalhadores contra o latifúndio, contemplando diversas formas de exploração da força de trabalho, que se davam na região canavieira (NOVAES, 1997, p. 39).

Revelando que estes movimentos constituíam-se como apêndice do PCB, por isso não adquiriram “relevância e nem durabilidade” (RIBEIRO, 2010).

As Ligas Camponesas contribuíram neste processo de luta pelo direito a posse e, juntamente com os partidos comunistas foram duramente reprimidos e entraram em refluxo, como certas ações políticas e sociais ligadas à igreja católica foram toleradas o apoio ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MELO, 1964).

As Ligas Camponesas e os Movimentos Sindicais dos Trabalhadores Rurais emergiram no cenário nacional marcado pelo Regime Militar que através da repressão, na tentativa de romper com as ações democráticas das manifestações e sancionar os desdobramentos políticos provocados pela emergente efervescência em território nacional (IANI, 1975).

Nos anos 50, o governo brasileiro cria órgãos de representação dos camponeses com o intuito de impedir o desencadeamento de novos conflitos na luta pela terra. A exemplo, da Confederação Rural Brasileira – CRB, em 1951, como órgão máximo de representação do setor agropecuário nacional, com o propósito de inibir as formações autônomas de trabalhadores e pequenos proprietários, mantendo-os subalternos a suas organizações e aos seus interesses (PICOLOTTO, 2011).

Em 1954, funda a União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, abrangendo os trabalhadores agrícolas de São Paulo e Paraná, sua principal pauta de reivindicação era a extensão do salário mínimo para o campo, reforma agrária e melhorias de vida para os agricultores (PICOLOTTO, 2011). As políticas de governo na década de 50, tiveram como foco diminuir os conflitos no campo e direcionar os camponeses para uma representação da classe. Tais ações reforçam o propósito da burguesia em conter as organizações dos camponeses.

No início da década de 60, as ligas camponesas consolidadas em Pernambuco, lideradas pelo advogado e deputado do Partido Socialista Brasileiro – PSB, Francisco Julião, maior expoente e também responsável pela radicalização das mesmas, imputou os dizeres “Reforma Agrária na Lei ou na marra”. Nas referidas décadas (50 até 64) o movimento camponês assumiu novas formas organizativas se fortalecendo como força social e política de importância nacional

(ARAÚJO, 2007). Neste período, os movimentos deixaram de acontecer isoladamente e através das Ligas Camponesas tiveram projeção em todo o país.

A questão/reforma agrária brasileira é composta por um jogo de interesses, em que sempre são beneficiados aqueles que estão no poder (VENTURELLI, 2013). A reforma agrária na atual conjuntura do país é uma pendência que depende de uma nova construção social e política que exige uma ruptura do atual modelo econômico. Além de, propor uma alteração na visão que as classes dominantes possuem da terra como instrumento de poder para subjugar às classes camponesas trabalhadoras e excluí-las do processo de produção.

Em 1963, é fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, apoiada por políticos e alas da igreja (MEDEIROS, 1995). No mesmo ano foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural que previa a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, a sua operacionalização ocorreu a partir do ano de 1971, com a aprovação da Lei Complementar n. 11, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL, que previa os benefícios previdenciários (aposentadoria por idade e invalidez, auxílio doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte e auxílio funeral).

Para atender as prerrogativas do PRORURAL, os STRs passaram a ser um dos principais agentes na execução do FUNRURAL, pois os mesmos passaram a ser utilizados em serviços de fiscalização e na identificação dos grupos rurais atingidos pelo programa (COLETTI, 1998). Essa estratégia governamental contribuiu para o caráter assistencialista dos sindicatos. Com esta perspectiva de atuação, muitos sindicatos surgiram a partir de estímulos de prefeituras e forças ligadas ao poder local. É neste contexto, que no ano de 1969 é criado o SINTRAF em Conceição do Coité – BA.

Essa relação simbiótica do governo com os sindicatos inibiu os processos reivindicatórios a política de exigência e o denunciismo. Essa influência não ocorre apenas em Conceição do Coité – BA, mas em todo o país através do fenômeno denominado de corrente corporativista do movimento sindical, como instrumento do Estado para atender assistencialmente aos trabalhadores rurais e mantê-los sob controle. E a expressão do arrefecimento da luta de classe no campo para conter os conflitos.

Após o Golpe Militar de 1964, as Ligas Camponesas foram minadas, pois, a primeira iniciativa com a tomada do poder foi de fechá-las e perseguir, tenazmente, seus líderes (MEDEIROS, 1995). Forma de repressão assemelhada com os conflitos e rebeliões que antecederam as Ligas.

As Ligas tiveram um papel importante na história das lutas sociais, este deixando um legado para os movimentos sociais do/no campo, assim como todas as rebeliões anteriores.

Revitalizando um nome já conhecido e motivados pela luta e pelo direito à terra, as Ligas mobilizaram, durante dez anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças. E, sobretudo, propiciou dignidade a milhares de cidadãos que viviam no interior, em especial na região Nordeste do Brasil. Esse movimento camponês, por fazer a luta direta, por estimular a mobilização das massas e por exigir das autoridades e das oligarquias soluções imediatas para seus problemas, se politizassem com muita rapidez. (STÉDILE, 2002, p. 34)

Essas organizações da classe trabalhadora, impulsionou os latifundiários a se estruturarem e criarem o Movimento União Democrática Ruralista – UDR, com o intuito de defender suas propriedades (lotes de terra), responder as manifestações dos camponeses e vetar as discussões favoráveis a questão da reforma agrária.

Diante das organizações camponesas o latifundiário passou a se estruturar através da UDR que teve sua gênese apoiada por Parlamentares (grandes proprietários de terra), a união desta classe dominante decorre dos resultados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra (RIBEIRO, 2010), na qual aprovaram um texto reacionário, que premia o latifúndio improdutivo. A luta para manter a posse desencadeia em atos de violência no campo, pois estes passaram a contratar “jagunços/capangas/seguranças” para proteger suas terras e culpar os camponeses para justificar as agressões e armamentos. Essa ação inverte a lógica da história, transformando as vítimas em responsáveis pela brutalidade no campo (MELO, 2006).

Para os autores citados, a constituição dos grandes proprietários de terra para conter o avanço dos movimentos sociais pela reforma agrária é mais antiga, tem seu início antes da década de 60 do século XX. Ações organizadas do latifundiário para contenção dos ânimos dos movimentos favoráveis a conquista da reforma agrária.

Os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, na mesma década, apoiaram a radicalização dos movimentos sociais populares, despertou uma forte reação dos latifundiários, que se organizam na Sociedade Rural Brasileira, inclusive com milícias armadas, para conter o avanço pela Reforma Agrária (MARINI, 2000).

Neste cenário de disputas os latifundiários tiveram o apoio de políticos, coniventes com a causa por possuírem grandes lotes de terra, com um arsenal de armas e homens contratados, aumentando a violência nos conflitos no campo.

As resistências fortaleceram a classe dos camponeses no decorrer da história, além de, reforçarem as manifestações contínuas na cena brasileira na luta pela terra e reforma agrária. Denotando com tais rebeliões as insubmissões desses sujeitos históricos contra a denominação, preconizada, por fazendeiros/coronéis/latifundiários.

Na década de 70, os movimentos sociais do/no campo refluíram a um período de desestruturação, marcado pelas crises da resistência do camponato, além de favorecer a intensificação das monoculturas e a ampliação da agroindústria no país consolidadas na década de 80 com o modelo agroexportador e agroindustrial. Neste período, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA), com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro e administrar as terras públicas da união.

No final dos anos 70, início dos anos 80, os movimentos sociais do/no campo se reergueram, reiniciando o processo de ocupações de terras e a luta pela reforma agrária, através da criação e estruturação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Entre 1978 a 1983 os sindicatos conquistam a independência, subvertida na ditadura militar e retornando a sua legitimidade decisória de reivindicação. A Greve Geral dos Metalúrgicos do ABC, 1979, a criação da Central Única dos Trabalhadores, no ano de 1983, ambos eventos ocorridos no estado de São Paulo.

A greve dos metalúrgicos do ABC paulista, recebe este nome por eclodir nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, durante os anos de 1978, 1979 e 1980. Estes movimentos operários despontam durante a ditadura militar. De acordo Sales e Matos (2007), o governo ditatorial negava o processo reivindicatório dos trabalhadores e instituiu no país, o período contrarrevolucionário de cassação da liberdade. Esta forma de governo não coibiu a organização dos operários e da greve

do ABC paulista, que demonstrou o repúdio dos trabalhadores a opressão e exploração que estavam submetidos e contribuiu para a renovação sindical do seu papel social em defesa da classe trabalhadora.

A greve deflagrada no ABC paulista, constitui um marco histórico no país, através da formação de novos padrões de ação coletiva e emergem novos sujeitos políticos (SADER, 1991). E contribuiu para a criação dos partidos políticos como, Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Democrático Trabalhista – PDT e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Com o desgaste do regime militar, inicia um processo de construção de um sindicato rural renovado, pautado na organização e mobilização dos trabalhadores. Essa reestruturação rompe com o caráter assistencialista, imposto pela ação governamental (DIAS e SILVA, 2009), e favorece uma mudança de postura dos sindicalizados que passam a reivindicar.

Agregado ao processo de metamorfoses vivenciado no movimento sindical brasileiro em 1975, a igreja católica cria a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2009) que contribuiu, decisivamente, para afirmar o caráter reivindicativo do sindicalismo rural e a luta pela reforma agrária.

Esse novo sindicalismo procurou romper com a postura assistencialista e paternalista dos sindicatos tradicionais ou 'acomodados'. Enquanto o antigo priorizava audiências com o governo e também alianças feitas apenas pela direção, o novo preferia a mobilização dos agricultores e o engajamento do maior número possível de trabalhadores. (BONI, 2004, p. 291)

A década de 80 representou um marco na organização camponesa e intensificou as lutas pela conquista da terra (ARAÚJO, 2006). Período em que nasce a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Com o propósito de lutar pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, sob a perspectiva de uma sociedade sem exploração, imperando a democracia política, econômica e social (CUT, 1983).

A criação da CUT propunha o revigoramento do sindicalismo (rural e urbano), no desenvolvimento de práticas que tendiam afirmar a autonomia sindical e estabelecer novos objetivos e retomar antigas bandeiras de lutas, como a reforma agrária.

Na década supramencionada, os movimentos sociais do/no campo, contemplam a concretização de algumas bandeiras de lutas, a exemplo do surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, em 1985 e a criação do Ministério da Reforma do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. De acordo com Delgado (2005), esse processo foi beneficiado na elaboração da Constituição Federal - CF de 1988, que alterou o estatuto da propriedade fundiária, legitimando a função social da terra.

A conquista do MIRAD foi relevante, mas não atendeu as reivindicações dos movimentos sociais do/no campo e, apenas no ano de 1993 estes visualizam a promulgação da Lei 8.629, que dispunha sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária no Brasil.

No decorrer das décadas, a Bahia assumiu uma posição de destaque nas disputas pela terra, as quais inseriram o Estado entre as três maiores regiões de conflitos, juntamente com o Pará e o Maranhão. De acordo com os dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, nos anos de 1980 e 1981, indicaram a região Sul (atualmente Território do Litoral Sul) e no Extremo Sul como o local de maior conflitualidade e violência no campo.

Estes episódios de lutas foram o marco da atuação do MST na Bahia, a efervescência da sua organização permitiu uma eclosão de diversas ocupações nos territórios. A adoção deste método pelos camponeses favoreceu a desapropriação de diversas áreas e a criação de diversos assentamentos. Neste período, diversas vidas foram ceifadas em uma guerra constante entre camponeses e pistoleiros contratados pelos latifundiários. Os anos 80 marcaram a consolidação dos movimentos sociais/sindicais do/no campo em diversas regiões da Bahia, entre elas o Território de Identidade do Sisal (tópico 3.3).

No governo de Fernando Collor (1990 – 1992), a reforma agrária foi paralisada e não ocorreu nenhuma desapropriação de terra para essa finalidade (GUEDES PINTO 1996, p. 70; ABRAMOVAY, 1992, p. 78). No governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 – 2003), após os massacres de camponeses em Corumbiara- RO (1995) e em Eldorado dos Carajás – PA (1996), em respostas as mobilizações sociais foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF (SCOLSE, 2005).

As tentativas do governo, através da criação de órgãos visando a reforma agrária, foram vetadas no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados pela Bancada Ruralista da UDN, grupo que representava o interesse dos grandes proprietários de terra. Segundo Delgado (2005), a UDN detém forte representação política estruturada em vários partidos, a exemplo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido da Frente Liberal – PFL e o Partido Progressista – PP, correspondendo de 1/4 a 1/3 do número de senadores e deputados.

No governo de FHC, em virtude das pressões dos movimentos sociais, foram adotadas diversas medidas favoráveis a reforma agrária, como por exemplo, o aumento do número de desapropriações e a criação de linhas de crédito específicas para assentados (SPAROVEK, 2003). Este autor defende que essas ações não conseguiram reduzir o índice de Gini¹⁴ para o Brasil que se encontrava em 0,854¹⁵. Segundo o MST (2010), não houve alterações substantivas em relação ao resultado de 1985 (0,857), 1995/1996 (0,856) e em 2000 (0,802). A afirmação de Sparovek (2003) foi confirmada no censo agropecuário de 2006, o qual revelou que nos últimos 20 anos, a concentração de terras continua no mesmo patamar (IBGE, 2006).

Para o MST, esses dados apontam que as políticas de criação de assentamentos dos governos de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Lula não conseguiram enfrentar o controle das terras pelos latifundiários (MST, 2010). Este indicativo reforça a tese defendida neste estudo, sem uma revolução proletária que rompa com este modelo político e econômico perpetuado pelo capitalismo, a reforma agrária permanecerá pendente.

Na década de 90, o MST se consolida como maior movimento social do/no campo na luta pela reforma agrária e, através das organizações, das manifestações e resistências no campo, os movimentos sociais do/no campo foram multiplicados, ampliando assim, as conflitualidades e a criação dos assentamentos rurais (FERNANDES, 2008a). O êxito do movimento acontece através da parceria com o sindicalismo rural que contribuiu significativamente para as conquistas na luta pela terra.

¹⁴ Conhecido também como Coeficiente de Gini é o cálculo usado para medir a desigualdade social.

¹⁵ Quanto mais próximo do 1, maior é a concentração.

Em alguns municípios, o Movimento dos SemTerra penetrava nas “comunidades” com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; em outros, com o auxílio de agentes religiosos ou membros das oposições sindicais. (SCHMITT, 1992, p. 350)

Neste período, a “agricultura familiar” é afirmada como categoria, exigindo do sindicalismo rural a construção de “um novo” modelo de desenvolvimento de reivindicações em favor de políticas públicas extensivas a todos os segmentos empobrecidos do campo (MEDEIROS, 2001).

As exigências dos movimentos sociais do/no campo, provocam uma série de iniciativas estatais que procuravam estabelecer a discussão da reforma agrária e a estruturação do campesinato. Destacando a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, propiciando o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 2005).

Em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizada desde o final da década de 80. O programa nasceu com a finalidade de promover o débito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. (CAZELLA, MATTEI e SCHNEIDER, 2004, p. 2)

Com o PRONAF, os camponeses tiveram acesso as políticas públicas, como de apoio técnico e financeiro para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e, passam a rejeitar o modelo agroexportador adotado no país, aderindo a agricultura de base agroecológica.

Nos anos 90 e 91, no Estado da Bahia ocorreram 107 conflitos e incalculáveis mortes de camponeses (CPT, 1992). Essas perpetuações de violências no campo incentivou o MST, a organizar manifestações nacionais com um novo lema de ordem “ocupar, resistir e produzir” e a elaborar a proposta política, voltada para a garantia das áreas conquistadas e cooperação agrícola (crédito, assistência técnica, política de preços e relações com a agroindústria) (MST, 1991).

As propostas do MST foram estagnadas em decorrência do arrefecimento dos movimentos sociais, esse processo de despolitização crescente foi evidenciada nos sindicatos como afirma Druck:

Nesta medida, os sindicatos se transformaram num fim em si mesmos, e como tal, atuaram, cada vez mais, dentro da legalidade do capital, deixando de ser um meio para construir uma legalidade própria da classe trabalhadora que alimentasse a construção de um projeto político alternativo à hegemonia neoliberal. (*ibid*, 1996, p. 42)

O enfraquecimento dos movimentos sociais/sindicais do/no campo diminuiu as ocupações e a luta pela reforma agrária, atrelando-os ao que Druck (1996) definiu como a legalidade do capital. Tal ação diminuiu o caráter combativo, substituindo as bandeiras de lutas dos movimentos que passaram a agir atendendo a lógica governamental, tornando-os extensões de órgãos públicos, estagnando a luta tornando-se meros propositores e negociadores de ideias. Esta relação dos movimentos sociais do campo com o Estado desencadeou uma crise evidenciada no país, repercutindo no SINTRAF que aderiu a este modelo de atuação pacífica, suas lutas foram reduzidas com o advento do PT ao poder, com a eleição de Lula.

No governo Lula (2003 -2010), ampliaram-se as expectativas dos movimentos sociais para a consolidação da reforma agrária. Na sua gestão foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, prevendo a implantação de novos assentamentos e a reestruturação dos existentes. Apesar dessa ação, inicialmente houve uma desaceleração no processo de reforma agrária (ARAÚJO, 2006).

A avaliação das entidades sociais integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, no Governo Lula houve um aumento da violência no meio rural e uma retração na reforma agrária (MENDES, 2005, p. 50). De acordo com Carvalho (2005), este fator ocorre devido a manutenção da política compensatória e populista de pensar na reforma agrária apenas pelo espectro de criação de assentamentos.

O Governo Lula, sustentado por um partido originalmente de esquerda, de conhecido compromisso histórico com a bandeira da reforma agrária, tem se portado como se esta política já não tivesse mais a mesma importância de outrora. Semelhante ao Governo de FHC, tem buscado ampliar o número de famílias atendidas por programas de caráter predominantemente assistencialista [...] em

detrimento de uma atuação firme visando a efetiva inserção social da população mais pobre. (MARQUES, 2004, p. 51)

O Governo de Lula reproduziu a política neoliberal implantada no governo FHC e reafirmou o fortalecimento do latifúndio no Brasil, demonstrando que a efetivação da reforma agrária no país sobrepõe a ideologia partidária e o pensamento compensatório de criação de assentamentos rurais. Estes modelos adotados pelo governo têm cristalizado a lógica do capitalismo, excluindo os camponeses do acesso a terra, intensificado a violência no campo e inibindo a permanência do trabalhador, pois as terras cedidas, não atendem as condições estruturais para o agricultor se fixar.

É inegável que a origem da classe camponesa transcorre no modo de produção pré-capitalismo e, com o surgimento desse modo de produção, no decorrer da história, as relações entre camponato e capital são de conflitualidade permanentes, explicadas de um lado pela subalternidade do camponato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações da terra (FERNANDES, 2008).

A ocupação da terra apresenta-se como uma realidade determinadora de espaço/tempo, que estabelece uma cisão entre o latifúndio e assentamento, entre o passado e o futuro. Nesse sentido, este embate favorece a resistência do camponês e representa a fronteira entre o sonho e a realidade, construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000).

Estas ocupações da terra e as políticas governamentais destinadas aos camponeses não são suficientes na luta pela questão da terra. No entanto, tais ações pressionam a retomada das discussões em prol da reforma agrária, estimulam as organizações dos movimentos sociais do/no campo na construção de novas práticas na luta contra o capital, para assegurar a permanência destes sujeitos históricos nos campos brasileiros. A propriedade da terra, até os dias atuais é marcada pela desigualdade, visto que 2% dos proprietários (latifundiário) dominam 45% do território e 55% das terras são divididas para 98% dos trabalhadores do campo (PASQUETTI, 2012).

As lutas dos camponeses no decorrer da história foram imprescindíveis para a manutenção desta classe trabalhadora, pois através da conflitualidade, estes

sujeitos têm resistido o controle societário imposto pelo capital e, reivindicado contra as ações governamentais discrepantes em benefício do latifúndio.

Neste aspecto, a organização dos movimentos sociais do/no campo favoreceu a construção de um novo capítulo histórico, pautado em resistências e conquistas intensificadas em defesa da reforma agrária que atenda aos interesses dos camponeses, nos enfrentamentos contra o latifúndio e a parcialidade do Estado no favorecimento da burguesia.

A historicização das lutas pela posse de terra no Brasil revela que a estrutura fundiária e a reforma agrária permanecem pendentes. As aglutinações dos trabalhadores não foram suficientes para modificar os rumos agrários do país. Situação está que persiste no Território de Identidade do Sisal. Os movimentos sociais do/no campo têm se organizado, mas poucas ações foram efetivadas no decorrer das décadas e, os camponeses ficaram impotentes e dependentes de programas sociais governamentais para se manter na região e nas suas propriedades nos períodos de seca.

A formação do Território do Sisal possui nuances diferenciadas no contexto do estado da Bahia, pois este espaço é reforçado pela facilidade de manter a coletividade através da organização da sociedade civil, em movimentos sociais, principalmente os do/no campo, devido as suas características agrárias.

3.3. Um breve histórico dos movimentos sociais do/no campo no Território de Identidade do Sisal

O Território do Sisal foi palco de três fenômenos históricos e sociais notáveis e emblemáticos do nordeste brasileiro. Destacando-se a passagem de Antônio Conselheiro¹⁶ em 1892, da Coluna Prestes em 1926 e o cangaço liderado por Virgulino Ferreira da Silva, o legendário Lampião em 1928 (PTDRS SISAL, 2010).

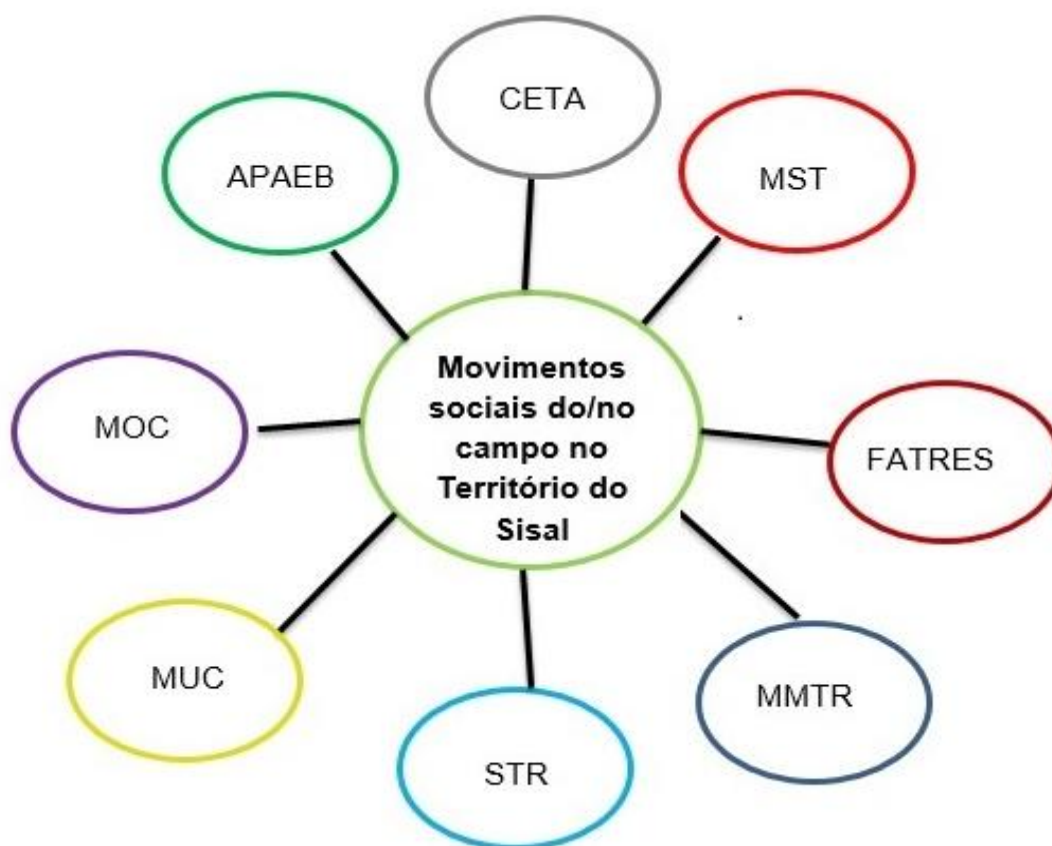
De acordo com o supracitado, podendo inferir que estes fatos são indicativos relevantes na constituição dos movimentos sociais no TI do Sisal, trazendo

¹⁶ Os relatos de historiadores do TI do Sisal e no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS mencionam o fato perpetuado no decorrer das gerações pelos seus antepassados, mas não tendo registro da data em que ocorreu, lembrando que os canhões utilizados para destruição do arraial tiveram passagem pelos trilhos de Queimadas e Santaluz.

contribuições para forjar o caráter social de enfrentamento, através da organização política, de manifestações de lutas e resistências do povo sisaleiro.

Os registros históricos do TI Sisal, os movimentos sociais do campo ocupam espaço importante de mobilização em torno de iniciativas não governamentais de ação, destacando-se, nesta seara de organização coletiva os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR e a Pastoral Rural da Igreja Católica (PTDRS SISAL, 2010).

Figura 5: As organizações sociais do/no Campo Presentes no Território de Identidade do Sisal (Movimentos sociais/sindicais e associações).



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

O primeiro movimento social do/no campo no Território de Identidade do Sisal data-se em 1969, através da mobilização de camponeses que reivindicavam do Governo do Estado da Bahia medidas contra as cobranças excessivas de impostos que castigavam os agricultores no momento da comercialização dos seus produtos

(PTDRS SISAL, 2010). Contudo, identificamos um movimento social do/no campo do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Conceição do Coité – SINTRAF, não é citado nos documentos oficiais. Este movimento tem como bases estruturantes incentivar, promover a construção de políticas sociais e preconizar a valorização identitárias dos sujeitos do campo¹⁷.

Na década de 80 do século XX, os trabalhadores rurais se organizaram, coletivamente, em favorecimento dos mutilados do sisal, muitos deles foram vitimados pelo trabalho no processo de desfibramento do mesmo. Esse movimento foi destaque nacional e mobilizou os governantes da época, a exemplo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que visitou o Território com o intuito de conhecer o problema e, anos mais tarde, conceber o direito ao amparo previdenciário (PTDRS SISAL, 2010).

Conquistas como estas, anos depois instigou os trabalhadores rurais, de diversos municípios, a lutar contra o poder hegemônico estabelecido pelas elites políticas locais nos municípios do TI do Sisal e, assim, resgatar o controle dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, dirigidos pela burguesia local. As lutas coletivas iniciadas em 1979 contribuíram para que na década de 90, as mulheres trabalhadoras discutissem o seu papel na sociedade e, desses debates se organizam e criam o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR (PTDRS SISAL, 2010).

Os fatos supramencionados revelam a marca histórica dos movimentos sociais do campo no TI do Sisal de pessoas em torno de associações, cooperativas de movimentos de agricultores que se organizam em prol de transformações sociais para atendimento de demandas e criação de políticas públicas destinadas à agricultura.

De acordo com os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2011), o Território do Sisal possui, aproximadamente, 10% do número de Agricultores Familiares – AF do estado da Bahia e, possui 63% dos seus habitantes residindo nas áreas rurais (IBGE, 2010). Fatores relevantes à importância dos movimentos sociais do campo na elaboração de propostas e desafios na construção identitária da população sisaleira.

¹⁷ Informações localizadas na página do SINTRAF, disponível em: <http://sintrafcoite.blogspot.com.br/p/institucional.html>. Acessado em: 07 de abril de 2014 e relatos cedidos pela sua assessoria de comunicação do mesmo.

3.4. Caracterização do município de Conceição do Coité

O município de Conceição do Coité- BA foi formado no final do século XVIII, povoado por remanescentes de uma bandeira que procediam de Serrinha, a mesma edificou a capela de Nossa Senhora da Conceição. O topônimo refere-se à Santa homenageada com a primeira capela e a denominação inicial Coité, de acordo com o vocabulário tupi (vasilha côncava feita de casca de cabaça), esta cidade foi emancipada no ano de 1933 (IBGE, 2010).

No entanto, as histórias de Conceição do Coité, contadas pelos memorialistas, especialmente por Vanilson de Oliveira (1987), Graça Carneiro (1997) e Barreto (2007), revelam que a cidade é filha de um “estupro coletivo”, se referindo ao processo de ocupação e dominação do espaço, que ocorreu no período das Entradas e Bandeiras, quando as terras do sertão baiano eram abertas pelos colonos que faziam caminhos e repousavam em vales, às margens dos rios Jacuípe e Tocós (SILVA, 2010, p. 88).

A formação do município de Conceição do Coité relatada pelos memorialistas supracitados revela a presença de disputas pela terra. Um latifundiário de nome Antonio Guedes de Brito, o primeiro proprietário das terras onde foi construída a referida cidade, foi o responsável por autorizar os ataques que exterminaram os povos autóctones da região, como mostra o verso de Barreto (2007), *Antonio Guedes de Brito criou equipes potentes. Para defender a terra que era dos parentes, banindo dela os gentios e com atos dos mais frios, matou toda essa gente* (p. 52).

Tais narrativas denotam a formação do latifúndio no município, a qual antecede a sua organização e estruturação. Expondo através desta história que a luta pela terra, os atos de violência e resistência estão presentes na composição de Conceição do Coité, elemento essencial para compreender a importância dos movimentos sociais do/no campo que, historicamente, se fortalecem neste espaço e a questão fundiária.

Nos anos 60 do século XX, o município de Conceição do Coité foi citado no Jornal A Tarde (1962), na coluna “Uma cidade”. A matéria citava a situação de pauperização dos lavradores, misticismo, esperança dos camponeses nos períodos de seca, significado do sisal para estes trabalhadores e ao mesmo instante uma descrição da simplicidade e hospitalidade deste local:

Apesar de sofrer os amargores das secas, que transformam os campos do sertão baiano em causticantes desertos, extinguindo em poucos meses o trabalho esperançoso dos paupérrimos lavradores, que do solo extraem o sustento cotidiano da família, Conceição do Coité, é uma cidade que cresce com o dinamismo e o labor da sua gente.

Possuindo o sisal como produto básico, embora cultivando também o milho, a mandioca e o feijão, produzindo estes quando há sementes para a plantação e “Deus manda o bom tempo”. Sua hospitaleira população, dia a dia, com mais entusiasmo vai aderindo ao cultivo do agave, planta que a natureza criou para sanar os sofrimentos dos bondosos lavradores, surgindo qual alviçareira aurora para a concretização de um ideal de desenvolvimento e progresso.

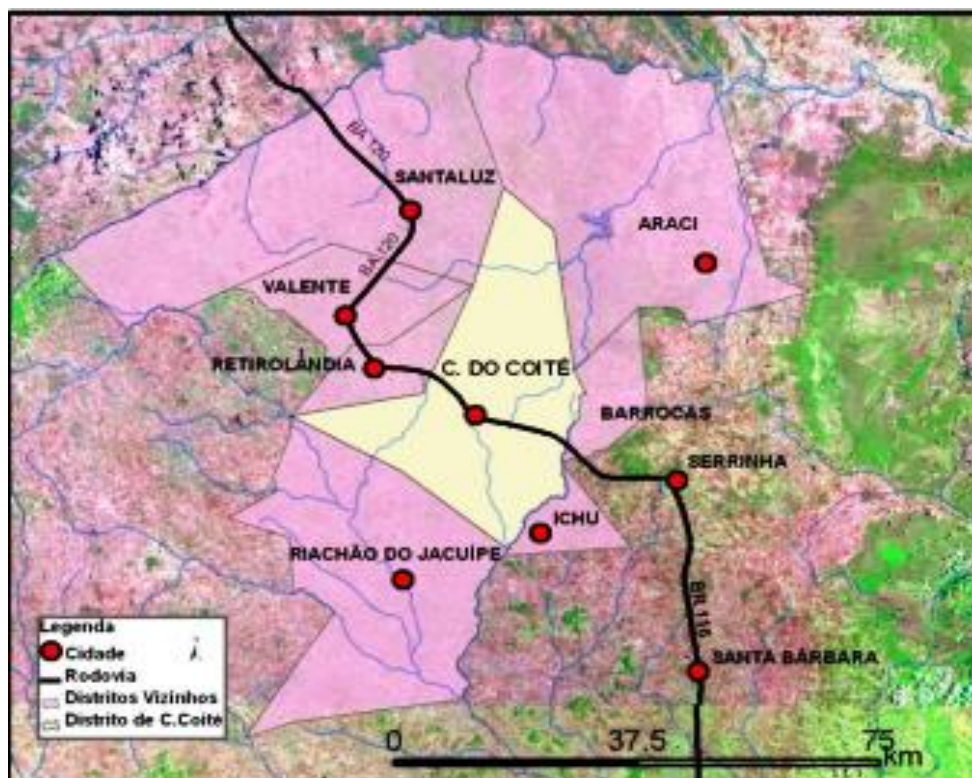
Suas vastas avenidas, seu clima saudável, sua população alegre e pacata, seu coqueiral saudando os visitantes, suas morenas tostadas pelo sol sertanejo, as inolvidáveis noites luar, as apetitosas iguarias que são encontradas em suas feiras, o badalar nostálgico da Ave Maria, o repicar do velho bronze convidando à missa as paisagens que se descortinam a seus olhos, a ternura da gente sertaneja, concorrerão para a gente esquecer por alguns instantes as preocupações e dizer aos seus amigos: conheci uma cidade onde reinam a paz e a poesia, a compreensão e o amor. Conheci Conceição do Coité. (A Tarde, 1962, p. 5 *apud* SILVA, 2010, p. 110)

Através desta reportagem de linguagem poética mostra a configuração do campesinato e sua miserabilidade foi citada, assim como as características de solo e produtividade de uma região, eminentemente agrícola, em que o sisal era o principal responsável pelo sustento de 150 mil trabalhadores e a riqueza gerada em decorrência da sua comercialização favorecia apenas 5% da população.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o município de Conceição do Coité (Figura 6) possui uma população de 62.040, deste quantitativo 25.762 residem na zona rural (composta por 117 comunidades, SINTRAF, 2014), equivalendo a aproximadamente 42% habitantes, mostrando assim, a relevância do campo como espaço de investigação que essa pesquisa se propôs. O município possui taxas alarmantes de não escolarizado, totalizando 27,87%, sendo a maioria destes sujeitos residentes no campo. Estas estatísticas remetem a posição no *ranking* de 335º no estado da Bahia composto por 417 municípios (IBGE, 2010).

Os dados supracitados denotam a relevância da formação para o SINTRAF, que tem estimulado, através de suas reuniões e práticas educativas, motivar os agricultores (as) familiares a participar dos programas de alfabetização e ampliar os conhecimentos referentes à política sindical.

Figura 6. Localização de Conceição do Coité.



Fonte: Base de Dados Cartográficos do SEI (2009)

O município de Conceição do Coité possui características agrícolas de subsistência, em destaque o plantio do milho, feijão e mandioca, mas foi através da cultura do sisal, que o mesmo ficou conhecido nacionalmente, por ser a atividade econômica principal e exercer influência na absorção de mão-de-obra (SEI, 2011).

Nós temos uma variação, nós temos uma região que a maior fonte de renda dos agricultores é o sisal essa é a predominante, por exemplo se você pegar Salgadália até chegar aqui no São João, aí você tem uma outra que também é específica que é essa região do Tabuleiro, porque Coité é felizmente um negócio assim extraordinário parece com o Brasil e a Bahia é tem o sul da Bahia, tem o sul do

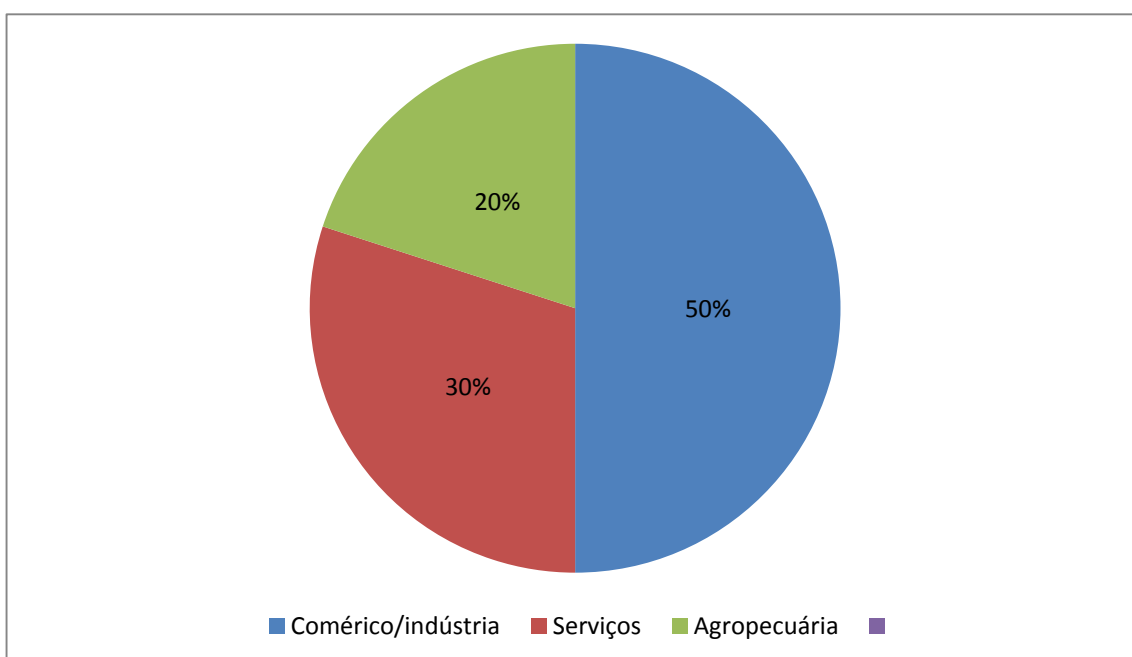
Brasil e nós tem aqui também o sul de Coité essa parte aqui dos Tabuleiros de Coité, bastante rico entendeu, que predomina principalmente a agricultura mesmo, a mandioca, melancia, a batata. Nós temos uma variedade de produção nessa região de Pimba, Sambaíba, Brejo, Maxixe, Onça, Pedra, Baixa Nova, até chegar no Correia essa região toda nós temos uma variedade na agricultura familiar bem sortida. (Barriguda¹⁸)

Atualmente a economia do município está representada no Gráfico 1, com o declínio da agropecuária que mantém como a principal cultura o sisal (provocado pelos intensos períodos de estiagem), no final dos anos 80, Conceição do Coité alterou sua condição de renda eminentemente agrícola. A indústria, comércio e serviços substituíram as lacunas deixadas na agricultura para manutenção da população em seu *lócus*, gerar renda e reduzir o êxodo dos camponeses na procura de oportunidades de trabalho.

Outra característica percebida em Conceição do Coité é o acesso da agropecuária verificada através da agricultura de subsistência (com o plantio do milho, mandioca, melancia, batata e feijão), a pecuária (com a criação de ovinos caprinos, aves e bovinos) e através dos projetos de cisterna de produção tem consentido a estruturação da horticultura, como culturas que amparam os agricultores familiares na geração de renda, nos períodos de decadência do sisal.

¹⁸ Os nomes são fictícios para preservar a imagem e a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Gráfico 1: Representação econômica do município de Conceição do Coité - Bahia¹⁹



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2014.

A diversidade na produção agrícola tem impulsionado os agricultores familiares na organização e fortalecimento de cadeias produtivas (polpa de frutas, hortaliças e derivados da mandioca) que beneficiam a ampliação da geração de renda através da comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A disparidade de culturas apontadas pelo presidente do SINTRAF tem permitido a estes sujeitos, principalmente, às mulheres a independência financeira, o resgate da autoestima e, assim manter a qualidade de vida no campo.

3.5. SINTRAF: Uma história marcada por desafios

O SINTRAF inicialmente com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité – STR foi criado no dia 08 de fevereiro, no período do regime militar. Inicialmente funcionava na sede da prefeitura etinha como uma de suas

¹⁹A representação gráfica foi elaborada de acordo com as estimativas do SINTRAF (2014). Até a finalização da pesquisa de campo, o município não tinha esses dados sistematizados.

propostas a assistência social para os sujeitos do campo, através da prestação de serviços na área de saúde e educação.

No decorrer dos anos, este movimento social/sindical do/no campo superou diversos desafios, o primeiro foi subverter a relação pacífica do sindicato com o poder municipal, através da eleição de uma nova diretoria em 1993. Fato que se tornou realidade em 1994, quando a instituição resgatou sua identidade de movimento social/sindical do/no campo, iniciou o processo de (re)conquista da credibilidade dos agricultores familiares e, assim reescreveu uma história de lutas.

Entre elas destacam-se a construção de uma nova sede avaliada na cidade de Conceição do Coité em 1 milhão e 500 mil reais (um milhão e quinhentos mil), conquistas trabalhistas para os agricultores familiares e trabalhadores rurais e a aquisição da dignidade e independência das mulheres que viviam sob o jugo dos conjuges, desenvolvimento de práticas educativas e formações políticas para os novos filiados.

Na década de 40 do século XX, até a ditadura militar, nos anos 70, o sindicalismo no Brasil sofreu um engessamento de suas reivindicações e se transformou em um organismo colaborador do Estado (MANFREDI, 1996, p. 48). Realidade que ocorreu com o SINTRAF, criado neste contexto e até o final do ano de 1993, atuou como instrumento colaborativo do poder municipal.

A cristalização da relação sindicato com o governo em Conceição do Coité – BA marcou a sua história, através de diversos prejuízos, como a perda do seu patrimônio e a despolitização dos trabalhadores. Sancionada, através dos seguintes dados: atualmente menos de 25% dos 15.804 filiados, participam ativamente das ações do sindicato e, destes apenas 3936 (sendo 2943 aposentados) estão em dia com o pagamento da mensalidade. Para o presidente do SINTRAF, isso ocorre, em detrimento dos benefícios e após consegui-los os trabalhadores somente retornam quando necessitam de outro serviço.

O SINTRAF não conseguiu infringir a concepção do sindicato como instrumento assistencial, perdura até os dias atuais. Como revela os relatos do depoente e ratificado com os dados supracitados:

Na época não era pela questão da consciência, na verdade em 85 o sindicato era tido como uma instituição por onde passava todas as pessoas que tinha problemas de saúde, mulheres que iam ganhar

neném, todos tinham que passar pelo sindicato. Em 85 como todo o jovem, minha mulher ficou grávida ela se filiou e eu achei que era importante se filiar também na época. Infelizmente a gente não tinha uma preparação, a consciência para que era o sindicato. O sindicato de Coité nasceu da conjuntura da ditadura militar, o sindicato pelego dentro da prefeitura. Em 85 tinha este trabalho de saúde, tanto que tinha uma sede muito grande o sindicato, funcionava quase como um hospital e perdeu tudo em causas trabalhistas para médicos e dentistas que trabalhava para o sindicato nessa área. O sindicato invés de cobrar da prefeitura e do governo os serviços para a população, ele terminava substituindo o papel do governo ou então atrelando ao governo para fazê-lo. O sindicato de Coité foi o que mais demorou nesse regime, mesmo com a democracia ele ficou até 93 em uma direção que afundou o sindicato. (Barriguda)

A visão dos sindicatos como instituições assistencialistas surge no Governo de Getúlio Vargas, com o intuito de refluí-los, amainando suas lutas e tornando-os instrumentos políticos no cumprimento de ações sociais para os trabalhadores do campo e da cidade. Essa ação arrefeceu a luta e estimulou a procura dos trabalhadores para atendimentos específicos no município de Conceição do Coité - BA, deixando as reivindicações em segundo plano. Tal ação favoreceu o estreitamento das relações entre estado e movimento sindical no/do campo, gerando um processo de estatização.

Atualmente, o SINTRAF revive este processo de estatização provocado com a eleição de Lula para presidente e, posteriormente com o de governador Jacques Wagner e o prefeito de Conceição do Coité, ambos do PT. Essa relação do sindicato é visível através de fotos do governador e ex-presidente, panfletos sugerindo candidatos do partido, a indicação de nome para ocupar a secretaria municipal de agricultura e posicionamento nas formações políticas, apresentando propostas de candidatos apoiados e solicitando o voto para o partido permanecer no poder.

A cooptação dos dirigentes dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no governo Lula, inibiu o seu caráter contestatório e os transformou em espaços burocráticos de atendimento das políticas públicas governamentais ou assistencialistas. Arrefecendo a luta e contrariando, os participantes destes movimentos que esperavam mudanças significativas na questão agrária no Brasil:

Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência eu achava que ia melhorar bastante, porque era o partido que fazia a

linha de frente na reforma agrária, lutava por isso, eu achei que facilitava mais. (Aroeira)

A eleição de Lula a representava a inauguração de um novo momento histórico no país, a expectativa de transformações impulsionou os militantes dos movimentos sociais do/no campo a esperarem que as bandeiras reivindicatórias, erguidas pelo PT, estariam na agenda de sua gestão, fato que não ocorreu.

A observação do agricultor revela que não houve mudanças significativas na reforma agrária. Para Druck (2006) o Governo Lula não se constituiu nessa possibilidade, como optou em continuar à aplicação e defesa de uma política econômica neoliberal, atendendo a burguesia e de latifundiários. A autora alerta que a base ideológica e política do neoliberalismo, atuou/atua no sentido de desmobilizar os movimentos sócias, de anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através de permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores (sindicatos e partidos), especialmente, o Partido dos Trabalhadores.

A estatização dos movimentos sociais tem emergido um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas de conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontassem um caminho independente para a classe trabalhadora (Druck, 2006).

3.5.1. Unidos somos mais fortes: lutas e conquistas do SINTRAF

A trajetória foi permeada por diversas lutas, entre as principais, destacam-se a organização e garantia de direitos da categoria, através do engajamento em lutas favoráveis à classe trabalhadora, a exemplo da aposentadoria dos mutilados do sisal, no ano de 1974. A repercussão nacional deste evento motivou agricultores aderirem ao movimento e ampliar o número de filiados. Posteriormente, em 1994, o sindicato conquistou a legitimidade de movimento social do/no campo e, inicia um processo denominado pela nova diretoria de retomada.

No decorrer dos 45 anos de fundação, a trajetória do sindicato foi permeada por diversas lutas, entre elas destacam-se: a conquista/resgate da confiança e credibilidade dos agricultores familiares, adesão de novos filiados, independência do movimento e rompimento com o poder municipal, a construção de uma nova sede

inaugurada em 1996 (Figura 7) e luta pelos direitos previdenciários para os agricultores (Figura 8) (SINTRAF, 2009).

Figura 7: Inauguração da nova sede do SINTRAF



Fonte: Acervo imagético do SINTRAF

Figura 8: Reivindicação pelos direitos trabalhistas



Fonte: Acervo de imagens do SINTRAF

No ano de 2001, o SINTRAF instituiu as coordenações de bases, para atuarem nas comunidades e aproximarem o sindicato, descentralizando assim os serviços prestados aos agricultores familiares. A proposta das coordenações de base está em integrar comunidades vizinhas e facilitar o atendimento aos trabalhadores, pois muitas destas ficam distantes da sede do município.

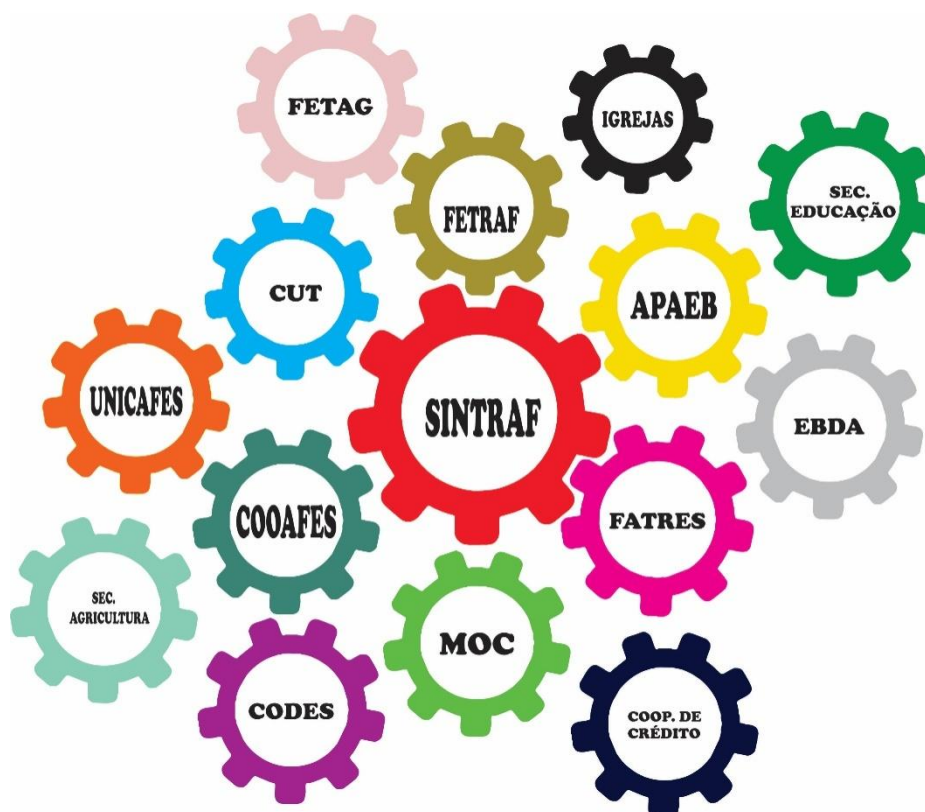
Em 2004, com as discussões no cenário nacional que instituíam o fortalecimento da agricultura familiar, preconizando investimentos e criação desta categoria. Esse evento foi determinante/motivador para em 2006, o STR de Conceição do Coité, baseado no novo código civil, adotar uma nova organização e, assim alterar sua razão social de STR para SINTRAF.

Com a mudança de razão social o SINTRAF pôde realizar diversas parcerias com entidades, direcionadas para a agricultura familiar no Estado e, também no Território do Sisal. As quais têm auxiliado no desenvolvimento de ações e projetos.

Para auxiliar na compreensão as instituições foram representadas na Figura 09, através de engrenagens, que direcionam a relação que estas possuem com o

sindicato, as engrenagens mais próximas do SINTRAF simulam a constância no diálogo e atuação conjunta.

Figura 9: Entidades Parceiras do SINTRAF



Fonte: Elaborada por Stelina Vasconcelos, 2014.

Através dessas parcerias o sindicato tem desenvolvido ações que têm favorecido o desenvolvimento local sustentável das comunidades rurais e valorizado a identidade do sisaleiro, sua fixação no campo com o intuito de proporcionar/manter a qualidade de vida dos agricultores familiares, vem atenuar o êxodo rural. Entre as principais atuações destacam-se a construção de cisternas de consumo e produção, a proposta integra-se ao projeto do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) do Governo Federal do Estado e tem como articuladora no Território do Sisal a FATRES e o MOC que se destacam como umas das principais parceiras SINTRAF.

3.5.2 Estrutura Organizacional do SINTRAF

O SINTRAF está organizado de acordo com o quadro 1. Constando seis secretarias sendo elas: Finanças, Políticas Sociais, Políticas para a Juventude, Políticas Agrícola e Agrária, Política para as Mulheres e Geral, um Departamento de Educação do Campo e a Presidência.

A sede do sindicato está localizada em Conceição do Coité - BA e tem abrangência, através da coordenação de base, nos distritos de Aroeira, Salgadália, Juazeirinho, São João, Ipoeirinha, Onça e Bandiaçu e no Assentamento de Nova Palmares, contabilizando aproximadamente cinco mil filiados (SINTRAF, 2014).

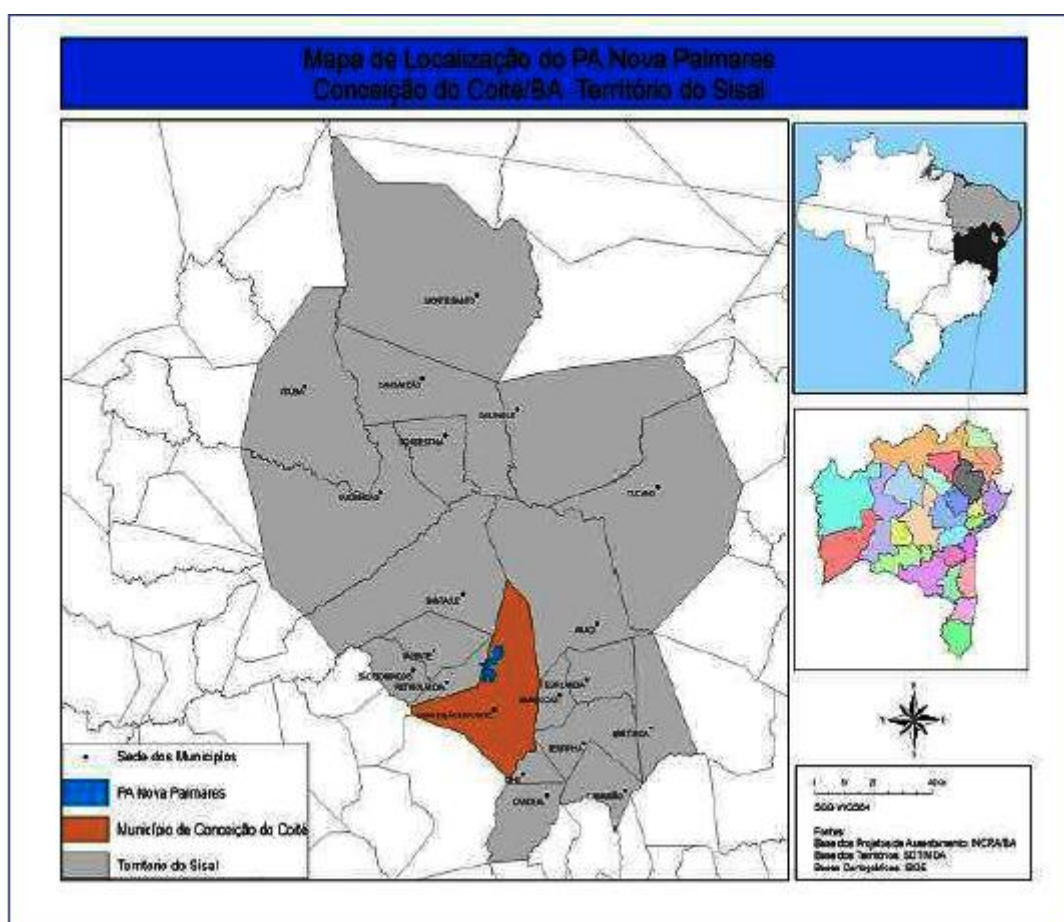
Quadro 1: Estrutura Organizacional e Ações do SINTRAF

Organização	Ações
Presidência	Responsável por articular as ações com os demais diretores e colaboradores
Secretaria de Políticas Agrícola e Agrária	Responsável por coordenar, planejar e executar ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no município através da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, possibilitando a participação dos agricultores em eventos diversos como: feiras, congressos, exposições etc.
Secretaria Geral	Setor responsável pela organização de documentos, atas e os processos de filiação dos agricultores.
Secretaria de Finanças	Responsável pela contabilidade da instituição, destacando as arrecadações e prestação de contas.
Secretaria de Políticas Sociais	Responsável para orientar e encaminhar os processos de benefícios (aposentadoria rural, invalidez e salário maternidade) dos/as agricultores ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Secretaria de Políticas para Juventude	Responsável por coordenar e executar ações voltadas para juventude como seminários, acampamento e as políticas de habitação rural.
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Responsável por coordenar e executar ações voltadas para as mulheres como seminários e palestras na zona rural e sede do município, enfocando temas como cidadania, cultura e afirmação dos direitos feministas.
Departamento de Educação do Campo – DEC	Setor responsável por articular, propor e executar ações na área da educação do campo.

3.6. O Projeto do Assentamento de Nova Palmares: lutas e conquista da reforma agrária

A constituição do Assentamento de Nova Palmares (que recebeu este nome em homenagem ao Quilombo dos Palmares) em Conceição do Coité – BA (Figura 10), ocorreu através de um processo de ocupação na fazenda Berimbau, iniciado no dia 12 de janeiro de 1998, na propriedade do ex-prefeito Theócrita Calixto da Cunha. O processo de ocupação foi impulsionado pela junção dos movimentos sociais do/no campo como o MOC, Federação de Trabalhadores na Agricultura – FETAG e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, no qual abrange o SINTRAF (Relato de Mandacaru e FARIA, 2014).

Figura 10: Mapa de localização do Assentamento de Nova Palmares



Fonte: FARIA, 2014 *apud* INCRA/BA, 2013

A ideia de ocupar a terra partiu dos movimentos sociais/sindicais do campo, especificamente o STR dos municípios de Conceição do Coité, Ichu, Retirolândia,

São Domingos, Santa Luz e Valente. A ação constou com a participação de 189 famílias, mobilizadas para participarem do processo e adentrarem na fazenda durante a madrugada do dia 12 de janeiro de 1998. O método da ocupação é o mais eficiente na luta pela reforma agrária no país(POR, 2009).

A iniciativa dos agricultores familiares impulsionou o Estado a realizar a desapropriação dos 3.463 ha (três mil e quatrocentos e sessenta e três hectares), fato este estimulado através das mobilizações e deslocamentos do grupo composto por vinte trabalhadores a sede do INCRA para requerer a posse legal da terra. No mesmo ano, no dia 31 de agosto a terra foi desapropriada e em dezembro os agricultores familiares conquistaram a declaração de uso da terra e 102 famílias foram assentadas em glebas divididas, proporcionalmente no Projeto de Assentamento de Nova Palmares.

As terras estavam abandonadas a mais de 15 anos, o antigo proprietário estava tentando negociá-las, mas não obteve êxito, com o processo de ocupação a desapropriação este recebeu uma indenização do INCRA. Esta forma adotada pela burguesia beneficia o latifúndio que é restituído por um valimento superior aos do mercado local.

A fazenda Berimbau já havia empregado diversas famílias que tiravam seu sustento e residiam na área (Mandacaru). De acordo com o assentado, a ocupação ocorreu pacificamente e em nenhum momento o dono da terra os procurou para ameaçá-los. Este fator foi preponderante para acelerar o processo de desapropriação e emissão da declaração de posseiros.

Para o assentado o principal obstáculo foi o processo de documentação da terra e o enfrentamento da política de reforma agrária, adotada pelo INCRA:

Inicialmente enfrentamos diversos problemas, entre eles a quantidade de famílias que deveriam ser assentadas. Para o INCRA o espaço comportava 65 famílias e através de um laudo técnico realizado em parceria com a FATRES comprovamos a possibilidade de diminuir os lotes de 52 ha para 26 hectares conseguimos que as 102 famílias fossem assentadas. (Mandacaru)

O enfrentamento do grupo, através da união foi preponderante para que todas as famílias fossem assentadas na área e rendeu-lhe o reconhecimento do INCRA. A coletividade e reivindicação dos posseiros contribuíram para acrescentar uma cláusula

na política de reforma agrária e Nova Palmares tornou-se o único assentamento do país que possui lotes com esta metragem. Comprovando assim, que a luta no Brasil não se restringe apenas ao acesso a terra, Ela amplia-se no enfrentamento das políticas de reforma agrária instituídas que dificultam e inibem a permanência dos trabalhadores nas propriedades na área.

A ocupação de terras pelos camponeses resulta em uma poderosa força social no requerimento de direitos negados, pois pressiona e exige dos governantes uma ação para amenizar o conflito. Nas configurações sociais brasileiras, a luta é um instrumento que pode conduzir os pobres, do campo, o acesso à terra, mas isso não implica na derrota da fração fundiária, pois a reforma agrária apregoada pelas direções do movimento camponês não fugiu e não foge aos condicionamentos do Estado (POR, 2009).

A estrutura do Assentamento do INCRA é padronizada, constando de unidades produtivas, de moradia, com áreas comunitárias (espaço destinado a construção de igrejas, escolas, associação) e locais de preservação ambiental, como ocorre em Nova Palmares, que utiliza da área coletiva para as reuniões da associação.

Atualmente, no assentamento possui 56 agricultores familiares filiados ao SINTRAF (SINTRAF, 2014). Segundo os relatos do departamento financeiro do sindicato, deste contingente apenas 11 trabalhadores participam, regularmente, do movimento e estão efetivados de acordo com o estatuto.

A ocupação na fazenda do Berimbau remeteu as desigualdades sociais provocadas com a expansão do capitalismo no campo, sobretudo no referido município. A luta pela terra é, antes de tudo, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração (MANÇANO, 1998).

O Projeto do Assentamento de Nova Palmares, fica localizado a 12 km da sede do município de Conceição do Coité – BA e, atualmente possui uma população composta por aproximadamente 1000 camponeses tem como principais fontes de renda o cultivo do sisal, a criação de animais e a horticultura. Para Mandacaru o cultivo do sisal impulsiona a economia na localidade, pois permite aos trabalhadores oportunidades de trabalho semanal, através das suas etapas de beneficiamento, acompanhada da agropecuária com a criação de caprinos e ovinos.

a horticultura que tem despontado como possibilidade de renda extra nos períodos de decadência na produção do sisal.

O assentamento de Nova Palmares contribui para que a Bahia se reafirme no cenário nacional como responsável por 90% da fibra de sisal do Brasil. Oriunda dos municípios de Conceição do Coité (com a produção originária das comunidades de Salgadália, Nova Palmares, Boa Vista, Goiabeira, Campestre e Lagoa da Vaca)²⁰, Santa Luz, Campo Formoso e Valente como as cidades de maior produção no estado (ANDRADE, ORNELAS e BRANDÃO, s/d). Estes dados direcionam a relevância dessa cultura para os camponeses do Território, sobretudo, para os assentados.

²⁰ Informações do SINTRAF, 2014.

4. AGRICULTURA FAMILIAR E A AFIRMAÇÃO/REAFIRMAÇÃO DA CLASSE CAMPESSINA: UMA LUTA CONTÍNUA POR DIREITOS

A história de toda a sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX *et al.*, 2003).

4.1. Do campesinato para a Agricultura familiar: afirmação e/ou redução das lutas no campo

Este tópico apresenta uma breve historicização sobre o aparecimento do campesinato, no período do feudalismo e a sua importância para constituir a no Brasil a agricultura familiar, no final dos anos 80, início da década de 1990. A discussão está centrada na questão agrária e nas lutas no campo com a inserção da nomenclatura de agricultura familiar, as políticas públicas destinadas a sua afirmação e nos resultados da pesquisa de campo.

A luta pela terra no Brasil tem suas origens, no período da colonização (como aponta no tópico intitulado lutas camponesas e os movimentos sociais/sindicais do/no campo: barbárie, resistências e conquistas do povo camponês) e configura-se como o principal problema social no campo até a contemporaneidade. As pendências na realização da reforma agrária que permanecem sem resolução e as precarizações nas falsas tentativas de realizá-las com a liberação de assentamentos que não possuem condições de sobrevivência, necessária, para a permanência dos trabalhadores.

Apresentam-se como os principais desafios da classe camponesa no decorrer da história. A utopia da aquisição da terra contribuiu para a afirmação/reafirmação da classe que tem desenvolvido diversos instrumentos de lutas e resistências para obtê-la. A organização dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no início da década de 1980 foram preponderantes para a adesão de novas ferramentas de luta

a exemplo da ocupação de áreas improdutivas, forma encontrada para pressionar o Estado e assentar diversas famílias que lutam por um pedaço de chão.

[...] A luta pela terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151)

A luta pela reforma agrária e a composição dos movimentos sociais/sindicais do/no campo contribuem para a manutenção da efervescência e dos conflitos territoriais pela terra, que atuam na tríade da inserção do camponês ao mercado agrícola, pluriatividade da classe e de políticas compensatórias governamentais a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) que tentam arrefecê-los.

Nos anos 90, com a burocratização dos movimentos sociais do/no campo com a criação do PRONAF foram verificadas mudanças na organização e lutas dos camponeses, exemplificadas pela diminuição de ocupações e assentamentos do INCRA. As políticas públicas implementadas para atendimento da agricultura familiar foram impotentes para resolver os problemas de acesso à terra, progresso na qualidade de vida no campo e ficaram restritas ao assistencialismo, facilitando o controle dos movimentos sociais/sindicais pelo Estado em meados dos anos 2000, com a eleição do governo petista.

Os programas sociais e a insuficiência de políticas públicas governamentais, destinadas a classe camponesa, tem mantido na subalternidade do capitalismo e modificado as bandeiras de luta pela terra. Fator observado com a inclusão do campesinato no processo, restrito, econômico e político que não subsidiam a transformação da qualidade de vida no campo, marcada pela precariedade de recursos.

[...] é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos. (FERNANDES, 1996, p. 25)

Neste cenário, os movimentos sociais/sindicais do/no campo, embora estejam cooptados pelo Estado o que o autor supracitado designa de dominação política, são essenciais para a construção de novos processos e intervenções sociopolíticas visando à fixação do camponês na zona rural, desencadeando dessa forma, constantes conflitos de classes no campo brasileiro, envolvendo o agricultor familiar e o latifúndio.

Diante deste prelúdio, o objetivo deste capítulo é debater sobre a criação da agricultura familiar, sua relação com a reforma agrária e a implementação de políticas públicas, analisando as contribuições dos movimentos sociais/sindicais do/no campo na efetivação de lutas que propiciem melhores condições de vida nesses espaços.

Reafirmando a tese defendida no capítulo I, referente a pendência da reforma agrária como tarefa burguesa, reforçada com dados e da pesquisa de campo. Para esse estudo, foi realizada uma reconstrução do processo histórico do campesinato a agricultura familiar, neste adotou-se como base a compreensão desta como integrante da classe camponesa.

Para amparar a discussão proposta, neste capítulo, recorreremos a Marx para a definição do conceito de classe, para compreender as atuais configurações do campesinato no país com a afirmação da agricultura familiar:

Chamam-se classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, conseqüentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social. (LÊNIN, 1979, p. 30)

Os meios de produção do campesinato e da agricultura familiar estão relacionados à terra, a renda adquirida com o trabalho desempenhado no plantio, cultivo, comercialização das culturas produzidas na propriedade.

Para a fundamentação teórica recorreremos a autores que deram contribuições como, Marx, Lênin, Kautsky, Fernandes, Abramoway, Wanderley, entre outros que auxiliaram na definição de campesinato, agricultura e a questão agrária, suas evoluções no decorrer da história. Relacionando-as com os movimentos sociais do/no campo e a implementação de políticas públicas para o seu fortalecimento ou redução das lutas no campo.

A escolha dos teóricos subsidiou na compreensão da história do campesinato e da agricultura familiar no Brasil, Bahia e no município de Conceição do Coité - BA com a interpretação e análise dos resultados deste estudo.

4.2. A classe campesina e suas bases históricas

O campesinato ocidental originário do continente europeu, no século VI a XVI, no período histórico conhecido como Idade Média (sociedade feudal). O historiador francês Jacques Le Goff (1984), conceituou este período como um sistema de organização econômica, social e política, baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados — os senhores —, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, alicerçada na dominação e sujeição da classe campesina, que trabalha com a terra e lhes fornece as condições necessárias para viver.

O relato do historiador revela que a sociedade feudal foi marcada por um regime, totalmente, dominado pela Igreja Católica, detentora do poder intelectual, subjugadora de toda forma de conhecimento e aprendizado existente a sua moral. Possuíam um modo de produção basicamente agrário, produzindo para sua própria sobrevivência. Suas relações sociais estavam pautadas na servidão da classe dominada, a serviço da classe dominante, a nobreza feudal e o clero (PEREIRA e GIOIA, 1999).

Na sociedade feudal, as classes sociais tinham funções definidas: os camponeses e servos a massa social responsáveis pelo trabalho e pela geração de riquezas. Em contrapartida, os nobres eram os proprietários das terras e tinham a

função de defender a sociedade na guerra. O clero exercia o papel deliberado pela hierarquia da Igreja e por sua vez era formado pela nobreza. As duas classes, nobreza e clero formavam a aristocracia e, os servos e camponeses trabalhavam para manutenção dessa estrutura.

O clero era a classe social privilegiada e tinha como armas para a sua manutenção a crença das pessoas. Através de suas orações e a piedade construiu seu poder sobre os demais membros da sociedade, e, assim, sustentava o seu poderio e a dominação sobre a nobreza, campesinato e servos (ORDONEZ e QUEVEDO, 1999). Na contemporaneidade, a crença das pessoas e sua relação com o catolicismo permanece latente no processo de ocupação da terra, fato perpetuado no Assentamento de Nova Palmares.

A crise do modelo de produção, provocado pelas transformações econômicas, políticas e sociais, ocasionaram a desagregação do feudalismo e o nascimento de um novo modelo de produção capitalista. No decorrer dos séculos se reestruturando e ampliando o fortalecimento da classe burguesa em detrimento dos camponeses e proletários (ORDONEZ e QUEVEDO, 1999).

A transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental foi ocasionada pela ausência de guerras, batalhas e epidemias que culminaram com aumento populacional e com o crescimento do comércio. Essa transição ocorreu lentamente, com a substituição da terra pelo dinheiro e a ascensão da burguesia sobre a ordem feudal (ARANHA, 2006).

O crescimento do comércio proporcionou a ascensão das cidades e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, que passaram a utilizar a moeda em suas negociações (ORDONEZ e QUEVEDO, 1999, p. 73). O desenvolvimento das cidades impulsionou a oferta de trabalho e ocasionou o princípio da luta de classes, explicada pela localização das lutas nas terras dos senhores feudais que cobravam tributos e altos impostos dos comerciantes.

A cobrança exorbitante efetuada pelos senhores feudais, aos comerciantes desencadeou diversas revoltas dos trabalhadores que conseguiram a liberdade das cidades, aqueles que não conseguiam mantinham-se reféns dos senhores feudais. Nessa disputa de classe (servos e senhores feudais), muitos servos conseguiram sua liberdade e migravam para a cidade. Esse êxodo provocou a separação e

demarcação entre o trabalho do campo (restringindo-o a agricultura) e da cidade (o comércio). A ativação do comércio desenvolveu a acumulação primitiva:

A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Sendo que, como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. (MARX, 1992, p. 829)

A acumulação primitiva estimulou o aparecimento de uma nova classe denominada de burgos, composta pelos servos fugitivos e expulsos dos feudos e com a ascensão do comércio passaram a acumular capital e ampliar os investimentos com novos empreendimentos que proporcionavam mais lucros. O crescimento econômico dos burgos beneficiou a sua afirmação, facilitada pela união da classe na resolução do problema da exploração, resultante da cobrança de impostos.

Os burgueses se constituíram como classe emergente, passando a apoiar os monarcas feudais e se estabelecia como classe dominante (ORDONEZ; QUEVEDO, 1999). Para Marx (1992). Nesse período não havia uma legislação que congelava o valor das terras da nobreza, enfraquecendo-a, em decorrência do acréscimo do preço dos produtos consumidos, enquanto a sua renda permanecia a mesma. Para o autor, esse modelo favoreceu a expropriação dos nobres e o fortalecimento da classe burguesia.

A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta. (MARX, 1992, p. 14).

A abordagem histórica subsidiou na compreensão do campesinato, classe pré-capitalista que vivenciou diversas transformações históricas no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Enquanto, a burguesia golpeava a nobreza e se instituída como classe dominante os camponeses permaneciam nos campos e conservavam-se como a classe oprimida e subjugada. Elementos que norteiam a

compreensão das constantes ressignificações da classe campesina. O conceito defendido por Marques (2004) delibera a classe campesina como:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145)

Destarte, autores como Lênin (1985) e Kautsky (1986), acreditavam na diluição da classe campesina pelo capitalismo, sendo substituída por uma agricultura capitalista, dominada pelo capital. Os latifundiários rurais seriam transformados em empresas agrícolas, aptas a investir e reproduzir capital. Para os autores a sobrevivência do camponês estaria comprometida. As previsões deles não se cumpriram, em decorrência das constantes transformações da classe que resultaram a sua permanência.

Os estudos sobre a questão agrária de Lênin e Kautsky são fundamentais para entender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos subsidiam, entre outras questões, intuir a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão estão entre as principais referências para compreender o espaço da luta e resistência, protagonizadas, pelos camponeses no decorrer dos séculos (FERNANDES, 2002).

Para Fernandes (2002), o prognóstico de Lênin e Kautsky sobre o desaparecimento dos camponeses, aconteceu com as recriações do campesinato, que permanece em constante metamorfose diante do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Para o autor, esse processo de desaparecimento anunciado no final do século XIX, se materializa no Brasil no final do século XX, com a agricultura familiar.

Nos países semicoloniais a exemplo do Brasil, o camponês possui um papel fundante no desenvolvimento econômico. Essa classe é responsável pela produção da maior dos alimentos consumidos pela população e social, através da luta e resistências. Os conflitos eclodidos pelos camponeses e são alvos das constantes tentativas da burguesia, reduzir e minar suas forças.

Os tentames de ressignificar e reconfigurar o campesinato brasileiro iniciam nas décadas de 1960 e 1970, através da adoção de “programas especiais”, “pacotes” adquiridos pelos governos da época, visando a modernização da agricultura. Os instrumentos tradicionais de política agrícola incluíam o crédito rural, seguro da produção, garantia de preço, assistência técnica e pesquisa. Esses eram essenciais para inserir os produtos da agricultura brasileira no cenário mundial de produção e comercialização e cumprir as funções do desenvolvimento econômico preconizados na época.

Neste período, dos anos 60 e 70 do século XX, inaugura no Brasil um marco da intervenção do Estado na agricultura, até esse momento, o Estado se mantinha omissa ao que acontecia no meio rural. Para Mueller (2010), Coelho (2001) e Delgado (1985), o interesse do Estado estava direcionado para produtos específicos ligados ao cultivo do café e do açúcar (impulsionadores da economia oriunda da agricultura na época), respondendo as demandas de grupos burgueses com as políticas agrícolas e investimentos no latifúndio. Essa política de modernização da agricultura brasileira excluía os camponeses (pequeno agricultor e trabalhador, nomenclaturas utilizadas para definir o camponês) do processo produtivo, pois estes não tinham acesso a terra e os que a possuíam não disponibilizavam de capital para aderirem a esse modelo de produção.

O investimento do Estado destinado ao latifúndio desencadeou diversas organizações e conflitos no campo brasileiro. As insatisfações dos camponeses confluíam e pressionaram o Estado para atender suas reivindicações e, em 1963 o governo de João Goulart instituiu o “Estatuto do Trabalhador Rural”, definindo a legislação que regulamenta as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural e, em 1964 – já sob o governo militar de Castelo Branco – edita-se o “Estatuto da Terra”, delineando providências para políticas de reforma agrária e de desenvolvimento rural (Medeiros, 2010; Picolotto, 2009; Sabourin, 2009; CONTAG, 1993).

A introdução deste modelo de produção conhecido como Revolução Verde ou Modernização da Agricultura, preconizava a introdução de maquinários no campo, utilização de agrotóxicos, fertilizantes no plantio, com o intuito de aumentar a produção e a economia do país.

As transformações estimuladas pelos governos estabeleciam o cultivo monocultor e afastava os camponeses do processo produtivo, expropriando-os do campo ou direcionando-os para o trabalho assalariado nas propriedades dos latifundiários. Os camponeses não detinham poder econômico para inserir-se nesse processo, por manter suas características de trabalho familiar. Conservando assim, os conhecimentos tradicionais de manutenção da policultura e do cultivo rudimentar da agricultura de subsistência.

As políticas de reforma agrária prometidas não avançaram e em decorrência do golpe militar, os movimentos sociais/sindicais do/no campo foram enfraquecidos e as tentativas de reivindicação frustradas e anuladas violentamente. A desestruturação do campesinato estendeu-se até a década de 1980, quando os trabalhadores uniram-se na luta pela questão agrária.

No final dos anos 80, início dos anos 90, os conflitos desencadeados no campo, foram preponderantes para a criação de um movimento social do/no campo de projeção nacional o MST que retomou as discussões sobre o campesinato brasileiro, o fortalecimento da classe camponesa e a luta pela terra, através da reforma agrária.

A intensificação das lutas no campo, através da organização dos camponeses se fortalecia e atingia a projeção nacional, compelindo o Governo a realizar a reforma agrária e para tal, utilizava-se o mecanismo de ocupação de terras. Diante dessa conjuntura, política e social no Brasil emergem as discussões sobre a agricultura familiar.

A utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2)

A nomenclatura de agricultura familiar no Brasil, tem sua gênese no final de 1980 nos espaços acadêmicos. A diversidade de terminações para direcionar os trabalhadores da agricultura de subsistência, motivou os pesquisadores a utilizarem o termo de agricultura de base familiar para denominar os sujeitos do campo que retiram seu sustento e o da família do labor com a terra.

4.3. Agricultura Familiar no Brasil: afirmação/enfraquecimento da classe campesina

O histórico, sobre campesinato e agricultura familiar (no tópico 4.2) fomentaram o desenvolvimento de diversos debates nos movimentos sociais/sindicais do/no campo. As discussões, juntamente com as lutas suscitadas por estes movimentos com o Estado/Governo, foram preponderantes para em meados dos anos 90, do século XX, surgisse no Brasil a agricultura familiar.

O termo agricultura familiar e a implantação do PRONAF aconteceu no governo FHC em meados dos anos 90, com o intuito de introduzir um novo conceito “agricultura familiar”, para esvaziar as reivindicações políticas e sociais do campesinato – termo que expressa um modo de vida (CUNHA, s/d). Essa nova nomenclatura diverge daquela que representa as lutas travadas no campo brasileiro, das lutas históricas (tópico 3.2) realizadas pela classe camponesa que busca uma distribuição humana e, socialmente, justa de acesso à terra por meio de uma reforma agrária (FERNANDES, 2001, 2003 e MARQUES, 2002).

Para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na integração de mercado. (FERNANDES, 2013, p. 14)

A finalidade do governo era arrefecer a luta e impedir a ressignificação do campesinato e através da criação de políticas sociais, a exemplo do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, atuando como marco institucional legal que viria a se transformar, posteriormente, no do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (MATTEI, 2005) que

deslocava as questões sociais para as econômicas. Na tentativa de desviar o foco das lutas pela reforma agrária para investimentos produtivos.

Em meados dos 1990, os movimentos sociais/sindicais do/no campo no Brasil estavam em ebulição, a questão da reforma agrária estava entre as principais lutas, juntamente com os conflitos pela melhoria da qualidade de vida e investimentos para produção. O sindicalismo rural nesta época enfrentava os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação (SCHUHMANN, 2012), responsáveis pela instabilidade econômica, aumento na cesta básica e insegurança alimentar e nutricional.

As constantes reivindicações dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, foram os responsáveis pela condução do Governo na afirmação da agricultura familiar. No cenário social e político brasileiro o Estado acabou sendo obrigado a criar o PRONAF para ampliar os investimentos no campo e através deste programa que legitimou a agricultura familiar para atender as exigências destes movimentos e desintegrar a classe camponesa.

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apaga-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo dos seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhes outros nomes a fim de regular sua rebeldia. (GODOI *et al*, 2009, p. 20)

A classe camponesa, juntamente, com a proletária se sobressai como as principais protagonistas das lutas sociais. A sua organização motiva o latifúndio e a burguesia, com o intuito de abatê-las e desintegrar as lutas. A luta simboliza para as classes oprimidas, neste caso a dos camponeses, como sua principal arma na conquista de direitos e implementação de políticas públicas afirmativas, para a permanência dos agricultores no campo. Para Marx (1988) a luta de classes atua como força motriz por trás das grandes revoluções da história.

Na percepção de Neves (2001) construção da nomenclatura da agricultura familiar é resultado da convergência entre demandas das organizações de agricultores por reconhecimento da cidadania econômica e política, de setores do

Estado interessados em construir políticas públicas para segmentos de agricultores que poderiam ser “viáveis”, economicamente.

Na acepção de Neves, a agricultura familiar é uma intenção, um projeto político de transformar agricultores que estavam em situações de instabilidade socioeconômica e, em vias de exclusão produtiva, para que os agricultores seja, consolidados e integrados aos mercados. A criação do PRONAF aparece como uma tentativa de integrar boa parte dos agricultores que podem ser chamados de “familiares” nos processos produtivos considerados “modernos”.

O histórico revela a importância do campesinato na luta pela terra, na resistência e, principalmente na luta pela implementação de políticas públicas e na aprovação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei da terra. Essa lei foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até essa data, não constava nenhum documento específico que regulasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo foi pressionado pelos camponeses a organização da questão.

Na década de 90, a afirmação da agricultura familiar, originada com a implantação do PRONAF, criado através do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, como uma das principais políticas públicas que incidem no campo brasileiro. Instituído com a finalidade “de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Brasil, Presidência da República, 1996). Suas ações orientavam-se pelas seguintes diretrizes:

a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda; b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário

agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas; e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações; f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações; g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa; h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (Brasil, Presidência da República, 1996).

O PRONAF representou para os movimentos sociais/sindicais do/no campo uma conquista que simbolizava investimentos para a classe campestre, através da valorização da agricultura familiar e contou com a participação da CONTAG e CUT na sua elaboração. No entanto, a política pública deixou diversas lacunas sobre o modelo de produção agrícola, pautando-se na preocupação com a qualidade de vida, o desenvolvimento rural sustentável, a geração de emprego e renda, com o acesso as tecnologias adequadas à agricultura familiar de forma subjetiva, sem apresentar (SILVA e MARTINS, 2010; CARNEIRO, 1997).

A institucionalização da agricultura familiar no Brasil é norteadada pelos estudos da Organização Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO e INCRA, que estabelece um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas, direcionadas a esse grupo de agricultores. O documento define a agricultura familiar a partir das seguintes características (SCHUHMANN, 2012):

1) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; 2) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; 3) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadorias dos responsáveis pela unidade produtiva. (FAO/INCRA, 1994)

As diretrizes direcionadas a agricultura familiar da FAO e INCRA encorajou os autores Azevedo e Pessôa (2011), a esquematizarem um quadro (2) esboçando as

suas características. Para facilitar a compreensão foi elaborado o quadro que é elementar na interpretação e análise dos dados coletados na pesquisa.

Quadro 2: Principais características da agricultura familiar

Nº	Agricultura familiar
01	Gestão e trabalho intimamente ligados.
02	Processo produtivo dirigido diretamente pelo produtor.
03	Ênfase na diversificação.
04	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
05	Trabalho assalariado é apenas complementar.
06	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
07	Decisões tomadas “in loco”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
08	Ênfase no uso de insumos internos.

(Fonte: FAO/INCRA, 1994 apud AZEVEDO; PESSÔA, 2011).

O quadro desenvolvido pelos autores facilita o reconhecimento dos camponeses incluídos como agricultores familiares, o seu modo de produção e as características do público a que se destinam as políticas públicas. O mapeamento da agricultura familiar amparou na interpretação dos dados coletados com os sujeitos da pesquisa no Assentamento de Nova Palmares, município de Conceição do Coité- BA.

As particularidades da agricultura familiar colaboram para o desenvolvimento rural sustentável e a sustentabilidade no campo, com a redução de agroquímicos prejudiciais à saúde pública. Estabelecendo assim, a retomada e ou a inserção de práticas agrícolas que diminuam os impactos negativos e mantém a qualidade de vida dos agricultores familiares e os consumidores dos seus produtos.

A quantidade de terras limitadas e a produção agrícola diversificada dos agricultores familiares contribuiu para que os movimentos sociais/sindicais do/no campo lutassem por novas formas de produção e a inserção da agricultura de base agroecológica/orgânica. Estes modelos de produção, tem um valor diferenciado adicionando 30% a mais que a produção convencional, ampliando a renda deste grupo de trabalhadores.

As lutas pelo reconhecimento do resgate ou “novo” modelo de produção com base na sustentabilidade foi motivado pelo estudo realizado pela FAO/INCRA. Visando a ruptura com os “pacotes tecnológicos” inseridos com país, a CONTAG e a CUT direcionaram suas lutas e diálogo com o governo com o objetivo de transgredir com o modelo de produção adotado com a modernização da agricultura, ditada pela indústria de fertilizantes, agrotóxicos e equipamentos. Para a liderança dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, o modelo agrícola incidente no país era injusto e insustentável, pois tornava os agricultores reféns da indústria, diminuindo a qualidade de vida no campo e a saúde do agricultor e dos consumidores.

Os adubos sintéticos solúveis e os herbicidas são excelentes instrumentos de criação de dependência. As doenças crônicas e agudas na população, consequência do ambiente ou do alimento envenenado, aumentam também o consumo de remédios. Tudo isto é fornecido pela grande indústria química, gerando um círculo vicioso em que o produtor está imerso. Esta mesma indústria se prepara agora para apertar ainda mais o cerco da dependência. Começa a açambarcar as sementes. São poucas as empresas de produção de sementes que ainda não estão sob controle das indústrias de agrotóxicos. O alvo é claro: controlar a pesquisa genética, os cultivares, a ponto de garantir mercado total para a agroquímica. (CONTAG, 1994, p.26)

As contribuições da CUT e CONTAG orientou na direção de um “novo paradigma” de desenvolvimento rural, favorecendo as discussões sobre a Segurança Alimentar Nutricional - SAN no campo. O resgate de produção agrícola primitivo e de subsistência, pautada na diversificação agrícola e agricultura orgânica, através dos conhecimentos biológicos de controle de pragas e as matérias primas encontradas na propriedade.

Para a implantação desse modelo de produção o Governo investiu nos órgãos de pesquisa e extensão rural a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e na Bahia a EBDA com a finalidade de estimular os agricultores familiares a aderirem a esse modelo consolidado através da criação do PRONAF Mais (2008) Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (2009).

O PAA é um instrumento de política pública instituído na Lei Nº 10. 696/2003, com o propósito de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e

regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI, 2006).

A crise internacional eclodida no ano de 2008 favoreceu a elevação dos preços dos alimentos e, concomitantemente, a ascensão da fome e da insegurança alimentar no mundo. Diante da crise a agricultura familiar centrou-se no foco das discussões sociais e políticas na produção de alimentos, os debates ampliaram as políticas públicas existentes na pretensão de manter os preços e assegurar a qualidade e a quantidade dos alimentos.

A política pública nominada de PRONAF Mais Alimentos, lançada pelo Plano Safra 2008/2009 teve como objetivo de “financiar a modernização das propriedades familiares”, fortalecer e aumentar a produção de alimentos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, impulsionar à indústria nacional de máquinas e equipamentos afetada com a crise financeira internacional, a qual foi deflagrada de modo mais intenso também a partir de setembro de 2008 (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010).

Essa política pública instituiu como meta principal elevar os investimentos na agricultura, através do crédito rural e incrementar a produtividade da agricultura familiar em resposta à alta nos preços e a crise econômica mundial. A implantação das políticas públicas direcionadas à produtividade, no campo, afastava os agricultores das lutas e burocratizava os movimentos sindicais do/no campo. Estes movimentos assumiram o papel institucional de emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, juntamente com órgãos\ públicos.

A institucionalização contribuiu para a diminuição das lutas organizadas pelo movimento sindical, essas modificações afetaram também o SINTRAF de Conceição do Coité - BA, que passou a direcionar suas atividades para a emissão de documentos e inscrição dos agricultores nas políticas públicas. No ano de 2010, o movimento ficou conhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA como instituição baiana que mais inscreveu DAP dos agricultores. Esse desempenho originou o convite para o movimento sindical participar de dois eventos destinados à agricultura familiar, sendo um no Rio Grande do Sul e outro em Brasília.

O convite do MDA, como órgão representativo governamental e a participação do SINTRAF sela a estatização do movimento sindical, que direciona suas

atividades para a burocratização, e diminui as lutas pela causa dos trabalhadores do/no campo. Fortalecendo assim, a relação de legitimidade do movimento sindical com o Estado, ratificado pelo controle do Estado sobre os sindicatos e a incorporação de sua liderança ao aparelho governamental.

A aprovação da Lei nº 11.326 sancionada no dia 24 de julho de 2006, a mesma representa o marco legal da agricultura familiar no país, ao estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nesse mesmo ano foi realizado o primeiro censo agropecuário da agricultura familiar, documento em voga até os dias atuais.

A criação desta Lei influenciou na alteração da razão social do sindicato que deixou de STR para SINTRAF, como prerrogativa de atender as novas configurações no cenário agrícola no Brasil. A adesão de representação da agricultura familiar pelo movimento sindical permitiu aos agricultores do município de Conceição do Coité – BA, o acesso às políticas públicas.

No ano de 2009, os agricultores familiares foram inseridos na política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que consolida a obtenção de no mínimo de 30% de produtos orgânicos, procedentes da agricultura familiar. A conquista é estabelecida sob a Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho, que integra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A legislação tornou-se um importante segmento institucional para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Através da compra dos produtos tem como objetivo estimular a utilização de alimentos regionais na merenda escolar, respeitando assim os hábitos alimentares locais e o aumento do consumo de alimentos in natura que integra as estratégias da Segurança Alimentar Nutricional - SAN, baseada nos novos referenciais de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

A agricultura familiar, de acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2012), revelou a sua importância no cenário nacional que produz 80% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Responde por 7 dos 10 empregos no campo, ocupando 80% da oferta de trabalho no campo.

As informações da CONAB foram extraídas do estudo realizado pelo IBGE através do censo agropecuário de 2006, o qual identificou 4.367.902 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil novecentos e dois) estabelecimentos da agricultura

familiar, com área média de 18,37 hectares (IBGE, 2006). Esses dados asseguraram a influência da agricultura familiar na economia nacional, sobretudo, no território baiano que possui o contingente majoritário do número de estabelecimentos rurais.

Na pesquisa supracitada, foram identificados no estado da Bahia 699 mil estabelecimentos rurais, destes 623 mil (89%) são de base familiar (SAYAGO, 2007). Deste contingente, o município de Conceição do Coité agrega em torno de 29 mil agricultores familiares, representando mais de 15 mil estabelecimentos rurais (SINTRAF, 2014).

4.4. Agricultura Familiar e a crise/arrefecimento dos movimentos sociais/sindicais do/no campo

A crise nos movimentos sociais/sindicais do/no campo, decorre das constantes tentativas da classe dominante (burguesia e latifúndio) de diluir as lutas camponesas ao longo dos séculos. O arrefecimento verificado nas últimas décadas está atrelado na adesão das tendências políticas e econômicas neoliberais, a exemplo das direcionadas para a agricultura familiar que tem desmobilizado a classe camponesa. Encontrando ressonância nas burocracias sindicais para fortalecer essas tendências.

Na análise de Druck (2006), a crise nos movimentos sociais/sindicais, nas últimas décadas está relaciona com a permanente cooptação das direções dos movimentos e do processo de estatização da organização dos trabalhadores, intensificado com a chegada do PT ao poder.

A esperança depositada pelos movimentos sociais/sindicais no/do campo no governo Lula foi frustrada com a não realização da reforma agrária, diminuição de posse de terras para assentar as diversas famílias que permanecem na utopia de conquistar sua posse. Atrelado a ausência de projetos para a classe camponesa/trabalhadora mergulhou o Brasil no abismo social, lamentavelmente não há pensamento estratégico em longo prazo voltado para resolver os verdadeiros problemas estruturais do país, o que arrasta essas questões para o futuro (DRUCK, 2006).

Os reflexos da política econômica neoliberal adotada pelo governo Lula, permitiu uma ampliação da exploração da classe camponesa/trabalhadora,

reforçando o capital e a classe burguesa, que manteve as barbaridades no campo e os métodos violentos contra os agricultores que ocuparam as propriedades improdutivas. O liberalismo do governo para manter as manifestações sob controle criou em 2004 foi criada a Força Nacional de Segurança Pública para subordinar as massas, defender a propriedade e o estado burguês, através da intervenção das forças armadas na política nacional, inicialmente sob a cobertura do “combate a criminalidade”, mas também contra eventuais distúrbios, como greves e manifestações populares (PCO, s/d).

O atrelamento de membros dos dirigentes e lideranças dos movimentos sociais/sindicais do/no campo com o Estado, verificado com a chegada do PT ao poder, apresenta-se como um dos fatores para o arrefecimento dos movimentos. A relação amigável reduziu na última década o número de manifestações e reivindicações para a reforma agrária. Nesse mesmo período houve um refluxo nas ocupações e na política de reforma agrária que teve sua maior expansão no governo de FHC (Quadro 3).

Quadro 3: Panorama da reforma agrária e número de decretos de desapropriação

Governo	Decretos de desapropriação
José Sarney (1985-1989)	748
Fernando Collor de Melo (1990-1992)	28
Itamar Franco (1992-1994)	238
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	3.532
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	1.990
Dilma Rousseff (2011-até outubro de 2013)	94
	Total 6630

Fonte: SindPFA (2013), INCRA (2013b)

Os dados do INCRA e SindPFA (2013) comprovam, nos oito anos do governo de FHC foram realizadas mais desapropriações que os onze anos do PT. Para Fernandes (2003, p. 13), a partir do Governo Lula até a atualidade a questão agrária ficou atrelada à corrente teórica do “Paradigma do Capitalismo Agrário”, a qual trata a questão agrária como um problema que não tem solução na sociedade capitalista

e para tanto propõe a integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A afirmativa do autor reforça a tese de que a reforma agrária permanece pendente e não se concretizará no modelo capitalista.

O elevado número de decretos de desapropriação de terras e as regularizações dos assentamentos no Governo de FHC é resultado da pressão das organizações camponesas que foram preponderantes para a efetivação da conquista. As cobranças efetivas e a autonomia dos movimentos sociais/sindicais do/no campo contribuíram para a emissão de decretos e a construção de assentamentos para as famílias.

Os governos respondem às pressões dos movimentos com políticas compensatórias de assentamentos rurais, a fim de controlar ou persuadir a expansão dos mesmos (CARVALHO, 2005).

No Governo Lula e Dilma Rousseff, os números de decretos de desapropriação decaíram 41% em comparação com o Governo FHC. A diminuição pode ser explicada através da relação amistosa que os movimentos sociais/sindicais do/no campo estabeleceram com o PT. Perdendo a sua autonomia e permitindo a cooptação da liderança que integra a base partidária do PT e do redirecionamento de suas atividades combativas à burocrática.

O estreitamento dos movimentos sociais/sindicais do/no campo com o PT foi comprovado com o apoio à eleição/reeleição de Lula e recentemente a candidatura de Dilma. Através de manifestações favoráveis a manutenção de Dilma na presidência, a exemplo do ato de campanha ocorrido no dia 21/10/2014, na cidade de Petrolina – PE, com a participação de diversas lideranças. A ação foi fundamental para desequilibrar as campanhas eleitorais e sustentar o governo do PT no poder.

A utilização do movimento como base eleitoral do PT foi elemento constatado na pesquisa de campo, através das propagandas de candidatos a deputados estaduais e federais apoiados pela diretoria e funcionários do SINTRAF. Retratos do presidente Lula e do Governador Jaques Wagner e distribuição de material informativo de candidatos. Além disso, disponibilização de espaço na formação política realizada pelo SINTRAF, no mês de outubro, para apresentar as propostas de governo e convencer os trabalhadores/agricultores que solicitaram a filiação e os recém filiados a votarem no PT.

O comportamento passivo dos movimentos sociais/sindicais no/do campo no governo do PT, refluindo as ocupações (Quadro 3), não conseguiu conter a violência no campo e atenuar o número de assassinatos e a ocorrência de conflitos que continuou em ascensão. Ademais, a barbárie e a incidência de disputas no campo, vitimou diversos camponeses na ação protagonizada pelos latifúndios que responsabiliza os trabalhadores/camponeses pela sua elevação.

Quadro 4: Comparação de Conflitos de terra no campo do Governo de FHC até Dilma

Governo	Ocorrência de conflitos	Ocupações	Assassinatos
Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	1914	2821	232
Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010)	5189	2794	288
Dilma Rousseff (2011 até outubro de 2013)	2384	288	92

Fonte: Elaborado com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2013

A concentração de terra apresenta-se como uma das principais causas da violência no campo, agregada a ausência ou implementação de políticas públicas, atrelada a estas encontra-se a diminuição de decretos de desapropriação que fortalece o latifúndio/burguesia.

A luta no campo permanece ceifando a vida de trabalhadores que são culpados pela desordem e a eclosão dos conflitos no campo. Omitindo assim, os verdadeiros responsáveis. Observa-se que nos últimos anos houve uma quadruplicação do número de conflitos pela terra e o aumento de pessoas, participando nas manifestações na luta pela terra e para resistir na terra, que cresceu de 142 mil, em 1999, para 285 mil em 2000, ultrapassando 900 mil pessoas em 2001 (FERNANDES, 2001).

As lutas no campo são intensificadas, através das ocupações, sem essa arma, não existiria os assentamentos de reforma agrária. Ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. E, mais a

supervalorização das desapropriações, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior que a área comercializada para a instalação do assentamento. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce, simultaneamente, à concentração fundiária. Portanto, solucionar a posse é regularização fundiária. Assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra. Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária (FERNANDES, 2000).

Para dirimir os conflitos no campo é necessário reestruturar a política de reforma agrária que defende o latifundiário, fortalecendo-o nas novas possibilidades de aquisição de novas propriedades, com o recebimento de indenização da propriedade desapropriada. A modificação dessa estrutura exige o despertar dos movimentos sociais do/no campo, em defesa da desapropriação gratuita de áreas e os valores de indenização serem disponibilizados para o desenvolvimento dos assentamentos.

Para que essas ações reestruturem a política de reforma agrária é imprescindível os movimentos sociais do/no campo, para ultrapassar a crise e romper com o seu atrelamento da política partidária. Tornando-se independentes e resgatando as bandeiras de lutas e as armas que pressionam o Estado, assegurando assim, novas possibilidades para o fortalecimento da agricultura familiar e, quem sabe melhorar a precariedade da estrutura fundiária no país.

4.5. Perfil dos agricultores familiares sujeitos da pesquisa

O processo histórico foi elementar para a análise e compreensão da organização do movimento social/sindical do/no campo, do SINTRAF, no município de Conceição do Coité – BA e a interpretação dos dados coletados.

A aproximação com os sujeitos pesquisados e a coleta dos dados ocorreram em dois momentos, inicialmente no período de 23 a 25 de julho, com a realização de entrevistas com a diretoria e, posteriormente, de 18 de setembro a 01 de outubro de 2014 com os coordenadores de base e agricultores familiares.

A amostra foi definida com 8 sujeitos, escolhidos de acordo com os critérios apontados na Figura 2. Foram entrevistadas 4 mulheres, sendo 3 jovens com faixa

etária compreendida entre 27 a 29 anos e 1 com idade entre 38 a 50 anos, que corresponde a mesma faixa etária dos 4 homens (Quadro 5).

No assentamento, apenas 3 jovens atendiam os critérios estabelecidos e por este motivo foram entrevistados 5 adultos. A escolha por ampliar o número de adultos no estudo foi definida através da participação deste grupo no SINTRAF, sendo a faixa etária, predominante, de agricultores filiados no movimento social/sindical do/no campo.

Os 5 adultos que participaram da amostra são assentados, que estudaram até o ensino fundamental I (incompleto) e as jovens, 1 é filha de assentado, as outras 2 casada com os filhos, as quais estudaram e concluíram o ensino técnico em agropecuária e 2 possui também a formação em magistério.

Quadro 5: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Entrevistados	Gênero		Idade	Escolaridade	Relação com a terra
	F	M			
01	X	---	28	Magistério e Técnica em Agropecuária	Casada com filho de assentado
02	---	X	38	4º ano	Assentado
03	X	---	27	Magistério e Técnica em Agropecuária	Casada com filho de assentado
04	X	---	29	Técnica em agropecuária	Filha de assentado
05	---	X	46	3º ano	Assentado
06	---	X	48	4º ano	Assentado
07	---	X	50	3º ano	Assentado
08	X	---	46	5º ano	Assentada

Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2015.

Outro fator, relevante é que este grupo representa a economia agrícola do assentamento e detém a posse da terra, diferente dos jovens que procuram sua sobrevivência no trabalho assalariado ou na inserção dos grupos de produção. Isto decorre, pois os filhos e/ou esposas de assentados não tem a liberação de lote de

produção e com as áreas limitadas, torna-se inviável que o grupo assuma a gestão do lote.

Os jovens da amostra possuem uma escolaridade mais elevada que os adultos, isso ocorre em detrimento das oportunidades adquiridas com as lutas dos que ocuparam e conquistaram o reconhecimento do assentamento. A liberação da declaração de posse da terra concedida pelo INCRA, permitem os assentados a terem acesso a política pública de educação do campo, desenvolvida nas áreas de reforma agrária nominada de Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, facilitando o ingresso dos jovens camponeses aos espaços formativos da educação profissional e ensino superior.

No caso dos adultos, a baixa escolaridade consiste no abandono da escola para trabalhar, nas dificuldades na época e da falta de incentivo das famílias. Os agricultores familiares, mesmo não possuindo uma escolaridade elevada, estes apresentam um nível de compreensão da realidade diferenciada, pois aprenderam com luta, com a ocupação e através da militância no movimento social/sindical do/no campo.

As atividades desenvolvidas pelas jovens restringem-se na ajuda aos pais nos quintais produtivos e no caso das esposas, a opção é suas inserções nos grupos de produção e, utilizam esses espaços para a criação de aves, peixes e horticultura para ampliar e/ou gerar renda para a sobrevivência da família.

4.6. Atividades produtivas e o associativismo no Assentamento de Nova Palmares

Para o grupo a fonte de renda é eminentemente da agricultura, o sisal e a criação de animais desponta como as principais atividades econômicas (Quadro 6). Economicamente o valor do sisal supera o da criação de animais pela organização da cadeia produtiva no assentamento, com a venda coletiva e por ser uma cultura que permite ao agricultor obter lucros, semanalmente.

No caso da criação de animais, os agricultores encontram dificuldades para a comercialização no município. A opção que estes dispõem é vendê-los para os atravessadores.

Os caprinos e ovinos em Coité nós não temos registro do leite, na verdade é uma cadeia desorganizada, mas ela é grande. A gente vem lutando ao longo desses anos para tentar organizar essa cadeia, mas há uma resistência muito grande, pois a gente tem dificuldade de organizar os trabalhadores pra criação do laticínio. Quando a gente fala, ah não, mas a gente está bem, mas, a gente está buscando parceiros para tentar mudar essa consciência que é também muito forte. O leite vai para Riachão, para Ichu e vai para essa região não aparece como produção de Coité, mas é uma cadeia muito forte em Coité, principalmente o leite de bovino. (Barriguda)

A desorganização da cadeia de caprinos, ovinos e bovinos no município de Conceição do Coité- BA, estimula os agricultores do assentamento a comercializar os animais aos atravessadores. A venda do animal, não permite que os trabalhadores ampliem sua renda com os derivados que poderia ser destinado para a merenda escolar. Diferente das aves, os trabalhadores criam para o consumo da família e o excedente, neste caso, os ovos são comercializados na vizinhança.

A criação de animais como os caprinos, ovinos e aves tem impulsionado a geração de renda da família. No entanto, a comercialização acaba ocorrendo de forma precária devido a desorganização desta cadeia no município, sendo efetuada a atravessadores de forma individualizada na própria comunidade, reduzindo assim, os lucros e a coletividade dentro do assentamento.

A coletividade no assentamento foi um dos elementos apontado pelo INCRA para o êxito na desapropriação da terra, divisão dos lotes, construção das casas e melhoria da infraestrutura. Coletividade esta que para um dos entrevistados está diminuindo:

A individualidade é um dos problemas do assentamento, o assentamento já foi conhecido pela coletividade, mas não acontece mais. O que tem de coletivo é a venda do sisal. Achando que já conquistou tudo e assim os grupos foram acabando e o povo acha que o governo tem que dá tudo. Hoje o assentamento está precisando de uma creche e posto de saúde, antes pegava o timbau e as ferramentas de trabalho e ia para Coité reivindicar e hoje fica aqui esperando. (Juazeiro)

A facilidade no acesso a créditos é uma das práticas, utilizadas pela burguesia para reforçar a individualismo dos sujeitos e desintegrar as lutas e manifestações frequentes no momento da ocupação para a conquista da posse da terra. A disponibilidade de verbas individualizadas para os agricultores familiares,

assentados do INCRA, contribui para a desestruturação do movimento coletivo e permite que cada um fique focado apenas em seus objetivos próprios, crescendo a dependência dos agricultores a políticas assistencialistas.

(...) Tanto a indisposição para o trabalho e ações coletivas, por parte de expressivo número dos assentados da reforma agrária, assim como o individualismo e a competitividade fazem parte de uma cultura mercadológica, hegemonicamente instalada na sociedade brasileira e quiçá mundial, em que os esforços dos movimentos e das suas lideranças em combatê-la tem esbarrado em muitas dificuldades. Trata-se de uma disputa no plano simbólico, cuja eficácia do sistema, em termos de fixar valores, tem, em muitos momentos, se sobreposto ao trabalho direto e ao envolvimento pessoal dispensado pelas lideranças do movimento organizado. (ALMEIDA, 2006, p. 12)

A individualidade é uma tendência social presente nos sujeitos assentados quando conquistaram a terra, focaram no trabalho em sua propriedade e se distanciam dos movimentos sociais do/no campo, como acontece em Nova Palmares. O desafio das lideranças é estimular os trabalhadores a participarem das práticas educativas e, através delas motivá-los a reingressar no movimento e continuar a luta por beneficiamento do assentamento.

Em Nova Palmares, o SINTRAF e a Associação dos Trabalhadores Rurais, os assentados têm desenvolvido ações como reuniões e cursos para estimular a reaproximação no movimento social do/no campo. O enfraquecimento das reivindicações em Nova Palmares tem enfraquecido as lutas e reduzido as suas conquistas.

As políticas assistencialistas utilizadas por esta instituição favorecem a alienação dos trabalhadores que optam por diminuir a geração de renda. Ao deixarem de se organizar em grupos para ampliar a comercialização de animais e hortaliças, beneficiando a um número maior de famílias, como é feito com o sisal.

A cultura do sisal no assentamento é um dos indicativos exitosos da comercialização coletiva, que é realizada através da associação. Essa união permitiu aos associados venderem para a APAEB, localizada no município de Valente, conseguindo agregar preço ao produto. Os agricultores recebem por produção, cada um leva o sisal retirado em seu lote para a área da associação, local em que é feito a pesagem (Figura 11).

Figura 11: Comercialização do sisal em Nova Palmares



Fonte: Stelina Vasconcelos, 2014

Para ser inscrito como agricultor familiar, os membros da família devem atuar no processo de produção do estabelecimento (Quadro 2), e estarem engajados com as atividades desenvolvidas na propriedade. Esse envolvimento da família favorece na geração de renda, ao mesmo instante que contribui para a permanência do jovem no campo e a perpetuação dos conhecimentos agrícolas para as demais gerações.

A relação da família estimula os jovens a aprenderem com seus pais para manter a propriedade para garantir a sobrevivência e permanência no acampamento. A participação dos filhos, na propriedade, é restrita aos lotes produtivos dos pais, os lotes produtivos são destinados exclusivamente aos assentados da terra, aos filhos reserva-se um espaço na agrovila para construírem suas casas.

Aqui em casa somos 8 pessoas e nós ajudamos cuidando dos animais (ovinos, caprinos e suínos), colocando a ração, agora mesmo já é hora de misturar a ração para levar para a roça.
(Macambira)

Para manutenção da agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho, auxiliando a conduzir os animais, ao acompanhar os pais em algumas tarefas, ajudando na casa e nas atividades produtivas, iniciadas nos quintais e cuidados com os animais. Aos poucos começam a assumir outras atribuições de maior importância e ao chegarem à adolescência não somente dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento (SILVESTRO, 2001).

As famílias dos entrevistados são compostas por 3 a 8 membros, residentes na mesma casa. Para garantir o sustento e gerar renda para a permanência no assentamento, os pais estimulam os filhos a trabalhar na propriedade e, assim os disseminarem os conhecimentos adquiridos com eles, para que o trabalho da família não seja diluído pelas tendências de mecanização no campo e êxodo rural dos jovens.

Dos entrevistados apenas uma sinalizou que os filhos não atuam na agricultura e optaram em trabalhar em outras atividades. Outras duas informaram que os filhos são crianças, com idades entre 02 a 05 anos e acompanham os pais na rotina do quintal. Sendo estimuladas a cuidarem dos animais e das plantas, esse incentivo é o primeiro passo para a continuidade delas no campo.

Para 04 dos entrevistados o cultivo do sisal representa a principal fonte de renda da família, de acordo com as informações, a produção anual varia de 15 a 30 mil kg, gerando em média de 9.600,00 a 30.000,00 reais. Esses valores garantem a permanência da família no assentamento e são complementados por atividades laborativas diversas, nos períodos de seca, em que diminui a produção do agave²¹.
A comercialização do sisal no assentamento

Os grupos de produção criados no assentamento tem sido uma alternativa para a geração de renda das mulheres, entre eles o de polpas de frutas que são comercializadas através da Cooperativa de Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários de Conceição do Coité - BA – COOAFES para o PNAE²². Por ser uma atividade recente para essas mulheres, o espaço foi improvisado, até conseguirem um local adequado que atenda todas as normas da vigilância sanitária, esta funciona no depósito da COOAFES (Figura 12).

²¹ Os dados foram sistematizados das entrevistas com os agricultores familiares.

²² No período da pesquisa, o grupo estava no seu segundo mês de criação e não possuía os dados da quantidade de polpas vendidas e o valor mensal adquirido com a comercialização.

Figura 12: Produção de polpa de frutas



Fonte: Stelina Vasconcelos, 2014.

No assentamento possui 07 grupos de produção, sendo 04 de galinhas, 02 de ovinos e caprinos e 01 de produção de polpas, cada grupo é composto por 10 pessoas, exceto o de polpa que atualmente é composto por 6. Esses grupos têm despontado no assentamento como possibilidade de fortalecer a comercialização coletiva e agregar valor a esses produtos.

Quadro 6: Principais atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo pesquisado

Entrevistados	Sisal	Horta	Criação de animais
01		X	X
02	X		X
03	X		X
04	X		X
05	X		X
06	X		X
07	X		X
08	X	X	X

Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2015.

Para a entrevistada participante do grupo de produção, a sua formação contribui para gerar renda para as mulheres, que mantêm suas atividades no assentamento sem precisar deslocar-se para a sede do município a procura de emprego. Trabalhar no assentamento favorece a essas mulheres conquistarem sua independência financeira sem abandonar seus lares e filhos. A aproximação do trabalho com o lar beneficia a família e momentos em que não estão na produção de polpas e nos cuidados com os animais, elas auxiliam seus companheiros nas atividades do quintal e lotes.

4.7. Do Idealizado ao Conquistado: os desafios de viver no assentamento

A finalidade do INCRA é garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviço e infraestrutura básica, além de proporcionar a educação formal em todos os níveis: ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior para o público da reforma agrária, visando à promoção da igualdade no meio rural. Outro desígnio do órgão é promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do programa de reforma agrária.

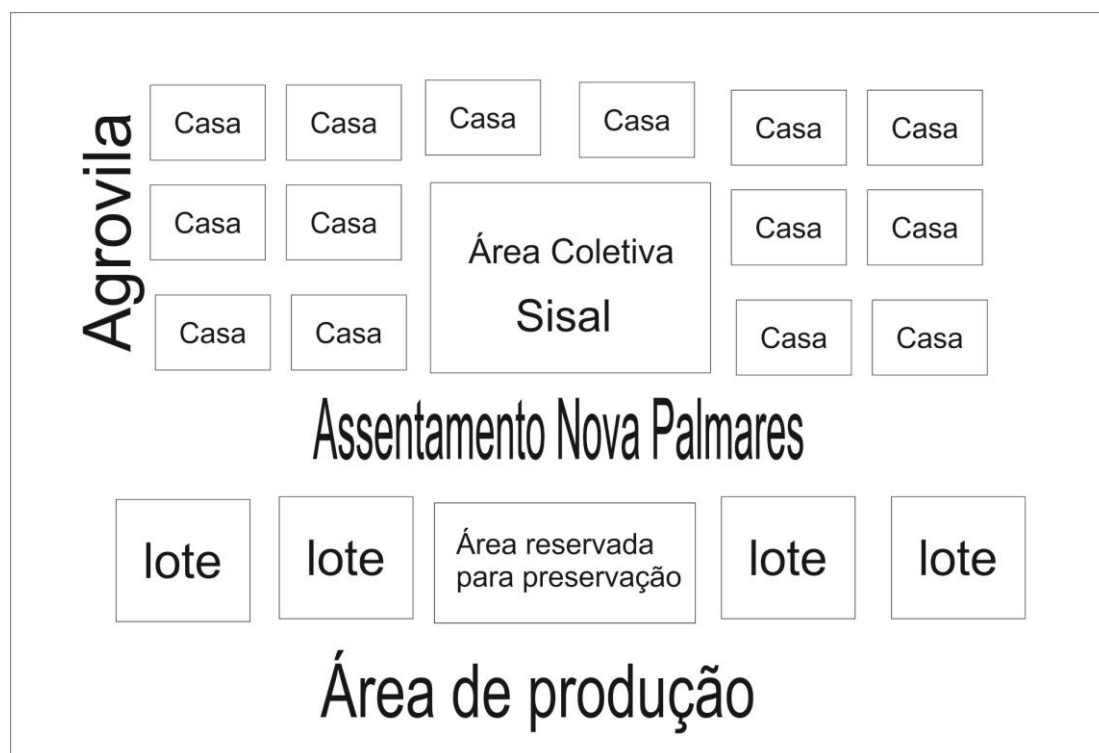
Para cumprir esses propósitos, o INCRA, adota quatro modelos de parcelamento de terra, para a organização da estrutura para os assentamentos. O

primeiro é tradicional que consiste em dividir a área desapropriada em lotes de produção e neles são construídas também as moradias dos agricultores, o segundo é o da agrovila, que existe uma estruturação que favorece a organização social, com as moradias construídas em um espaço e os lotes de produção em outro, o terceiro o raio de sol, que consiste na formação de núcleos de moradia perimetrais a um ciclo e o quarto é a criação de unidades familiares e terras comum, cada família tem direito a uma chácara de 5 hectares e o restante da terra é de uso coletivo.

O parcelamento tradicional, conhecido popularmente como "quadrado burro" é a estrutura mais utilizada pelo INCRA. Esse modelo atrapalha a organização social e induz o individualismo dos assentados, por não possuir áreas coletivas, os trabalhadores se distanciam e a luta acaba no momento que a área é desapropriada e os lotes são divididos. É notório, que a intencionalidade da burguesia em manter essa estrutura, está centrada na desestruturação das lutas empunhadas pela classe trabalhadora.

No caso de Nova Palmares, o parcelamento da terra foi através de agrovila (Figura 13). A justificativa para a adoção desse modelo, foi o número de famílias assentadas, que excedia a capacidade da área ocupada. A estrutura da agrovila beneficia a organização dos assentados e a reestruturação da luta, iniciada com a ocupação da área.

Figura 13: Estrutura do Assentamento de Nova Palmares



Fonte: Elaborado por Stelina Vasconcelos, 2015, com base nas informações do INCRA.

É evidente, que os parcelamentos de terra adotados pelo INCRA, tem a intencionalidade de dirimir a luta. O órgão segue as tendências capitalistas da questão agrária. Essa convergência preconiza, a desapropriação de terras e construções precárias de assentamentos, sem modificar a conjuntura social:

Estes assentamentos são mal localizados e sem nenhuma comunicação entre os demais dificultando a melhoria desses espaços, pois a maioria está “ilhada” no meio dos espaços do agronegócio. Isso dificulta o seu desenvolvimento com base em uma agropecuária alternativa aos pacotes tecnológicos do grande capital, pois estando próximos serão levados a consumir estes pacotes. Para se falar em reforma agrária é preciso que exista – de fato – uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. O governo tem tentado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com a compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. Se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente seus protagonistas [...]

assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra [...]. (FERNANDES, 2001, p. 44)

O assentamento de Nova Palmares, comprova as indagações do autor e reforça a ideia da reforma agrária como pendência democrática burguesa que permanecerá irresoluta. A única alternativa para reverter essa lógica é a revolução proletária que desestabilize a estrutura social e efetive-a. Enquanto, essa revolução não ocorre, os assentamentos são construídos sem garantir as condições mínimas para a permanência dos trabalhadores, como acontece em Nova Palmares, pois o INCRA não tem conseguido cumprir a sua finalidade e conceder a infraestrutura básica dos assentamentos.

Em Nova Palmares, a desapropriação sucedeu em 7 meses e os trabalhadores munidos da documentação de utilização da terra, vivenciaram outros desafios. A exemplo da burocratização para a construção das casas e investimentos na infraestrutura. Processo que ocorreu lentamente, iniciando no ano de 2001, três anos depois da liberação de posse, com a construção das primeiras moradias e em 2002, as 102 famílias foram instaladas. Enquanto, as moradias foram construídas, que as famílias permaneciam nos barracos e eram submetidas a todos os tipos de privações, a exemplo de água encanada e energia (Figura 14).

Figura 14: Moradia dos trabalhadores na ocupação



Fonte: Flaviano Santiago, 1999.

Aos poucos com as construções das moradias, o cenário foi modificando, os barracos ficando na memória dos assentados e nas fotos. O assentamento ao longo dos anos foi modificado com as construções das moradias (Figura 15).

Figura 15: Moradias do assentamento de Nova Palmares, Rua Chico Mendes



Fonte: Flaviano Santiago, 2015.

Os problemas com a infraestrutura se intensificavam devido, as deficiências a exemplo, da falta de saneamento básico, estradas e outros itens de infraestrutura são as principais reclamações dos agricultores.

Faltam muitas coisas, não temos posto de saúde, saneamento, quadra e estrada que dificulta o acesso da zona rural para a cidade.
(Cacto)

No projeto de assentamento, é responsabilidade do INCRA, em parceria com o órgão público municipal, arcar com os investimentos na infraestrutura, como estrada, saneamento básico e unidade de saúde. Para os entrevistados, o órgão opera vagarosamente sendo negligentes com itens fundamentais para garantia da qualidade de vida. Outro fator inibidor de investimentos são as ineficiências de políticas públicas, para Oliveira (2001), essas políticas consistem em tentativas estatais de conciliar interesses contraditórios o que não resolve o conflito.

A morosidade do INCRA, na execução de obras nos assentamentos é um dos indícios da debilidade da política de reforma agrária no país. Esse modelo burguês

não atende satisfatoriamente a necessidade dos trabalhadores e não mantém as condições mínimas para assegurar a permanência dos assentados.

No assentamento de Nova Palmares, atualmente com a população aproximada de 1000 habitantes para obter atendimento médico, os assentados deslocam-se para Conceição do Coité – BA. Esse quantitativo populacional comporta a implantação de uma unidade de saúde, a qual não foi implantada devido ao descaso dos órgãos responsáveis. Ocasionalmente o descontentamento dos agricultores com a estrutura do assentamento.

Falta muito, saneamento, porque não tem rede de esgoto e o posto de saúde mais próximo está a 7 quilômetros daqui. (Juazeiro)

Falta algumas coisas, tipo calçamento, seria necessário um posto de saúde, para uma comunidade desse tamanho. O pessoal da associação até tem reivindicado isso na prefeitura. (Imburana)

No decorrer dos 17 anos de constituição de Nova Palmares, os projetos do INCRA restringiram-se a moradia, energia e água. Deixando os trabalhadores vulneráveis, com a falta de saneamento básico, item primordial na garantia da qualidade de vida. Atualmente, no assentamento possui escolas, as quais foram implantadas através de diversas manifestações, mas ainda não tem posto de saúde, principal item de reclamação dos assentados.

A desmobilização dos trabalhadores em prol de benefícios para o assentamento, apresenta-se como indicativo para o abandono dos órgãos públicos, juntamente com o atrelamento das lideranças a partidos políticos. Esses fatores emanam no enfraquecimento das lutas e na desestruturação do movimento. As manifestações ocorridas na ocupação e posteriormente na estruturação foram diluídas e atualmente os agricultores aceitam passivamente as deficiências do assentamento.

O timbau, instrumento utilizado nas marchas para requerer direitos foi esquecido e as constantes reivindicações na sede do INCRA e prefeitura de Conceição do Coité- BA, foram silenciadas através de abaixo assinados, que não direciona a atenção do poder público. Legitimando a necessidade dos trabalhadores retomarem as manifestações, pois essa é a sua principal arma, na luta por direitos constantemente negligenciados.

A insuficiência de investimentos do INCRA na infraestrutura do assentamento é causa de desconfiança.

O INCRA prometeu muita coisa e a gente não tem quase nada. Vai ver que tem no papel que aqui é calçado, tem posto de saúde. Tem 2 anos que fez as primeiras reformas das casas e até hoje não foi liberado recurso para fazer o resto. (Aroeira)

O agricultor entrevistado desconfia que os investimentos do INCRA podem ter sido desviados, justificando a ausência do órgão na comunidade. Para ele o modelo do órgão na liberação de recursos, não atendem as reais necessidades dos assentados, pois os mesmos não são fiscalizados, além de serem frequentemente interrompidos e fragmentados em etapas. A exemplo da verba, para reformas das moradias, iniciadas em 2012, e até a finalização da pesquisa não tinha sido concluída a segunda etapa.

A interrupção dos projetos e a deficiência no gerenciamento dos recursos são apontados pelo MST (2000), como as principais causas para a precariedade dos assentamentos. Esse entrave provém da burocracia do INCRA e órgãos parceiros na liberação de investimentos destinados para a infraestrutura, agregado a escassez de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária (FERNANDES, 2001).

Entre os problemas estruturais do assentamento, sua pavimentação e acesso, através de estradas também foram apontados na pesquisa. Para os agricultores a inexistência de asfaltamento na agrovila é um dos fatores de indignação, pois nos períodos de chuva, a população fica ilhada e encontra diversas dificuldades para deslocar-se para o município de Coité. Nenhuma das ruas no assentamento tem pavimentação (Figura 13).

Hoje a dificuldade é quando chove, porque a gente fica na lama e quando está estiado sofremos com a poeira. (Cacto)

Figura 16: Rua 12 de Janeiro, principal rua do assentamento de Nova Palmares



Fonte: Acervo de imagens do assentado Flaviano Santiago, 2015.

As deficiências encontradas no assentamento, motivou os agricultores a organizar diversas audiências com o INCRA e reuniões com o prefeito, para reivindicações de benefícios que atendam os interesses do coletivo. Inicialmente a luta foi para a construção de uma escola, construída em 2005/2006, sendo a única unidade escolar pública que oferece, simultaneamente, da educação infantil ao ensino fundamental I e a educação de jovens e adultos.

Juntamente com a luta para a implantação na escola, nos últimos cinco anos outras reivindicações foram organizadas, com o intuito de pressionar o poder público municipal e o INCRA para a construção de uma creche e posto de saúde.

Eu participei da marcha da agricultura familiar em Salvador, fechamos o pedágio, ficamos 2 dias para reivindicar melhoria para o assentamento e ocupamos a sede do INCRA. (Macambira)

As exigências para melhoria do assentamento foram agregadas as bandeiras de lutas desabrochadas no Território, entre elas destaca-se a manifestação dos em prol do fortalecimento da agricultura familiar. Através de atos que visassem a

superação da seca, a exemplo da construção de poços cartesianos nas propriedades, liberação do crédito emergencial do PRONAF e aumento na distribuição de milho feita pelo CONAB, para alimentação dos animais. Estas ações permitiram aos agricultores do TI Sisal, em especial do Assentamento de Nova Palmares a adotarem práticas de convivência com semiárido, por meio da liberação de recursos para a construção de cisternas de produção e de consumo.

No Assentamento de Nova Palmares, os lotes e as moradias são contempladas com a construção de cisternas de consumo e produção. Um mecanismo encontrado para que estes mantenham a produtividade nos períodos de estiagem. O impacto na diminuição das reivindicações é comprovado com a demora do INCRA e poder municipal na concretização de obras essenciais para a permanência dos assentados.

Residir no assentamento de Nova Palmares é sobrepor continuamente diversos desafios, a exemplo da continua falta de água e geração de renda. Isso ocorre por causa da indiferença e lentidão dos órgãos competentes na liberação de recursos financeiros e assistência técnica que oriente os assentados a aderirem novos modelos de produção.

As maiores dificuldades de viver aqui em Nova Palmares é a geração de renda, o longo período de estiagem, porque a falta de água dificulta tudo e incentivo, pois existem outros métodos para trabalhar sem água e terra. (Juazeiro)

O desafio para um dos agricultores entrevistados é anulado diante da miserabilidade vida antes de conquistarem um lote e o direito de posse da terra, que as dificuldades são sucumbidas diante das memórias de períodos difíceis quando não possuíam terra.

Não encontro dificuldades, pois quem já teve um passado como eu tive, hoje é para está cantando parabéns. (Aroeira)

O relato do agricultor revela o conformismo com as aquisições conquistadas, essa forma de pensar, enfraquece o movimento contestatório no assentamento e desestrutura as lutas. Além de atender as prerrogativas burguesas, que tentam amortecer as reivindicações dos trabalhadores, negando seus direitos e aprisionando-os pelas benfeitorias obtidas.

A lógica burguesa preconiza o abrandamento das reivindicações e a desestabilização dos trabalhadores, como discurso de suficiência a posse da terra. No instante que os agricultores acreditam nessa "inverdade" da posse como melhoria da qualidade de vida, mesmo em condições precárias. A luta morre, os movimentos são enfraquecidos e ficam dependentes de uma minoria que não tem condições de pressionar os órgãos responsáveis na concretização dos projetos de desenvolvimento do assentamento.

Os relatos dos entrevistados enfatizaram que as maiores conquistas do assentamento de Nova Palmares, foram adquiridas através das lutas coletivas. Mesmo ciente disto, muitos agricultores optam em distanciarem do movimento, isolarem em suas propriedades, desesperançados com a inconclusão de projetos previstos pelo INCRA e avaliarem negativamente a política de reforma agrária.

Eu acho fraca a política de reforma agrária no Brasil, principalmente em nosso assentamento. Pelo atraso dos projetos dos processos de desapropriação de outras áreas e em termo também das casas, tem 2 anos que fez as primeiras reformas e até hoje não foi liberado recurso para fazer. Quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência eu achei que fosse melhorar a política de reforma agrária, mas isso não aconteceu. Na época que entramos aqui o PT era oposição e ia com tudo, depois que assumiu, isso não aconteceu. Hoje o presidente é o mesmo que os movimentos sociais aprovam e têm dois anos do governo do PT no município e não tem nenhuma obra. A reforma agrária era melhor na época de FHC por causa da pressão do PT. É muito sofrimento para liberar as coisas nesse país, o que me deixa mais indignado é a reforma das casas, lembro a mulher do INCRA fazendo pressão e até hoje nada. (Aroeira)

Péssima, muito devagar porque tem muita gente sofrendo debaixo da lona e os órgãos públicos sabem e não fazem nada. (Quixabeira)

É uma grande oportunidade para quem não tem a terra e quer trabalhar, mas falta muita coisa e deveria ter mais acompanhamento técnico. A reforma agrária não é só desapropriar a terra e colocar o agricultor lá. Deveria ter mais políticas e as autoridades olharem mais porque tem muita terra nas mãos de poucos. (Juazeiro)

O descontentamento dos agricultores com a política de reforma agrária está baseado inicialmente na burocratização dos órgãos para a liberação de investimentos no assentamento. Outro fator é a visão reducionista do governo sobre a reforma agrária, entendendo limitadamente como um processo de desapropriação de terras. Para Fernandes (2001), a política de reforma agrária no Brasil, não são

suficientes para atender a população, afinal, a questão não é só a distribuição da terra, mas também a construção de novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas.

O distanciamento dos trabalhadores na elaboração e implantação de políticas públicas, apresenta-se com um empecilho na sua efetivação e eficiência. Os reais interessados os assentados, recebem pacotes prontos do governo, sem serem escutados sobre as suas necessidades. As fragilidades na política de reforma agrária oscilam entre a burocratização, morosidade na liberação da posse da terra e na falta de um acompanhamento ativo dos assentamentos.

A política de reforma agrária, adotada, representa os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral e o Estado opta em atender aos interesses dessa minoria. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. Nesse caso, para manter a qualidade de vida, a luta no assentamento transforma-se uma necessidade continua de sobrevivência (FERNANDES, 2001).

A confiança dos agricultores assentados no avanço da política de reforma agrária foi iniciada com a eleição do presidente Lula, acreditando que novos capítulos dessa história fossem reescritos. Afinal, antes de chegar a presidência da república, Lula e o PT, articulavam as manifestações para pressionar o governo de FHC na liberação de recursos, desapropriação das áreas e reorganização da estrutura fundiária. Com sua eleição, a reforma agrária deixou de ser a pauta principal do seu programa de governo e o apoio aos agricultores foi substituído para o fortalecimento da burguesia e da política neoliberal.

[...] Estamos dispostos a consolidar ações e processos unificados com o MST, mas achamos que o movimento está equivocado na sua caracterização com o governo Lula. Achamos que isso compromete o histórico de independência que o MST tem em relação aos governos. (...) E o PT acabou como alternativa, porque deixou de ser um partido dos trabalhadores para se tornar um instrumento a serviço da burguesia (...). Em relação a reforma agrária, Lula é pior que FHC. Porque Lula não quer promover nenhuma mudança, que distribua, renda e poder, como preparar um plano que inicie a reestruturação fundiária do país. Trata a reforma agrária como um instrumento da política compensatória oferecendo migalhas para o povo, atuando para a manutenção da agroindústria capitalista do latifúndio. (FONSECA, 2005, p. 11-12)

Para o autor, o atrelamento dos movimentos sociais do/no campo, em destaque o MST com o governo dos trabalhadores inibiu a luta e tem comprometido a atuação deles. O governo do PT, não cumpriu suas promessas de campanhas no favorecimento da classe trabalhadora e realização da reforma agrária. O oposto ocorreu, as gestões de Lula e Dilma Rousseff têm primado pelo fortalecimento da burguesia e o latifúndio com a agroindústria capitalista.

No governo de FHC, os movimentos sociais do/no campo estavam fortalecidos e as reivindicações eram constantes, exigindo-o uma atenção especial para a reforma agrária que foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limitou a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1999).

Para os assentados na gestão de FHC, os resultados eram mais instantâneos, isto ocorreu devido as requisições intensas dos movimentos sociais do/no campo que no governo do PT silenciaram as reivindicações e se fundiram com a proposta de governo. A liderança foi cooptada e o movimento estatizado para atender as burocracias instituídas.

A união dos movimentos sociais do/no campo com o governo do PT tem contribuído para a desestruturação da reforma agrária no campo. Os assentamentos têm padecido com a vagarosidade de concretização dos projetos, liberação de recursos, demora na desapropriação de terras e a ausência de assistência técnica, como é o caso de Nova Palmares.

No governo do PT, a esperança dos assentados de Nova Palmares era que a política de reforma agrária atendesse aos anseios da classe trabalhadora, através da diminuição das burocracias, facilitando ao acesso as políticas públicas. Fato que não ocorreu, frustrando as expectativas dos assentados, com o aumento das desigualdades, violência no campo, a expulsão e exclusão dos assentados que sem acesso as políticas públicas são obrigados a abandonarem a terra e buscarem a sobrevivência em outros espaços.

Ao mesmo instante que a qualidade de vida e a dignidade humana são suprimidas no campo, o governo do partido dos trabalhadores, deixa diversas lacunas para essa classe. Ao favorecer a burguesia e o capital o Estado favorece a

ampliação das mazelas no campo, a violência, reforçando a dominação do latifúndio na detenção de terras e expropriação da classe trabalhadora.

Os assentamentos conquistados até aqui não tem sido sinal de mudança efetiva, de transformação de renda para as famílias, de qualidade de vida, o que não quer dizer que não existam experiências positivas, mas no contexto geral padecemos ainda de grandes problemas: assentamentos sem estrada, sem eletrificação, sem moradia digna, sem créditos a tempo e a hora para os companheiros produzirem, sem assistência médica, sem atendimento escolar decente. Isso vem de muitos anos e a política de assentamentos que, iniciada em outros governos e continuada por esse, não está significando um processo concreto de realização da reforma agrária. (FONSECA, 2006, s/p)

A precarização dos assentamentos não está restrita a Nova Palmares, muitos desses espaços vivenciam dificuldades, comprovando assim, a vulnerabilidade da política agrária no Brasil. Essa política não assegura a qualidade de vida no campo e não altera a estrutura fundiária, o latifúndio permanece detendo maior parte das terras e os trabalhadores em condições precárias, sonhando com novas possibilidades de um assentamento que ofereça as condições necessárias para manter-se dignamente com sua família.

A conquista da terra não representa o fim da luta, mas o início de outras que surgem diariamente no assentamento. Manter essa chama acesa é fundante para a concretização de novas realizações. As práticas educativas nos movimentos sociais são essenciais no comprometimento com a mobilização, organização e luta destes movimentos. Elevar a consciência política da classe trabalhadora é um processo contínuo que exige a articulação entre teoria e prática dos sujeitos, militantes dos movimentos sociais, focada na luta pelas reivindicações democráticas imediatas, aliadas ao processo de superação da sociedade de classe.

Resgatar a luta é imprescindível para romper com as imposições da burguesia, pois através deste embate, o Estado é pressionado para o cumprimento de direitos históricos negados, a exemplo da liberação de verbas e desapropriação de terras. A história da conquista de terra no país comprova o poder das reivindicações organizadas pelos camponeses, elas são as responsáveis pelas políticas públicas, desapropriações de terras e a construção dos assentamentos nos limites do capital.

Para alforriar os agricultores familiares da credulidade de implementação da reforma agrária nos limites do capital, os movimentos sociais/sindicais do/no campo podem recorrer a práticas educativas contribuam para a elevação da consciência política para resgatar a organização coletiva e as lutas. A luta é o único instrumento que pode favorecer na alteração da estrutura fundiária do país, como mostra no tópico 3 (Lutas camponesas e movimentos sociais/sindicais do/no campo: barbárie, resistências e conquistas do povo camponês).

Através das lutas os agricultores familiares podem derrubar as barreiras da burocratização na desapropriação de terras, ampliar os investimentos no campo e realizar nos limites do capital a reforma agrária. Esse é o instrumento mais eficiente que os agricultores possuem para obter a atenção do Estado, que só beneficia a classe trabalhadora quando essa ameaça a estrutura social imposta pela burguesia.

5. MOVIMENTO SOCIAL/SINDICAL DO/NO CAMPO: POLITIZAÇÃO E/OU EMANCIPAÇÃO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO SINTRAF?

A educação é um processo dialético, histórico e, portanto, não se reduz à reprodução social capitalista. (Newton Duarte, 1998)

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 1859)

5.1. Movimentos sociais/sindicais do/no campo e educação: entre a cidadania e a emancipação?

A criação da agricultura familiar e os desafios vivenciados pelos camponeses citados no tópico intitulado “agricultura familiar e a afirmação/reafirmação da classe camponesa: uma luta contínua por direitos” permitiram visualizar a importância da educação como instrumento capaz de influenciar aos homens e mulheres para reagirem, de modo desejado, diante das novas alternativas de vida (LUKÁCS, 1981) iniciadas com a inserção no movimento social/sindical do/no campo através da organização da classe trabalhadora e suas lutas por um objetivo comum, a conquista da terra.

A concepção de educação adotada pelos movimentos sociais/sindicais do/no campo, vê o homem e a mulher, como sujeitos históricos-sociais que, por sua práxis produz a realidade e ao mesmo tempo que é produzido por ela. Possibilitando assim, o conhecimento sobre a realidade que articulado à totalidade conduz ao conhecimento de cada campo do real. O conhecimento transmitido por meio da educação, se expressa em uma totalidade de contradições, que possibilita a manutenção e/ou a transformação da sociedade capitalista (CALDART, 1997).

Na visão de Caldart (1997) fica explícito que os movimentos sociais/sindicais do/no campo são fenômenos educativos, que trazem na sua composição uma proposta e práticas educativas com a intencionalidade de motivar a classe trabalhadora a lutar por direitos históricos, negligenciados e uma nova sociabilidade

que reduza as disparidades sociais nesse espaço. Para obtenção deste objetivo, os movimentos recorrem a ação educativa para mediar a relação entre o indivíduo e a sociedade (TONET, 2005).

Por ser um ato subjetivo, a educação exerce diversos papéis e impactos nos sujeitos, ao mesmo instante que pode contribuir para a libertação da consciência humana, pode estimular o sujeito para a reprodução social em atendimento dos princípios estabelecidos pela classe burguesa. Isso ocorre, por não ser neutra, possui um caráter ideopolítico e uma intencionalidade, que determina, direta e propositadamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida, historicamente e coletivamente, pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 1991).

Na sociedade capitalista, o desafio dos movimentos sociais/sindicais do/no campo é desenvolver práticas educativas que superem a alienação, caracterizada pelo fato das forças sociais se tornarem estranhas e hostis ao homem, dificultando a sua construção como ser autenticamente humano (TONET, 2005). O que tem ocorrido é o oposto, as influências neoliberais e a relação pacífica desses movimentos sociais com a política partidária do atual governo (PT).

A alienação é comprovada com a refração das lutas no campo, a cooptação da liderança, burocratização/estatização que se conformaram com o arrefecimento da luta de classe e o uso dos métodos da ação direta, das ocupações, formação política dos militantes e fragilização das práticas educativas emancipadoras. No atual cenário político do país, os movimentos sociais do/no campo têm sido base de sustentação do PT no poder, com esperança dele executar a reforma agrária e atender aos interesses da classe trabalhadora, fato que não tem ocorrido, pois este tem postergado os trabalhadores na conferência de direitos e atendimento das solicitações, favorecido a burguesia particularmente a fração latifundiária com os investimentos no setor do agronegócio.

A educação nos movimentos sociais/sindicais do/no campo desempenha um papel elementar na construção de aprendizagens e significados da prática social, pois ela pode contribuir no processo de politização da consciência do sujeito. Para que cumpra esse desígnio é necessário que as práticas educativas desenvolvidas por estes movimentos tenham como objetivo a politização possa contribuir para a emancipação humana dos militantes (se a base programática destes movimentos

tiver como estratégia a superação do capitalismo e a autêntica defesa do socialismo).

A organização dos trabalhadores em movimentos sociais/sindicais do/no campo emergiu com o desígnio de lutar contra o capital e a favor da implantação da reforma agrária, na qual se pautava na distribuição massiva de terras. A partir da segunda metade dos anos de 1990, do século XX, os movimentos sociais do/no campo referenciados pelo MST ampliaram as suas bandeiras de lutas, dividindo-a em 6 pilares: 1. Construir uma sociedade sem exploradores em que o trabalho tem supremacia sobre o capital. 2. A terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade. 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terras, da renda e das riquezas. 4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais. 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 2005).

Esses pilares reforçam o papel socialista dos movimentos sociais/sindicais do/no campo em defesa dos camponeses e reforça a luta de classes (trabalhadores x burguesia) para assegurar que sejam cumpridos. Lutas de classes que foram reduzidas com o atrelamento destes movimentos com o Estado, iniciado em 2002, com a eleição do presidente Lula, os movimentos foram alterando suas bandeiras reivindicatórias e se estatizando.

O autor Boito Jr. (2003; 2009), reforça a tese, de que a década de 2000 foi marcada por um processo de acomodação e cooptação política de dirigentes sindicais e dos movimentos sociais/sindicais que assumiram uma postura marcadamente "transformista"²³, a qual tem impossibilitado a execução desses pilares.

O resgate dos pilares acima mencionados exige dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, investir em práticas educativas como formações políticas e o envolvimento com a organização coletiva e luta, para alcançar esse objetivo. Para Lukács (2003), o caráter pedagógico adotado pelo movimento pode estar associado à sua condição de classe em si para a condição de classe para si. Ou seja, pode favorecer a elevação da consciência política dos trabalhadores para

²³ Para Gramsci o transformismo é um movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas.

avançarem na compreensão da realidade como totalidade ao travarem lutas contra o capital ou aliená-los, reforçando a política neoliberal.

O enfraquecimento da organização coletiva potencializa o Estado na representação dos interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral e, por isso, limita-se a apresentar políticas que atenuem os conflitos sociais (FERNANDES, 2000), ao interromperem as pressões com o Estado, os movimentos sociais/sindicais fortalecem a burguesia e desestabiliza a classe trabalhadora na sua luta por direitos.

A luta dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, em favorecimento da elaboração/implantação de políticas públicas é reduzida e estas não têm modificado a realidade do campo. A estrutura fundiária permanece inalterada e reafirma o caráter de classe do Estado, cujo pêndulo ideológico se inclina para os interesses do capital e não para o trabalho, seja no campo ou na cidade. Ao mesmo instante que investe na cooptação, estatização e burocratização da liderança dos movimentos.

Essa burocratização/estatização dos movimentos sociais/sindicais do/no campo iniciada nos anos 2000 do século XX, limita a atuação política das práticas educativas com a realização de cursos, reuniões e formações políticas direcionadas a leitura do estatuto, focando os direitos e deveres dos associados. Observa-se que o conteúdo político empregado nestas práticas não promove a politização dos sujeitos, no sentido de traduzí-la em ações organizativas de mobilizações e lutas.

A prática educativa da organização e da luta fica debilitada, com a crise e arrefecimento dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, essas estão reduzidas e, como são instrumentos mais educativos tem um peso formador maior. A redução dessas ações de organização e luta impedem os militantes a potencializarem o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história (CALDART, 2001).

As práticas educativas proporcionadas pela organização coletiva e lutas, simultaneamente, educam e amparam na compreensão da realidade social da consciência dos camponeses, que passam a compreender a dinâmica da sociedade. Este enfrentamento instrumentaliza os trabalhadores, permitindo novas aprendizagens, na construção de uma nova consciência política.

As práticas educativas, adquiridas no processo de inserção e envolvimento dos camponeses com o movimento social, ficam voltadas ao atendimento de metas

governamentais de inscrição em programas sociais destinados ao campo. Em se tratando da prática, no lócus deste estudo as assembleias e reuniões perderam o foco da construção de uma nova sociabilidade e de articulação, para assumir um caráter informativo orçamentário. No dia 27 de março de 2015, o SINTRAF realizou a assembleia, para discutir a seguinte pauta: antecipação da votação da diretoria, prestação de contas de 2014 e a previsão orçamentária para 2015 (Figura 17).

Figura 17: Assembleia do SINTRAF



Fonte: Acervo imagético do SINTRAF, 2015.

O rebaixamento da pauta política nos movimentos sociais/sindicais, a exemplo do SINTRAF tem ocasionado à desmobilização dos trabalhadores e aprofundado o processo de burocratização das organizações construídas na década de 80 (Sampaio Jr., 2005). Esse contexto tem condicionado os trabalhadores a abandonarem as reivindicações, subordinando-os a lógica do capital e na dependência de programas assistencialistas.

A pauta da assembleia realizada no SINTRAF confirma a sua estatização e o abandono do caráter reivindicatório. A assembleia que poderia ser utilizada como prática educativa para elevar a consciência política dos trabalhadores, passou a ser utilizada para legitimar as políticas públicas ou ações burocratizadas, que dependem da base, apenas para aprovação das pautas apresentadas pela liderança sindical.

Essa prática educativa no formato que está sendo conduzida pelo SINTRAF não promove a consciência política dos militantes. Ela coopera para a alienação e submissão dos trabalhadores que vê no movimento um espaço de votação de propostas elaboradas, administração de inscrição de agricultores familiares em projetos sociais e pautas que não estimulam o embate dos trabalhadores contra o capital e não refletem na melhoria da qualidade de vida e permanência no campo. A adoção de práticas educativas alienantes é justificada com a cooptação da liderança sindical, que perdeu o interesse na formação política dos sindicalizados.

A cooptação da liderança dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, ocorrido com a vitória de Lula no final de 2002, desestabilizou as lutas e desarticulou o movimento que deixou de ser combativo para assumir a condição de entidades estatizados sob total controle do Estado para manter o seu funcionamento, favorecendo assim, a correlação de classes. Para afastar a liderança da base, o governo ofereceu cargos administrativos importantes e, através deste mecanismo neutralizou a ação política dos movimentos, além de sobrecarregá-los com diversas demandas, que impediram a articulação e o enfrentamento com o Estado.

A interferência do Estado e o seu alinhamento com o movimento social/sindical do/no campo no Território de Identidade do Sisal, em específico no município de Conceição do Coité – BA, reduziu as lutas e o SINTRAF passou a atender as exigências governamentais de inscrição de trabalhadores em programas sociais, alterando assim, o foco da luta abandonando as bandeiras reivindicatórias da reforma agrária e da invasão e fortalecimento do agronegócio no campo.

A submissão/integração da liderança dos militantes dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no projeto político partidário, tem culminado na alienação dos agricultores. Ao cessarem as reivindicações e participarem da proposta do Estado, eles esquecem a história de lutas, na qual muitas pessoas perderam suas vidas, acentuam a violência no campo, mantém a estrutura fundiária do país e a opressão dos trabalhadores que são obrigados abandonar o campo, por não conseguir manter suas famílias, dignamente no espaço do campo.

A liderança dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, precisa compreender que as relações de produção nas quais a burguesia (Estado) se move não têm caráter uno e simples, mas um modo duplo, que nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria. Porque a riqueza produzida

socialmente é a apropriada em sua forma privada, pelos detentores do capital, nas mesmas relações onde há o desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão (MARX, 1982).

A repressão é evidenciada com o domínio que o Estado tem exercido nos movimentos sociais/sindicais do/no campo, através da cooptação e oferta de cargos a suas lideranças, impedindo que estes tenham tempo para investir na formação política da base. Sem essas construções coletivas da historicidade dos sujeitos, promovidas pelas práticas educativas, a base dos movimentos perdem o caráter reivindicatório e as lutas por direitos históricos, a exemplo da terra, são substituídas por acesso a políticas públicas que não conseguem promover a melhoria da vida dos trabalhadores. Afinal, a burocratização/estatização dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, fortalece a crescente exploração dos trabalhadores e inibe a luta, ao mesmo instante que os tornam cooptados pelo capital.

A educação, desenvolvida através das práticas educativas não tem conseguido alcançar o objetivo de promover a formação ideopolítica dos militantes e a emancipação dos sujeitos não ocorre, assim como a transformação da sociedade capitalista, que é reforçada com o silenciamento das vozes dos trabalhadores e o abandono das lutas.

A formação política nos movimentos sociais/sindicais do/no campo é responsável pelo estabelecimento de uma reflexão crítica sobre a transformação social expressa em diferentes práticas educativas que revelam as diferentes preocupações estratégicas da luta sindical e seus sujeitos (MANFREDI, 2002). A redução da formação política tem interferido na consciência crítica que concede espaço para à participação nos programas e projetos sociais. Como aponta Gohn (2005), o militante foi se transformando para ativista organizador dos usuários de serviços sociais.

Resgatar as práticas educativas como a formação política da base apresenta-se como o maior desafio dos movimentos sociais/sindicais do/no campo e, a diretoria/liderança exerce um papel elementar nesse processo. Para que isso ocorra, a liderança deve se envolver com a luta contra o capital e ter conhecimento da história das reivindicações da classe camponesa pela terra. Outro fator, que tem desencadeado a crise nos movimentos sociais/sindicais do/no campo é a luta pela cidadania dos agricultores familiares como se ela fosse humanizar o capital.

A cidadania é uma ação limitada, que não promove uma mudança estrutural da sociedade e lutar por direitos cidadãos não garantem aos camponeses superar as opressões que a classe vivencia no campo. Com base nas contribuições de Tonet (2005), a cidadania é um requisito inseparável da democracia, essencialmente limitado, definido com um pressuposto de que todos os homens são livres e as desigualdades sociais são o desdobramento da igualdade e liberdade, que obrigou os homens a organizar em sociedade e a instruir uma autoridade, mas o Estado é capaz de garantir a observância de certos limites.

O Estado foi constituído para gerir a sociedade em benefício da população ele não consegue executar esse papel de benfeitor da maioria, simplesmente administra para a minoria burguesa e, as lutas empunhadas pelos campesinos se chocam com o capital e os interesses da classe dominante. Parafraseando Tonet (2005), a luta dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, devem estar centradas em um projeto de emancipação humana, pois a cidadania é um instrumento frágil que apenas consegue equilibrar as desigualdades sociais, mas erradicá-las, somente é possível através da emancipação humana.

Reivindicar pela cidadania e aquisição de direitos que coadunam com a lógica do capital é uma forma de manter a precarização e a opressão no campo, pois a cidadania não emancipa, simplesmente ela aliena a população. Para Tonet (2005), na lógica do capital a cidadania poderá ser uma mediação junto a outros elementos, mas jamais o fim maior da humanidade, pois ela representa uma reprodução social e não promove uma mudança nas bases da sociedade.

Quando os movimentos sociais/sindicais do no campo, a exemplo do SINTRAF, trabalham com formações políticas que não motivam os trabalhadores a pensar e lutar por uma sociedade sem opressão e, que desenvolvam consciência de que a terra representa um bem social dos sujeitos que trabalham, fortalece a ideia de cidadania e anula a emancipação. Ao acreditar que a reforma agrária e as ações que beneficiam as populações subalternas (classe trabalhadora), aconteceram via do Estado, é negligenciar a história das lutas de classe e promover uma domesticação dos campesinos.

Diante deste prelúdio, o objetivo deste tópico é avaliar se as práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF apontam para o processo de politização e emancipação dos seus militantes ou reforça os interesses da classe dominante em

atendimento do partido dos trabalhadores. Outra finalidade é analisar se as políticas públicas estimulam este público a participar das práticas educativas promovidas pelo SINTRAF e, se essas vivências apontam ou não para o processo de politização e emancipação política e humana dos militantes.

5.2. Diretoria do SINTRAF e a crise do papel do movimento social/sindical do/no campo: burocratização e a refração das lutas

Na estrutura do SINTRAF, as secretarias de Políticas Agrícola e Agrárias - PAA, Políticas para a Juventude - PJ, Políticas para Mulheres - PM e o Departamento de Educação do Campo – (DEC) assumem a formação dos militantes. Dialogando entre si, essas secretarias e departamento são responsáveis, juntamente com as coordenações de base, por organizar as práticas educativas do SINTRAF em parceria com as demais lideranças e outros movimentos sociais/sindicais do/no campo, atuantes no Território de Identidade do Sisal.

As secretarias de PAA, PM e o DEC são geridas por 3 mulheres com idades entre 29 a 39 anos, com graduação em Biologia, Administração, outra finalizando o curso Técnico em Agroecologia e 1 homem com 34 anos, graduado em Letras e graduando do curso de Direito.

Na pesquisa de campo foram entrevistados 6 dos 8 coordenadores de base, representantes das localidades de São João, Ipoeirinha, Bandiaçu, Salgadália, Projeto de Assentamento Nova Palmares e Aroeira, sendo 4 são mulheres e 2 homens, com faixa etária entre 26 a 60 anos. A escolaridade deles foi outro fator evidenciado na pesquisa, 1 está graduando em pedagogia, 2 possuem o Ensino Fundamental II completo e 3 completaram o Ensino Médio.

O envolvimento dos diretores com o movimento social/sindical do/no campo aconteceu de formas e com motivações diferenciadas como mostram seus depoimentos:

Em 1998, eu comecei a participar do SINTRAF, inicialmente sem compromisso, com o passar do tempo comecei a engajar na luta.
(Mandacaru)

Em 2003, eu comecei no movimento sindical. Minha vida no movimento começou através da participação no movimento da igreja

e na minha comunidade a juventude católica sempre foi muito bem organizada e eu comecei a partir daí. (Baraúna)

Em 1997 eu comecei participando do coletivo de mulheres. Meu pai já era filiado e participava do movimento social sindical, foi ele que fez minha filiação e eu comecei a participar das reuniões de base na comunidade. (Ipê)

Desde 2002 eu participo do SINTRAF, o que me incentivou primeiro foi ser associada e segundo ter o anseio de participar dos movimentos sociais. (Icó)

De acordo com os relatos, a participação no movimento social/sindical inicialmente não foi influenciada pelas lutas e as organizações coletivas, ela aconteceu mediante ao incentivo familiar, da igreja ou uma ação não planejada. Esse indicativo pode demonstrar as fragilidades destes sujeitos no que se refere consciência política de transformação pela luta contra o capital.

O mesmo processo de despolitização e ausência de referencial das lutas foi exposto nos depoimentos dos diretores, exposto também pelos coordenadores de base:

Eu ingressei no sindicato em 1991, o que me motivou a participar do movimento sindical foi o descompromisso dos políticos. (Mulungu)

Eu entrei no sindicato em 2008, o que me motivou foi participar dos movimentos sociais e o incentivo de algumas pessoas do SINTRAF. (Xique-Xique)

Quando eu me filiei em 2007 por ai, o que me incentivou foram as atividades (cursos) desenvolvidas pelo sindicato e o incentivo das pessoas, principalmente de Flaviano. (Angico)

Em 2012, foi uma forma boa de conhecer novas coisas para as pessoas que não sabia. (Jatobá)

Em 2008. O que me motivou é porque o sindicato é um direito nosso como rural, então a gente tem que se engajar bem nessa instituição. (Gameleira)

Eu pedi minha filiação em 95, em 97 eu comecei a participar das reuniões e em 1999 eu comecei a fazer parte da suplência da diretoria. O que me motivou foi a organização do agricultor. (Embiraçu)

A despolitização apresentada pelos depoentes sobre a sua motivação em se inserirem no movimento sindical, expõe o desconhecimento sobre a função social do sindicato e demonstra a fragilidade do movimento, que em sua estrutura depende da liderança para direcionar as ações políticas dos novos associados e conduzir os militantes na luta pelos direitos históricos negligenciados a classe camponesa. Pode-se inferir que a inconsciência política dos dirigentes sobre o papel do sindicato tem conduzido os militantes na acomodação das reivindicações e perpetuado a ideia do movimento como espaço de execução de cursos, benefício para agricultores em programas sociais e acesso a políticas públicas.

A organização sindical é um instrumento dos camponeses no enfrentamento dos explorados, especialmente os trabalhadores do campo, com o objetivo de contribuir no desenvolvimento político e na emancipação da classe trabalhadora. Para Marx e Engels (1980) o papel político dos sindicatos deveria abarcar a totalidade da luta de classe pela autoemancipação dos sujeitos envolvidos.

Para que o SINTRAF cumpra com esse objetivo, os diretores necessitam compreender esse papel e estar engajados na luta política ideológica em favor da reforma agrária. O verificado na pesquisa de campo é o oposto, a liderança está envolvida com a política partidária e tem defendido o PT, utilizando o espaço do sindicato como comitê eleitoral e, alguns diretores se deslocam para as comunidades, para fazer campanhas e apresentar os candidatos apoiados pelo movimento.

Esse comportamento da diretoria reflete o distanciamento com as lutas sociais e o movimento social/sindical do/no campo, vivencia as contradições criadas entre sua própria trajetória de luta anti neoliberal, de autonomia e independência em relação ao Estado e a contemporização (e esperança) em relação ao Governo do PT (DRUCK, 2006). O alinhamento da liderança dos movimentos com o Estado tem provocado uma crise nestes espaços no que se refere à luta social, pois a falta de reivindicações é refletida na ausência de implementação de projetos e refração na liberação de terras pretendidas pela reforma agrária burguesa.

A comprovação de cooptação do SINTRAF, foi evidenciada através das fotos de representantes do PT em seu espaço (Figura 17 e 18), referenciando assim a posição política partidária defendida pelo movimento.

Figura 18: Sala da Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias (foto do ex-presidente Lula).



Fonte: Stelina Vasconcelos, 2014.

Figura 19: A recepção do SINTRAF (foto do ex-governador Jaques Wagner)



Fonte: Stelina Vasconcelos, 2014.

O impacto de “cooptação” da liderança sindical provoca esvaziamento da postura crítica dos seus dirigentes e decapitam as forças sociais, no instante que estes assumem um atrelamento com o Estado, as lutas ficam congeladas e a classe dominante é fortalecida com o silenciamento dos trabalhadores. Manter as fotos de políticos representa a desarticulação da luta de classes e revela a relação do SINTRAF como aparelho do Estado.

A visão idílica e esperançosa dos movimentos sociais/sindicais do/no campo com o PT, referente à implantação da reforma agrária, lentamente estão sendo substituídas pelo descontentamento dos trabalhadores como revela o Jornal Sem Terra:

Com a vitória de Lula à presidência, acreditamos que seria possível intensificar a correlação de forças de esquerda em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento para o país. Entretanto, o processo de Reforma Agrária teve poucos avanços e a classe trabalhadora sofreu diversas derrotas. O capitalismo avançou no campo. A aliança entre as empresas transnacionais que atuam na

agricultura com os fazendeiros fortaleceu o modelo do agronegócio. A política econômica se manteve nos marcos da subordinação aos interesses do capital internacional e financeiro, priorizando as exportações e o superávit primário. [...] O governo atendeu as principais demandas do capital na agricultura: transgênicos, renegociação das dívidas dos fazendeiros, prioridade ao agronegócio (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 2005, nº 257, p.2). Este tom crítico à preferência do governo Lula pelo agronegócio

Essa análise em relação do partido dos trabalhadores está sendo perpetuada nas bases sindicais. Para Soares (2013), embora as cúpulas sindicais assumiram posturas transformistas, cedendo aproximação com o governo, o mesmo não parece ter ocorrido com as bases sindicais, neste caso, no SINTRAF, essa realidade é comprovada através dos depoimentos dos agricultores na avaliação sobre a política de reforma agrária no tópico 4.7 (Do idealizado ao conquistado: os desafios de viver no assentamento).

Esse processo de conscientização instalado na base sindical não tem mantido as reivindicações no campo, as quais são enfraquecidas com a fragmentação e acomodação dos militantes que não vivenciaram ou desconhecem a história de lutas dos trabalhadores. A organização coletiva no município de Conceição do Coité – BA está precarizada, pois o movimento sindical do SINTRAF perdeu o seu caráter combativo, político ideológico para tornar-se central governista.

A última atuação combativa do SINTRAF foi registrada em 1998, quando o movimento apoiou a organização dos trabalhadores na ocupação e formação do assentamento de Nova Palmares. Posteriormente, o movimento foi se modificando, saiu da contestação para a submissão do Estado, o reflexo desse excesso de burocracias, instituído na última década no movimento social/sindical do/no campo pesquisado tem provocado à alienação e a aristocracia, de dirigentes, que permanecem nos cargos oscilando entre as secretarias e presidência.

No SINTRAF, nos últimos 12 anos, as eleições foram disputadas com a formação de chapa única e os indicativos apontam que o mesmo acontecerá este ano. Esse modelo de disputa eleitoral adotado na última década no SINTRAF inibe as lutas, impede a renovação dos dirigentes e diminui a participação da base, como mostra o depoimento da agricultora.

Eu estou afastada do SINTRAF, infelizmente o mesmo grupo se mantém e não vemos mudanças na liderança, participamos e

sabemos que não teremos a chance de assumir a liderança. Isso é ruim principalmente para nós jovens. (Juazeiro)

O relato da agricultora revela o descontentamento com este modelo eleitoral assumido no SINTRAF, o qual preconiza a permanência de seus dirigentes por dois mandatos na mesma função. Esse precedente do Estatuto Social do movimento foi aprovado em 2010 (anexo 1), possibilitando assim, que os dirigentes continuem na liderança, assumindo outras funções.

No caso dos dirigentes pesquisados, 03 deles assumem cargos no SINTRAF a mais de 6 anos, 02 iniciaram na coordenação de base e admitem terem gerido outras secretarias:

Eu estou a 7 anos na coordenação desta secretaria, antes fui coordenadora do coletivo de mulheres e assumi a coordenação de base de São João. (Ipê)

Eu estou a aproximadamente a 18 meses nesta secretária, antes fiz parte da coordenação de base de Salgadália. (Icó)

Em 2015 completa 8 anos que estou como coordenador desta secretaria, (Mandacaru)

Eu estou a 3 anos no departamento de educação. (Baraúna)

A continuidade dos dirigentes nas coordenações do SINTRAF reflete uma falta de renovação de quadros e dirigentes que se pretende manter uma longevidade no poder, enfrentada pelos movimentos sociais/sindicais do/no campo no Brasil e os conflitos de compreensão do papel de luta destes movimentos. No caso do SINTRAF, a motivação para a inserção das lideranças pode ser um indicativo de desconhecimento da atuação e do seu caráter combativo. Isto decorre do efeito da burocratização e estatização que tem provocado a aristocracia dos dirigentes, que utilizam esses espaços para manutenção dos interesses pessoais, da lógica do capital e de condução da refração das lutas para a submissão a políticas públicas compensatórias no campo.

A continuação da liderança nos cargos do SINTRAF não se restringe a diretoria executiva, é expandida para os coordenadores de base:

Eu passei 3 mandatos (12 anos) anteriores, assumindo setores diferentes (setor de finanças, secretaria e coordenação) e agora estou no segundo mandato (8 anos). (Mulungu)

Estou na coordenação desde 2008 para cá, fez 6 anos em 2014. (Xique-Xique)

Tem baseado uns 2 anos. (Angico)

Em março (2014), completou 3 anos que estou na coordenação. (Jatobá)

Tem 7 anos que estou na coordenação. (Gameleira)

Desde 1999 faço parte da diretoria, fico mudando de função e hoje trabalho na sede do SINTRAF e ajudo na base. (Embiruçu)

O Estatuto Social do SINTRAF, no Capítulo VIII, sob título dos mandatos, no artigo 68º legitima essa prática de permanência nos cargos e estabelece no parágrafo 2º que a diretoria deverá ser renovada em 30% a cada eleição (SINTRAF, 2010). Essa porcentagem para a renovação de lideranças não impacta na estrutura do movimento que permanece com a base despolitizada e alienada. A adoção desse mecanismo eleitoral pode provocar na liderança a ideia do sindicato como espaço empresarial, essa crise de identidade e compreensão política por parte liderança sindical é justificada, através da burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que na contemporaneidade tem se distanciado dos movimentos autônomo (TÚMOLO, 2002).

Outro fator que comprova a despolitização é o processo de escolha dos coordenadores de base, o qual não envolve eleição, ele é realizado por aclamação em assembleia ou indicação por parte da diretoria executiva:

O processo que se deu na época foi de indicação, o presidente e tesoureiro da época me convidou e eu assumi por 8 anos a coordenação. (Mulungu)

Eu já participava dos eventos lá e aí surgiu o convite e estou na coordenação até hoje (6 anos). (Xique-Xique)

Tinha um coordenador, ele se afastou e teve uma reunião, eu nem sabia e a direção me indicou e me aprovou. (Angico)

Por ser filiado e fazer parte da igreja, a diretoria do SINTRAF me convidou para assumir a coordenação, apresentaram meu nome na assembleia e fui aprovado. (Embiruçu)

A organização da chapa e disputas eleitorais representam uma prática educativa significativa que pode contribuir no desenvolvimento da consciência política dos militantes, pois estimula a interação e o engajamento com as propostas do sindicato. Este aprendizado está sendo negligenciado no SINTRAF, ao indicarem os coordenadores de base, a diretoria executiva permite que as aprendizagens adquiridas na vivência eleitoral não aconteçam, negando desta forma, a importância educacional e de representação neste processo.

Outro problema ocasionado por este modelo é a anulação da autonomia dos agricultores da base sindical de indicarem e participarem da escolha de seus representantes. Esse processo consolidado pela diretoria executiva comprova a burocratização e estatização que se tornou o movimento sindical. Esse comportamento revela a percepção distorcida que a liderança tem sobre o movimento social/sindical e tem provocado uma crise ideológica e política no SINTRAF, alterando a proposta inicial do sindicato combativo e ativista para propositivo.

Parafraseando Cruz (2004), o processo eleitoral agregado a participação nas demais práticas educativas é palco de aprendizado político e social dos militantes, pois estimula práticas de solidariedade, companheirismo. Os agricultores que participam delas, tem maiores possibilidades de desenvolver sua conscientização política e a ausência delas distanciam das chances de consolidá-las entre os trabalhadores (TUMOLO, 2002).

Este formato de gestão implantado pela diretoria executiva do SINTRAF reproduz a proposta neoliberalista de política adotada e influenciada pelo PT, que utiliza a prática de cooptação das lideranças para manter a ordem estabelecida, provocando com este modelo o arrefecimento das lutas sociais. Ao indicar os coordenadores de base, a diretoria retira suas autonomias, restringindo o papel da base na votação das deliberações e propostas elaboradas pelos partidos.

A indicação política da coordenação de base é respaldada pelo Estatuto, que na sua Seção IV, ao referir-se as coordenações de base, no artigo 58º, inciso I diz que: a indicação da diretoria que compõe a coordenação de base sindical dar-se-á através do voto secreto ou por aclamação em assembléia convocada especificamente para este fim em cada localidade (SINTRAF, 2010).

Este modelo de gestão implantado no SINTRAF fere a democracia sindical e expõe a debilidade do movimento, além de contrapor o Estatuto que em seu parágrafo 57º: A criação das coordenações de base visava a descentralização e democratização de suas atividades, o sindicato instituirá coordenação de base sindical nas comunidades e regiões que integram a sua base territorial. Fatores distanciados da prática (SINTRAF, 2010).

Na base, a gente não tem assembleias, eu só faço a entrega de carteira dos novos associados. (Angico)

Na base só faço a proposta de filiação, as reuniões acontecem em Coité. (Jatobá)

Aqui eu oriento como procede as reuniões, a maneira como a gente trabalha com nossos clientes e informação de projetos. (Gameleira)

Na minha coordenação de base, a gente faz reunião na segunda semana de cada mês, nas reuniões a gente discute as prioridades do agricultor. Tipo se eles estão precisando de ajuda e pede a pessoa responsável. (Xique-Xique)

A base é submissa a diretoria, aqui a gente realiza reuniões para pedir a filiação, depois a gente entrega as carteiras e recebe o pagamento da mensalidade dos filiados. (Mulungu)

A relação que a base tem com a diretoria é de quase de igual para igual, as informações que o agricultor tem lá, também tem aqui. (Embiraçu)

Percebe-se nos relatos dos coordenadores de base alguns equívocos na compreensão social de formação movimento sindical e uma inversão ideológica de organização coletiva e de luta de classe, substituídas pelo sindicalismo empresarial e estatizado. Essa estatização é comprovada na hierarquização da base, que depende dos direcionamentos da diretoria executiva, para desenvolver suas atividades e na relação de clientelismo que trata os militantes.

Outro elemento indicado foi a visão do sindicato como espaço assistencialista, em que a coordenação de base media este diálogo de necessidades individualizadas. Essa concepção de entidade assistencialista está relacionada com a criação do SINTRAF, que na década de 70 do século XX, tinha como foco realizar atendimentos na área de saúde dos trabalhadores rurais. Para Marx e Engels

(1980), os sindicatos constituem em espaços de lutas e explicita que a sua função deve abarcar a totalidade da luta de classe operária pela sua autoemancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses da categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa e reformista como as lideranças do SINTRAF compreende o movimento.

A função política da organização sindical na luta de classes contra a capitalismo deixa a entidade vulnerável as investidas da burguesia. A qual utiliza os mecanismos de assistencialismo, burocratização, cooptação da liderança e implantação de políticas públicas como mecanismos para desestruturar a classe trabalhadora, anulando a natureza reivindicatória que estes movimentos representam.

O movimento sindical na perspectiva dos coordenadores de base é uma entidade de sistematização e apresentação de projetos e programas de “fortalecimento e melhoria” da agricultura familiar, que não impactam ou alteram a situação dos camponeses. Estes sujeitos não avaliam que os investimentos do Estado, na agricultura familiar, têm como objetivos a redução e controle das lutas, apregoando o enfraquecimento das reivindicações e, assim permanecer negligenciando os direitos históricos dos trabalhadores.

Sobrepôr esse pensamento reducionista e descompassado da função do sindicato, envolve investir em práticas educativas a exemplo de formações políticas que elevam a consciência política dos camponeses e sua compreensão na luta de classes. As práticas educativas podem redimensionar a visão idílica dos militantes sobre o Estado como representante da classe trabalhadora, pois o Estado foi pensado como instrumento de dominação de classe, como simples força repressiva a serviço da burguesia (MARX, 1995).

Outro aspecto que necessita ser reavaliado no SINTRAF é seu Estatuto Social, que foi elaborado e revisado para beneficiar a diretoria e na prática sinaliza para a centralização das atividades. Este processo regimenta o condicionamento da coordenação de base a diretoria executiva, retirando a autonomia dos associados para organizar ações ou práticas educativas que contribuam para a elevação da sua consciência política e a dos militantes. Esse formato administrativo desencadeia uma concepção distorcida de movimento social/sindical, confundindo o espaço de luta que este representa com a ideia de sindicalismo empresarial e assistencialista.

Esquecendo as funções mais importantes que um sindicato deve desenvolver são as organizações da luta e defesa dos direitos dos trabalhadores, com o intuito de impedir o aviltamento das condições de sobrevivência e à organização deles como classe (MARX, 1995). Diante da afirmativa de Marx, pode-se inferir que este modelo de gestão burocrática implantado no SINTRAF tem promovido a refração das lutas e das práticas educativas que poderiam contribuir para a modificar essa estrutura, são utilizadas para averbar essa prática.

5.3. Práticas educativas no SINTRAF: promoção da emancipação política ou da alienação?

Historicamente no Brasil, os movimentos sociais/sindicais do/no campo, recorreram as práticas educativas com o objetivo delas contribuírem para elevação da consciência política dos trabalhadores. A constituição destes movimentos na década de 80, do século XX, compreendia a educação como aliada para convergir os ideais sociais e ideopolítico da classe trabalhadora na luta contra o capital.

Neste período, os movimentos tinham um caráter combativo e priorizavam as práticas educativas que estimulassem a ascendência da consciência política dos militantes. No final da década de 90 do século XX e início dos anos 2000, estes movimentos perderam sua força política e foram caminhando para a subordinação das políticas neoliberais, consolidadas pelo Governo Lula (MACIEL, 2007).

A conjuntura organizacional dos movimentos sociais/sindicais do/no campo ficou fragilizada com a chegada do PT, a presidência e as bandeiras de lutas que demarcaram a história foram desagregadas. Os movimentos abandonaram as formações políticas da classe trabalhadora e as práticas de organização coletiva, foram substituídas para atender as proposições do Estado, como foi observado no *locus* da pesquisa.

A integração dos movimentos sociais na lógica do capital, culminou na refração da luta de classes e sua anuência tem provocado a problemática da “dupla militância” de inserção dentro do governo, anulação das reivindicações (BOITO, 2009) e implantação de práticas educativas que não contribuem para a formação identitária da luta por direitos negados. As mudanças das bandeiras de lutas no SINTRAF são reforçadas pela redução da formação política dos militantes e, pelo

desconhecimento da liderança sobre a importância dessas práticas educativas para reduzir as desigualdades.

A alienação política da liderança é reproduzida para os militantes, que visualizam no sindicato um espaço de assistencialismo e acesso a políticas públicas. Desta forma, as práticas educativas que poderiam ser estimuladas pelas lutas são substituídas por eventos, cursos que reafirmam o conformismo com a estrutura social do país, sem promover debates/diálogos comprometidos com a redução das disparidades sociais que a classes exploradas vivenciam.

No SINTRAF, o registro do último embate com Estado, aconteceu no período de 1997 e 1998, através da ocupação, conquista e constituição do projeto de assentamento de Nova Palmares. Posteriormente, as ações reivindicatórias do sindicato ficaram restritas a ampliação de programas, políticas sociais, melhoria do preço de comercialização do sisal e distribuição de alimentos. Essas atividades supracitadas em sua essência não sinalizam uma mudança na estrutura sindical, ela reforça a ideia do capitalismo e favorece a burguesia.

Na análise de Novaes (2013), a relação de parceria dos movimentos sociais com o Estado, permitiu que estes implantassem a política neoliberal e reverenciasse o capitalismo ao invés de lutar contra ele. A submissão da classe trabalhadora à burguesia, lhes nega o direito a emancipação política desses sujeitos, favorecendo a precarização das condições de vida.

A hipótese da refração dos movimentos sociais/sindicais do/no campo no Território de Identidade do Sisal, em específico no município de Conceição do Coité, provavelmente esteja centrada na deturpação que sua liderança possui sobre as concepções de formação política, práticas educativas e no plano de ação eficiente para a sua execução.

Para mim práticas educativas são experiências desenvolvidas que venham trazer o desenvolvimento das pessoas, essas podem ser formais ou informais, a exemplo do tratamento com o lixo, cuidados com o meio ambiente, que vão ajudar na formação do cidadão.
(Mandacaru)

As práticas educativas é que contribui para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e favorece uma troca de experiências com eles.
(Ipê)

Acredito que é uma educação de tempo integral, o sindicato pauta a educação não-formal, que não para sua formação contextualizada com a prática. (Baraúna)

Os depoentes não expressam o conhecimento sobre a história de organização coletiva e formação do movimento social/sindical, que em sua constituição trazem um caráter educativo para formação da base militante, convergindo assim o discurso ideopolítico das lutas. Este desconhecimento ocorre, em virtude da formação política precária que está sendo fomentada atualmente nestes movimentos, a qual não ressalta a organização coletiva como força motriz de transformação social.

A inexistência da formação de uma consciência política revolucionária no SINTRAF pode ser um obstáculo que tem inibido a diretoria executiva de reconhecê-lo como espaço educativo de dimensão sócio-política e formação humana dos sujeitos, especificamente do sujeito militante (SANTOS, 2011). Agregado a restrição na concepção de educação como práticas sistemáticas e intencionalmente programadas, como por exemplo os cursos, palestras entre outras. Excluindo como práticas educativas as assembleias, reuniões, boletins e a participação no movimento. Essas atividades educativas não têm promovido a emancipação política dos sujeitos, devido ao afastamento de uma proposta pedagógica articuladas com as lutas de classe e contra o capital.

A coordenação de base, apresentou dificuldades em conceituar práticas educativas e algumas dessas lideranças optou por emitir respostas genéricas. Na entrevista com os sujeitos, esse questionamento foi o que eles exibiram insegurança e demonstraram dificuldades argumentar.

Entendo bem pouco, a questão da educação a gente defende porque a gente vê a melhoria. Hoje em dia no mundo que estamos vivendo-se a gente não jogar o jovem no espaço educativo, a gente não sabe o que vai esperar. Como eu não tive estudo eu tive que aprender na experiência (Mulungu).

São práticas bem importantes na vida da pessoa que proporciona sabedoria e aprendizado (Xique-Xique).

É alguma coisa relacionada a educação e ao desenvolvimento das ações desenvolvidas (Angico).

Que é um movimento de ajudar a sociedade na busca para reforçar a agricultura familiar (Gameleira).

Entendo que é para me aperfeiçoar e aprender como também aquele que já está no movimento tem que ter mais conhecimento (Embiruçu).

A visão de práticas educativas de um membro da liderança da base sindical está relacionada com a educação formal, na sua percepção, elementar para que o sujeito tenha êxito na vida profissional. No imaginário dos trabalhadores, o acesso a educação formal, simboliza obter maiores chances de ingressar no mercado de trabalho e ampliar os salários. Nessa questão o dirigente do SINTRAF apresentou dificuldades de relacionar o conceito de práticas educativas com as ações desenvolvidas na entidade.

A dificuldade do dirigente pode estar relacionada ao distanciamento ideológico e a história sobre as lutas até a constituição dos movimentos sociais/sindicais do/no campo e o seu caráter educativo. Expressando através destes discursos a fragilidade da formação política, comprovando essa não está assentada na luta de classes e na historicização das lutas sociais.

Para os outros dirigentes, a ideia de práticas educativas está relacionada ao mecanismo de condicionamento político de reprodução e manutenção da ordem social, essa visão de educação atende aos fundamentos da lógica do capital e sustenta a redução das lutas. A visão dos dirigentes não aponta para a relação das práticas educativas como promotoras da autoconstrução dos militantes, balizada nos princípios de lutas por direitos.

Este conceito incoerente de práticas educativas inibe a visualização da sua importância como processo de construção histórica e coletiva de uma nova sociabilidade que demarca interesses que convergem nas organizações coletivas e na prática de reivindicações por uma vida melhor no campo (SILVA, 2006). Para alcançar este objetivo, as formações políticas são elementares para elevar a consciência política e de classe dos camponeses.

Os movimentos sociais/sindicais do/no campo em sua formação representavam espaços políticos que atuam na conscientização política dos camponeses, com o intuito de possibilitar uma nova interpretação da realidade social e consolidar a luta contra o latifúndio. Para consolidar esse objetivo estes

movimentos investem na formação política dos militantes para estimular/manter a capacidade de mobilização, organização e lutas.

O discurso político ideológico da liderança com sua base sindical foi elementar na década de 80, do século XX, para estimular as organizações, as contestações e fortalecer e acirrar as disputas contra o Estado, assegurando assim a conquista de alguns direitos negligenciados historicamente aos camponeses, a exemplo da desapropriação de terras, constituição de assentamentos e a concessão de direitos trabalhistas para os sujeitos do campo (a exemplo da aposentadoria rural).

A crise de organização destes movimentos no final dos anos 90 (século XX), intensificada no início dos anos 2000, provocou uma redução nos enfrentamentos dos militantes com o Estado. Os embates diretos foram se declinando e perderam a identidade de lutas e combates e, lentamente, foram se adequando a espaços de proposições e gerenciamento de políticas públicas e programas sociais.

A modificação da função social e a anulação reivindicatória nos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais aconteceu em diversos momentos da história. Esse processo foi iniciado no Governo de Getúlio Vargas 1930 – 1945 que utilizou esses espaços para favorecer a sua política assistencialista. Depois no período da Ditadura Militar de 1964 a 1985 que manteve esses espaços sob o rigoroso monitoramento e substituíram sua natureza combativa pela assistência social. Na contemporaneidade este processo é retomado no Governo do Partido dos Trabalhadores (2002 até os dias atuais) que, através de programas e políticas sociais tem controlado os movimentos sociais/sindicais do/no campo e inibido suas lutas.

O controle efetuado pelo governo do partido dos trabalhadores tem fragmentado as formações políticas e a liderança destes movimentos que substituíram os ideais de lutas por direitos para a burocratização e institucionalização da entidade. Isso ocorreu devido a cooptação da liderança pelo envolvimento com o PT, visto que, muitos são filiados ao partido.

Os diretores executivos entrevistados do SINTRAF se inseriram no movimento sindical nesse período de crise, esse pode ser um indicativo que eles não compreenderem o potencial e a função das formações políticas na elevação da consciência e uma provável emancipação política dos camponeses.

Para mim a formação política é você ter o conhecimento sobre o que você desenvolve. Está politicamente capacitado e buscar alguma coisa para o desenvolvimento em prol de um grupo. (Mandacaru)

Formação política, eu vejo que sem a política não fazemos nada, através da política que conseguimos melhorar a saúde, tanto a política partidária como a sindical não tem como conseguir nada para o agricultor. (Ipê)

Para mim formação política é quando a gente passa reivindicar, pautar e participar das decisões nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal) e o sindicato tem esse papel de políticas públicas. (Baraúna)

Só a formação dentro da entidade, faz com que a gente saiba diferenciar as coisas. (Icó)

Os dirigentes sindicais apresentam a ideia de formação política distorcida com a realidade de transformação social, propagada com a ascensão dos movimentos sociais/sindicais no início dos anos de 1980. Os sujeitos pesquisados associam a formação política para o desenvolvimento de um grupo, mas não conseguem relacioná-la como prática educativa que eleva a consciência social, política e consolida à luta por uma sociedade sem exploração e dominadores. No SINTRAF, as formações políticas estão previstas para acontecer uma vez por mês.

A deturpação sobre a formação política é justificada pela ausência de compreensão sobre a identidade de caráter de classe do movimento social/sindical e não terem se inserido na entidade pela motivação das lutas e transformações sociais e, por influências que não conduzem acirrar as reivindicações. Outro indicativo está relacionado ao período que se filiaram, o qual foi marcado pela crise dos movimentos iniciada no final dos anos de 1990 e, não vivenciaram o apogeu de organização coletiva, lutas e transformações provocadas por estes movimentos.

A percepção de movimento social/sindical como propositivo de políticas públicas é um legado implantado nas entidades no final dos anos de 1990 com a ascensão eleitoral do PT e afastou o partido do cotidiano das lutas e do seu papel desempenhado (VIEIRA, 2010). Para conquistar o apoio da burguesia nas eleições e chegar à presidência da república em 2002, o PT modificou o discurso e abriu concessões ao apoiar a política neoliberal. Essa aprovação a política hegemônica conteve a parcela dos trabalhadores, mais mobilizada, e os movimentos sociais/sindicais assumiram uma postura pacífica frente ao Estado e abandonaram o interesse pela formação política.

O conceito de formação política associado a partidária comprova a alienação política que a liderança do SINTRAF está submergida, conduz a base para a crença de que as políticas públicas resolverão os problemas dos camponeses. As políticas públicas implementadas no campo, são ações assistencialistas e compensatórias e fazem parte das estratégias traçadas pela burguesia para conter os movimentos e impedir o seu fortalecimento e a liderança permanece esperançosamente, acreditando que essas políticas irão alterar a estrutura social.

Neste contexto, os movimentos sociais/sindicais estão na contramão do seu papel e o Estado tem utilizado essas entidades para proteger o capital e, assim, reprimir que haja o acirramento das lutas de classes. As lideranças do SINTRAF, acabam reproduzindo sua percepção alienada entre os associados que o Estado, gerido pelo PT trabalha em função dos menos favorecidos da sociedade.

Na formação política realizada pelo SINTRAF, no dia 26 de setembro de 2014, ficou comprovado o atrelamento político da entidade com o Estado e a sua devoção ao PT. No primeiro momento a formação política para os novos associados foi com a leitura do Estatuto, enfatizando a importância da contribuição através do pagamento da mensalidade e o zelo pelo patrimônio. Em seguida, foram lidas as cláusulas do Estado e o condutor explicitava sobre a importância da filiação, enfocando que os agricultores familiares que não cumprirem com o pagamento da mensalidade perderão o seu direito ao voto (Figura 19).

Figura 20: Formação política para os novos associados do SINTRAF



Fonte: Stelina Vasconcelos, 2014.

A formação política, contou com a participação de 35 agricultores, oriundos de diversas localidades do município de Conceição do Coité – BA e após o dirigente relatar sobre o funcionamento do SINTRAF e os projetos sociais do Estado para melhorar a vida do agricultor, apresentou o candidato a deputado Estadual que o sindicato estava apoiando e solicitou votos para o aspirante a Governador do Estado da Bahia, Rui Costa e a presidente Dilma Rousseff e, demais “companheiros do PT”. Essa visão ingênua ou intencional da liderança do SINTRAF em apoio ao Partido dos Trabalhadores é reproduzida pelos coordenadores de base²⁴.

No momento houve a entrega de panfletos e outro membro da diretoria iniciou um diálogo sobre as benfeitorias e as políticas públicas do Governo do PT e como essas foram essenciais para melhorar a vida dos agricultores, ao mesmo instante que comparou o Governo Lula e Dilma com o de FHC. O interlocutor estava disposto a convencer os novos associados a votarem em Dilma, ao afirmar que é o governo do PT trabalha em função dos trabalhadores e dos agricultores.

²⁴ Por apresentar respostas similares as da liderança executiva, optei em não escrevê-las para evitar que o texto ficasse repetitivo.

Antes do governo de Lula, a gente não tinha nada, a gente vivia padecendo na roça, vendia as coisas e nem dava para manter a família. Depois que Lula ganhou, nossa vida melhorou, hoje temos comida, uma casa melhor, dinheiro e alguns de nós até tem uma motinha. (Ingá)

A afirmativa do diretor revela o envolvimento do movimento social/sindical do/no campo como ideário da política neoliberal e hegemônica adotada pelo Estado, além de demonstrar a influência que este exerce sobre a entidade. Desmontando a alienação da liderança do SINTRAF. Os programas sociais e as políticas públicas executadas e/ou expandidos no Governo do PT não alteraram a estrutura social. Lula em sua posição de “presidente dos pobres”, implementou uma novidade, ou pelo menos fez parecer que havia criado algo novo. As políticas assistenciais focalizadas para os segmentos mais pauperizados da população são, na verdade, uma das metas traçadas no Consenso de Washington²⁵, realizado em 1993, que definiu as bases das políticas sociais, segundo o ideário neoliberal (VIEIRA, 2010).

A formação política é uma prática educativa elementar, na transmissão de ideais, em oposição a barbárie, ao egoísmo e ao individualismo (GOHN, 2008), em função de luta por prol do coletivo. Essas formações contribuem para orientar as ações dos militantes para fazer uma leitura crítica da realidade social (MANFREDI, 2002). No decorrer da história, era nas formações políticas que são difundidas as ideais de lutas, coletividade, força política dos movimentos sociais/sindicais.

No SINTRAF as práticas educativas não assumem um caráter de luta de classes e contra o Estado, da forma como essas práticas acontecem não contribuem para a elevação da consciência política dos agricultores. Esse modelo de formação política não prepara os trabalhadores para lutar por seus direitos e, sim para acatar as imposições do Estado e ficarem dependentes de políticas públicas e programas assistencialistas que diminuem a luta dos agricultores.

²⁵ O Consenso de Washington foi uma das máximas expressões do neoliberalismo, uma reunião que aconteceu em Washington, convocada pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do governo norte-americano, visando avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. O Consenso faz parte do conjunto de reformas neoliberais e representa um movimento de contra-ataque do capitalismo em relação as conquistas dos trabalhadores e reforçar o papel do Estado que historicamente tem servido historicamente os interesses das classes dominantes associadas-dependentes ou não do capitalismo mundial, que aos setores subalternos (NEGRÃO, 1998).

No SINTRAF não existe um Projeto Político Pedagógico, mas um Plano de Ações de cada secretaria com duração do mandato do diretor. Segundo as informações da diretoria executiva do SINTRAF, este documento é revisado e monitorado anualmente. No planejamento das ações constam os cursos, eventos, reuniões, projetos e formações políticas.

As práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF é um instrumento que tem motivado a participação dos agricultores familiares e assentados, de Nova Palmares, a se aproximarem do movimento sindical, facilitando o diálogo entre esses sujeitos.

5.4. Práticas Educativas do SINTRAF e os Agricultores Familiares: motivação e a aproximação com o movimento sindical

Nos últimos 5 anos, o SINTRAF investiu em cursos, oficinas, caminhadas, que focaram a produção agroecológica, atendendo aos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Entre as ações destacam-se o gerenciamento de recursos hídricos, cisternas, quintais produtivos, hortaliças, criação de animais. A realização dessas práticas teve como objetivo estimular a permanência no campo, a convivência com o semiárido e a segurança alimentar. Atendendo, assim as diretrizes do PRONAF.

Esses cursos têm orientado os agricultores a desenvolver novos modelos de produção e estimulado o resgate dos conhecimentos dos antepassados no uso consciente do solo, amenizando assim, os impactos provocados e o êxodo rural no campo. O modelo agrícola de base ecológica retoma os conhecimentos primitivos de cuidados com a terra e estimula uma relação harmoniosa entre os agricultores e a natureza.

A agricultura de base ecológica exerce dois papéis importantes: de resistência que se manifesta como uma resposta ao modelo de agricultura convencional que expulsa os camponeses do campo, e de superação pela possibilidade de se construir um modelo centrado na valorização do ser humano, agregando demais formas de vida (VALADÃO E MOREIRA, 2009).

A agricultura de base ecológica colabora para o fortalecimento da agricultura familiar de forma a viabilizar melhorias na segurança alimentar para as populações

do campo, pois produz alimentos saudáveis e preservam o meio ambiente com base nos saberes e experiências dos próprios agricultores (CAPORAL, COSTABEBER, 2004). Garantindo melhores condições de vida para a família do agricultor que passa a produzir uma diversidade de alimentos que são consumidos e comercializados para a geração de renda.

No SINTRAF eu gosto de participar dos cursos, com eles eu aprendo a cuidar dos animais, a plantar. Eu aprendo muito quando participo desses cursos é o que mais gosto no sindicato. (Aroeira)

Eu gosto de participar dos cursos, eles acabam estimulando a gente a produzir melhor, com os cursos aprendi a cuidar das hortas. (Imburana)

O que eu mais gosto no sindicato é participar dos cursos, principalmente porque a gente fica sabendo mais alguma coisa e fica mais desenvolvido. (São João)

Eu gosto de participar das atividades voltadas para a agricultura, cursos, intercâmbios, oficinas. Essas atividades que a gente possa aprender uma nova prática. (Juazeiro)

A preferência dos agricultores familiares pelas práticas educativas está centrada nas aprendizagens que apresentam, as quais agem diretamente no comportamento deles, pois se aproximam de sua realidade. Ao contrário das assembleias, as reuniões e formações políticas não estimulam os agricultores a participarem dessas discussões direcionadas a burocratização e, que não conduzem os militantes a novas assimilações. Esse contexto, institucionalizado afasta os camponeses do espaço do SINTRAF.

No SINTRAF, a realização das práticas educativas acontece pela diretoria ou em parceria com as entidades (Figura 9). De acordo com as respostas dos dirigentes sindicais, a maioria são indicadas pela diretoria executiva (através das suas secretarias) e as demais práticas surgem das demandas que os agricultores familiares sinalizam na coordenação de base. Esse indicativo é preocupante e expõe a hierarquização do SINTRAF, a qual subjugou a coletividade construída e propagada nos anos de 1980, pelos movimentos sociais.

Os coordenadores de base informaram que existe uma procura dos agricultores familiares por cursos:

Cobram cursos de caprinovinocultura, aves, hortaliças. Aqui incentivamos a trabalhar com o produto orgânico produzido em parceria com os bancos e o SEBRAE para dá continuidade ao trabalho. (Mulungu)

Sim, os agricultores procuram os cursos, às vezes a gente também procura eles. Os agricultores solicitam mais é tipo horta, mas não são muitos, eles quase não solicitam, uma vez ou outra acontece, ah, eles pedem também o de cisterna. (Xique-Xique)

Alguns procuram, mas, procuram mais sobre a filiação, pois tem que participar de 2 reuniões para receber a carteira. (Angico)

Lá não, lá é só proposta de filiação. (Jatobá)

Sim, eles pedem cursos de agricultura, projetos, cisterna e outros. Pedem o tempo inteiro. São 2, 3 e às 4 vezes por ano para mobilizar o povo e uma assembleia forte que acontece no final do ano, eu mobilizo para eles irem. (Gameleira)

Os agricultores procuram, tem uns que procura cursos de corte e costura e curso profissionalizante. (Embiruçu)

Os cursos que são indicados na coordenação de base são expostos para a diretoria executiva que analisa a viabilidade de execução, muitos são realizados, na base e outros na sede do SINTRAF em Conceição do Coité - BA. Nos últimos anos, em detrimento da seca de 2012, muitos desses cursos foram direcionados para o de gerenciamento de recursos hídricos (Figura 21), com o objetivo de capacitar os agricultores para o uso racional e o reaproveitamento da água e construção de cisternas, os quais são realizados em parceria com o MOC e a Articulação no Semiárido – ASA.

Os dois cursos estão vinculados ao Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC²⁶ do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com o intuito de amenizar os impactos da seca, estimular a produção de horticultura para ajudar na ampliação de renda dos agricultores e orientar os agricultores para economizar água.

²⁶ Atualmente, a meta do Governo Federal é ampliar para 2 milhões de cisternas, então o Programa também é conhecido como P1+2 Milhões de cisternas.

Figura 21: Curso de gerenciamento de recursos hídricos



Fonte: Acervo imagético do SINTRAF, 2015.

A liderança do SINTRAF tem estruturado suas ações para organizar os cursos de construção de cisternas. Nos últimos 4 anos foram 2400 edificadas cisternas no município de Conceição do Coité - BA. Comprovando que a concessão de programas sociais e assistencialistas do Estado tem servido para amenizam as lutas de classes, tornando os agricultores familiares dependentes dessas políticas públicas e, assim, os trabalhadores abandonam as bandeiras de lutas.

Para a realização das práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF, a metodologia utilizada representa um elemento fundamental que contribui para a aproximação dos agricultores:

A metodologia que usamos é através da experiência entre os grupos. Primeiro a gente ouve o agricultor e depois tentar passar o conteúdo e assim temos uma troca de conhecimentos. (Mandacaru)

A metodologia é baseada no educador Paulo Freire, na qual conhecemos a partir da realidade de cada um e aos poucos desenvolvemos nossa própria metodologia. (Baraúna)

Utilizamos a metodologia que estimula a participação do agricultor. (Ipê)

Um dos dirigentes sindicais, aponta que tem desenvolvido uma metodologia para a realização das práticas educativas, mas pelos relatos dos demais, essa metodologia não está sendo difundida ou sistematizada para que todos utilizem a mesma. Outra dificuldade evidenciada foi de que não conseguiram indicar como é a receptividade dos agricultores familiares, ou seja se no cotidiano esses sujeitos participam e se envolvem nas práticas educativas. Pode-se inferir que esse fato acontece por reconhecerem como práticas educativas as que exigem um conteúdo programático como cursos e oficinas que utilizam essas metodologias, apenas nesse contexto.

A metodologia desenvolvida por Freire (1991), reporta a da educação popular e da Educação de Jovens e Adultos, a qual está centrada no diálogo e na participação. A influência pelo uso dessa metodologia pode ser atribuída a parceria que o SINTRAF tem com a Diretoria Regional de Educação – DIREC de Serrinha, para a alfabetização de agricultores familiares, através do Programa Todos pela Alfabetização - TOPA.

Verifica-se que a limitação na compreensão sobre as práticas educativas interfere negativamente no SINTRAF, por não reconhecer a importância do envolvimento do sujeito militante no cotidiano com movimento. A diretoria executiva e a coordenação de base não estimulam a participação e o engajamento nos problemas e redução dos mesmos no grupo. Esse comportamento da liderança institucionaliza o movimento sindical e, os agricultores limitam-se a procurar a entidade para fins burocráticos, como pagamento da mensalidade, inscrição em programas sociais ou políticas públicas e para frequentar cursos e oficinas realizadas na sede.

As práticas educativas vinculadas às políticas públicas e programas assistencialistas, a exemplo do curso de cisternas, gerenciamento de recursos hídricos e habitação rural, estimulam a participação dos agricultores familiares. Ao se inscreverem nos cursos podem ter acesso a construção de barreiro, cisterna de produção, limpeza de aguadas, construção de casa ou aquisição de outra tecnologia. Essas práticas incitam a dependência dos agricultores a esses programas, pois nelas não discutem a relação com capital, mas abordam de forma técnica os passos da construção e direcionam os agricultores a apoiar o Estado, acreditando que essas ações visam o fortalecimento do campesinato.

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologistas de esquerda soem em dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária. (FALEIROS, 1987, p. 55)

Coadunando com o autor, esse modelo empregado pelo Estado é uma forma de manipulação e controle dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, como foi observado no espaço pesquisado, e consente os agricultores familiares ficarem reféns de políticas públicas e programas sociais assistencialistas. Os quais são usados para garantir o aprisionamento político e, nos períodos eleitorais essas ações são cobradas em forma de votos, com a “pseudoideia” de um governo democrático e comprometidos com o bem estar da população campesina.

Através, dessas ações analisam, alienadamente, que o acesso a esses programas é ação de cuidado e compromisso do Estado com os trabalhadores, apresentando uma contradição que poderia ser revertida se os movimentos sociais/sindicais do/no campo estivessem fortalecidos, mantendo o foco das formações políticas de caráter revolucionário (combate contra o capital e a lógica burguesa, verificadas em sua ascensão no início dos anos de 1980).

O processo de cooptação e atrelamento político partidário direcionam os trabalhadores para a submissão e defesa do Estado. Assim, a luta pela autonomia e direitos históricos negados são ressignificadas para o benefício dos agricultores e assim, a organização coletiva fica precarizada e direcionada a reivindicações para acesso ou ampliação desses programas sociais.

A cooptação da liderança e a sua alienação não estimulam a criticidade dos militantes do movimento sindical, mesmo indicando a utilização da metodologia freireana, nos debates o movimento não discute a relação da agricultura familiar e o seu enfrentamento com o agronegócio. As práticas educativas da forma como estão estruturadas no SINTRAF, reforçam as ações assistencialista do Estado e são usadas para manter o controle, conter a organização coletiva e a luta dos trabalhadores.

5.5. A cooptação da liderança e as interferências da política neoliberal no movimento social/sindical do/no campo: a ação do Estado no fortalecimento da agricultura familiar ou do agronegócio?

As políticas neoliberais destinadas a classe camponesa, não representam mudanças na estrutura fundiária brasileira e as melhorias de vida dos agricultores familiares são casos pontuais e isolados sem abrangência nacional. Isso ocorre, devido a gestão do Estado que prioriza o latifundiário muito mais beneficiado que o camponato.

No Brasil, a meta de 2014 – 2015 é um investimento de 156,1 bilhões na agricultura, sendo que 21 bilhões estão destinados para a agricultura familiar e 136,1 bilhões para o agronegócio²⁷ (PALUDO²⁸, 2015). Esses dados comprovam, que o executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerir os negócios coletivos da classe burguesa (MARX e ENGELS, 2001) e oprimir os trabalhadores, excluindo-os das forças produtivas agrárias e do acesso às tecnologias no campo.

Ao destinar 87,18% do orçamento para o agronegócio, o Estado consolida a concentração de terras, renda, a exploração do ser humano, da natureza, intensificando a expansão da conflitualidade e as injustiças sociais. Essa ação, possibilita a desagregação e destruição do camponato, iniciado com a implantação do PRONAF (No tópico 4.1, intitulado: do camponato para a Agricultura familiar: afirmação e/ou redução das lutas no campo, analisa o processo de criação do programa e seus reais objetivos).

Agronegócio é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio. [...]. (STÉDILE, 2006a, p.17)

²⁷ A palavra agronegócio significa qualquer operação comercial de produtos agrícolas. No Brasil, esse conceito ganhou significação, está relacionado com a implantação de um modelo de produção agrícola que, por sua vez, é fruto de uma aliança com o capital agropecuário internacional representado pela Associação Brasileira de Agribusiness (STÉDILE, 2006 a).

²⁸ Secretário do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

É evidente que o Governo do Partido dos Trabalhadores, optou pela adesão da política neoliberal e abandono da classe trabalhadora, menos favorecida do país, para manter os interesses da burguesia e conter as manifestações da classe trabalhadora. O governo recorre a prática de cooptação da liderança dos movimentos sociais/sindicais do/no campo e a criação/ampliação de programas assistencialistas para controlar a classe trabalhadora que em sua despolitização não consegue interpretar a realidade social e visualizar que o Estado em ultima instancia administra os negócios e interesses da classe dominante.

O Estado e a burguesia estão cientes da força política que os trabalhadores possuem, então investe em programas sociais e políticas públicas assistencialistas, a exemplo do investimento de 12.82% do orçamento da agricultura para os agricultores familiares e camponeses, com o intuito de conter a luta, que pode levar os pobres do campo a terem acesso à terra e isso implica na derrota geral da fração fundiária (POR, 2009).

No Brasil, totaliza 4.900.000 estabelecimentos, 4.150.000 (85%) correspondem ao setor familiar e camponês e possuem em média uma área de 26 ha e 550.000 (15%), pertencem ao latifúndio que detém em média uma área de 433 ha. Mesmo a agricultura familiar e camponesa, representando a maioria dos estabelecimentos, o Estado investe no agronegócio, gerido pela burguesia e fortalece o movimento da UDR.

Esses dados assinalam que a esperança dos movimentos sociais do/no campo pelo Governo de Lula e Dilma Rousseff, para a implantação da Reforma Agrária clássica por via do Estado democrático, permanece pendente e as lideranças dos movimentos continuam crédulos que o Estado reformista irá beneficiar os trabalhadores. Os elementos supracitados evidenciam o contrário: nos 13 anos da Gestão do Partido dos Trabalhadores houve maior concentração fundiária e ampliação do agronegócio.

Nesse período, dez empresas transnacionais passaram a controlar todo o mercado do setor do agronegócio, são elas: Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Syngenta, Novartis, Nestlé e Danone, controlam praticamente toda a produção, de agrotóxicos, sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação (STÉDILE, 2006a), que detém também as tecnologias de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2009).

Para Gorender (2002), a participação política do Estado fortalece e beneficiam essas empresas transnacionais, pois, a política adotada é conjugada com os interesses da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e, com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam, amplamente, as grandes multinacionais imperialistas. Os investimentos do Estado para o latifúndio consolidam esse modelo explorador e desigual, fomentado pelos capitalistas proprietários da terra.

A política neoliberal burguesa estabelece uma forte oligarquia entre as grandes corporações financeiras que excluem a produção dos agricultores familiares e favorece ao agronegócio produtivista. O fato do latifúndio deter as tecnologias mais avançadas de produção, o Estado como gestor da burguesia para conter as manifestações do campo, utiliza a persuasão das lideranças, criando um “novo modelo” agrícola de base ecológica, com um falso discurso ambientalista, convencendo que elas apresentam um menor impacto e induzem os agricultores a implementá-lo em sua propriedade com a promessa de segurança alimentar e compra direta desses alimentos para os programas do PAA e PNAE.

Os agricultores permanecem com tecnologias rudimentares no campo e o agronegócio detém o uso das tecnologias mais avançadas, mantendo assim, a concentração de renda, produtividade e comandam a exploração dos recursos naturais, visando a exportação dos produtos. A lógica do agronegócio consolida a barbárie da modernidade exposta na concentração de terra, renda e exclusão social no campo. Para Balduino (2004), o agronegócio é portador de divisas, modernizador, aglutinador de uma elite rica, porém, ao mesmo tempo, concentrador de renda, de terra e gerador de pobreza da população do campo.

O agronegócio nutre as contradições no campo e rege as relações capitalistas de produção: quanto mais se produz, mais gera a exploração do homem e da natureza, produz mais-valia, mais concentra/acumula/amplia o capital. Recorrendo as ideias de Marx e Engels (2001), a propriedade privada é a raiz de todos os males e fundamento da opressão humana e o modelo como está estruturado a agricultura brasileira, o agricultor familiar é estimulado a se transformar no minifúndio e assim, chegar a condição de latifundiário.

A política neoliberal e a cooptação da liderança interferem nos movimentos sociais/sindicais do/no campo que ao vincular-se com o Estado, eles permitem a

burocracia e estatização do movimento, com o intuito de refrear as lutas e reivindicações no campo. Os movimentos estão enfraquecidos e a credulidade ou conivência das lideranças averbam a ação do Estado que, anualmente, aumenta os financiamentos para o agronegócio, reforçando a exploração dos camponeses que ficam reféns de políticas assistencialistas.

No discurso, a plataforma de governo do PT menciona a agricultura familiar como prioridade, mas na prática os investimentos para os camponeses são insuficientes para manter a dignidade da vida e uma mudança na estrutura fundiária. Os dados neste tópico respondem ao questionamento suscitado. A atuação do Estado beneficia o latifúndio e o agronegócio e reafirma a tese, pelo governo burguês a reforma agrária continuará pendente e a opção dos agricultores familiares é resgatar sua condição histórica de lutas, unindo os explorados para romper toda a forma de opressão.

Os movimentos sociais do/no campo, entre eles o SINTRAF, resgatar as histórias de lutas e reivindicações que compuseram sua história, irrompendo assim a parceria com o Estado que, na adoção da política neoliberal, defende os interesses do latifúndio e utiliza essa relação Movimentos sociais/sindicais do/no campo para controlar as manifestações e fragilizar as organizações coletivas e lutas no campo.

Uma das interferências ou golpe da política neoliberal no movimento social/sindical do/no campo foi sua fragmentação provocada através da mudança de Sindicato dos Trabalhadores Rurais para Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. Antes dessa alteração a luta do sindicato era defender os interesses dos trabalhadores rurais, os problemas de exploração, da luta pela terra (reforma agrária), com a alteração para agricultura familiar, os marginalizados que não possuíam terras foram desagregados e o movimento sindical passou a lutar e proteger os agricultores que possuem terras, para que fosse legalizada, tivessem acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, crédito e ingressos nos programas sociais e políticas públicas.

Essa alteração conduziu, lentamente, a despolitização dos movimentos sindicais, a exemplo do SINTRAF, que atualmente direciona suas atividades para inscrição de agricultores em programas sociais e acesso a políticas públicas que induzem o enfraquecimento das lutas no campo e a submissão dos camponeses ao Estado. Esse processo, aliena os camponeses que permanecem crédulos que as

reformas sociais serão efetuadas pelo Estado (como confirma os dados, o Estado gerencia os interesses da burguesia) e, as práticas educativas que poderiam ser utilizadas como instrumento promoção da politização e emancipação política dos militantes da base sindical, acabam exercendo papéis secundários que não desenvolvem a consciência política à de luta de classes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na oposição de classes, conduza a contradição brutal, a um choque corpo a corpo como derradeira solução? Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja ao mesmo tempo social (MARX, 1985).

Buscou-se ao longo da pesquisa investigar as práticas educativas do SINTRAF, com o objetivo de analisar se as mesmas promovem a emancipação política e humana dos sujeitos. Através da questão orientadora desta dissertação organizada com a seguinte formulação: De que forma as práticas educativas desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité (SINTRAF) têm contribuído no processo de politização e emancipação política dos agricultores familiares município de Conceição do Coité – BA, Território de Identidade do Sisal?

No decorrer da pesquisa, responder essa questão foi uma tarefa delicada, exigiu um aprofundamento nos estudos do método do materialismo histórico dialético e uma compreensão dos conceitos de politização, emancipação política e humana. Para esse levantamento foi necessário interpretar a história com base no contexto inicial das organizações coletivas e lutas nos espaços camponeses, a favor da terra e através dessa historicização, ter elementos para analisar a realidade do movimento sindical do SINTRAF.

No decorrer dos tópicos, algumas indagações surgiram e para sistematizá-las, sendo que as respostas estão ordenadas com o intuito de organizar as ideias e as observações realizadas com este estudo. A complexidade de analisar o movimento social/sindical do SINTRAF foi exposta no decorrer da pesquisa e na elaboração do texto.

Algumas considerações foram observadas no decorrer deste estudo, que incidiu com o período eleitoral de 2014, em que houve um posicionamento e

engajamento dos movimentos sociais/sindical do/no campo, em específico do SINTRAF em apoio à permanência da presidente Dilma Rousseff. O momento eleitoral interferiu na dinâmica do SINTRAF que organizou suas atividades e práticas educativas para defender a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, com a expectativa de obter melhorias para os agricultores familiares.

Através dessa alteração no comportamento da liderança, se confirmou que o atrelamento do movimento sindical com a política partidária não é um fenômeno contemporâneo, ela ocorre em diversos momentos da história, em que o Estado utiliza de mecanismos para anular a natureza reivindicatória dos movimentos sociais/sindicais e refrear as organizações da classe camponesa. Através dos exemplos clássicos como a repressão/violência contra os trabalhadores e lideranças que militam e lutam pela divisão de terras. Ora, utiliza-se desses espaços para disseminação de políticas assistencialistas, as quais aprisionam a liderança para que o movimento submerja sua força política e transforme suas bandeiras reivindicatórias em propositivas para criação/ampliação/implantação de programas sociais e políticas públicas voláteis e paliativas.

A política assistencialista na tentativa de implantar a reforma agrária no país, datadas de 1850, com a implantação do Estatuto da Terra, também conhecido como Lei da Terra, que instaurou a propriedade privada e instituiu o pagamento de indenização para a desapropriação de terras. Esse modelo de “reforma agrária” fortalece o latifúndio que recebe valores extraordinários com a desapropriação e pode investir e renovar seu negócio em outras propriedades produtivas. Demonstrando assim, que a reforma agrária brasileira permanece como ação democrática pendente, pois suas ações não conseguem modificar a estrutura fundiária e, a população que necessita da terra para trabalhar, continua sem esse acesso.

Outro elemento que sanciona essa pendência burguesa são os assentamentos de reforma agrária que não disponibilizam de condições necessárias para os trabalhadores viverem, dignamente, com sua família. Como confirmado na pesquisa de campo, através dos relatos dos agricultores de Nova Palmares. Essa política é precarizada, por não garantir as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores, a exemplo da infraestrutura que não disponibiliza saneamento básico, unidade de saúde, estradas, pavimentação e distante de uma localização favorável

ao acesso a bens e serviços de outras localidades, provocando assim, o isolamento do sujeito do campo desses espaços.

Ao mesmo instante que averiguou-se que a gestão da propriedade e a subsistência da família são os primeiros desafios encontrados pelos assentados de Nova Palmares, após a conquista da terra. Esses são transpostos através da união das famílias e dos mecanismos alternativos, desenvolvidos para a permanência na terra.

Para se manterem no campo, com dignidade e qualidade de vida, os agricultores de Nova Palmares sobrepõem as condições adversas (climáticas, infraestrutura, entre outras) e continuam lutando para que os benefícios do INCRA sejam implementados. Embora, a conquista da terra assegure a sua estruturação para receber e assentar dignamente as famílias, a morosidade na liberação dos recursos e o descaso dos órgãos competentes pela liberação dos recursos são um dos elementos que provocam o desestímulo dos agricultores para permanecerem nesses espaços, somados a descrença na política de reforma agrária burguesa.

Para garantir melhores condições de vida nos assentamentos, os agricultores possuem como único instrumento a manutenção das lutas, iniciadas com a ação direta das ocupações. No entanto, no espaço pesquisado observou-se uma redução das lutas no SINTRAF, sendo a última registrada no período de 1997-1998, com a desapropriação das terras e constituição do Projeto de Assentamento de Nova Palmares. A refração das lutas no SINTRAF está relacionada com o atrelamento do movimento com o Estado, representado em suas três instâncias: municipal, estadual e federal, que são governados por representantes do Partido dos Trabalhadores.

A credibilidade que as lideranças do SINTRAF depositam no Partido dos Trabalhadores alterou suas bandeiras de lutas e, desde a eleição de Lula em 2002, o movimento tem se burocratizado e abandonado as ações reivindicatórias. Esse comportamento crédulo da diretoria executiva do SINTRAF, em relação ao Governo do PT, foi evidenciado no período eleitoral de 2014 e indicou alguns pontos preocupantes.

Destacando-se, o arrefecimento das práticas educativas, a exemplo da formação política da base militante que está sendo precarizada e direcionada para informações e controle da classe camponesa, pois elas não orientam os trabalhadores a lutarem por melhores condições de vida, requerem do Estado os

direitos negados e reafirmam o posicionamento ideopolítico do SINTRAF, como entidade apoiadora do Estado. Comprovando assim, que essas formações são limitadas e não estimulam a classe a compreender o papel do sindicato.

Outro indicativo, comprovado no SINTRAF, que as formações políticas no formato que são desenvolvidas, alienam e induzem os agricultores a acreditar que o Estado (Governo do PT) implementará a reforma agrária, programas sociais com a finalidade de melhorar a vida no campo e, construirá uma sociedade socialista de igualdade para todos. Mesmo depois de 12 anos de Governo do PT, sem o cumprimento das promessas de campanhas e uma redução de desapropriações de terras, ainda assim os militantes continuam crédulos de que serão efetivadas e realizadas ações que beneficiarão a classe camponesa.

Atualmente, as principais práticas educativas desenvolvidas no SINTRAF, estão relacionadas a disseminação de políticas públicas e programas sociais, a exemplo do Programa 1 milhão de Cisternas e Habitação Rural. Através desses cursos, constatou-se que a procura dos agricultores está relacionada ao benefício que eles asseguram de obter uma cisterna de produção ou consumo e a conquista da casa própria, e não pela discussão de convivência com o semiárido, possibilidades de agregar renda com a adoção de novos modelos produtivos e, que a moradia constitui em um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Confirmou-se na pesquisa que esses programas sociais e políticas públicas aprisionam, politicamente, os agricultores que são estimulados pela liderança a pensar que essas ações são benefícios que podem ser perdidos caso o representante político não se eleja. Esses dados foram comprovados com a formação política, que induziu na escolha dos candidatos apoiados, com o discurso de que os mesmos ao obterem uma expressão de votos no município, poderão lutar por melhoria de vida dos agricultores familiares de Conceição do Coité – BA.

Verificou-se que vários fatores podem ter influenciado para as refrações das lutas no SINTRAF, entre eles a criação do PRONAF, que desestruturou a classe camponesa, através da alteração na sua razão social de sindicato dos trabalhadores rurais para o direcionamento das ações para a agricultura familiar. Essa transformação permitiu a fragmentação das lutas e direcionou esses espaços para atender as políticas assistencialistas como inserção e ampliação de políticas

públicas e programas sociais (a exemplo da Assistência Técnica e Extensão Rural e crédito), abandonando a organização coletiva e defesa dos trabalhadores (a exemplo da luta pelo acesso a terra e contra a exploração da classe camponesa).

O entusiasmo da direção executiva em se inserir no movimento sindical. O fato de não serem motivados no engajamento do SINTRAF, pelas lutas sociais, que o movimento sindical desenvolveu no decorrer da história, em específico no Território de Identidade do Sisal, a cooptação e a deturpação do papel do sindicato tornando-o como espaço de assistencialismo dos agricultores familiares. No caso, do SINTRAF nos seus 45 anos de existência o assistencialismo se apresenta como um dos principais problemas a serem enfrentados e romper com essa ideia do sindicato como entidade de socialização dos programas sociais, talvez seja o principal obstáculo a ser transponível para que este possa conduzir os trabalhadores a lutar por direitos e não dependerem de “esmolas” governamentais.

Outro indicativo apontado para a redução das lutas no SINTRAF, está relacionado ao modelo político adotado, no qual assegura em seu Estatuto a permanência da liderança na diretoria executiva, após os seus dois mandatos. Mesmo que exercendo outras funções, essa forma de gestão inibe a renovação desses movimentos, bem como o surgimento de novas lideranças, transformando-os em cargos vitalícios e a liderança em aristocratas.

As eleições do SINTRAF, também advertem para o arrefecimento, pois nos últimos 12 anos, ocorrem com a formação de uma chapa única e sem disputa eleitoral. Os agricultores acabam não vivenciando as aprendizagens promovidas com a organização da chapa, propostas de campanha e ficam restritos a votar naquela opção oferecida. O poder concedido à diretoria executiva (pelo Estatuto), de indicar os coordenadores de bases, apresenta-se como um dos elementos que desestrutura/destrói a democracia e fragmenta o movimento sindical, pois não permite que as decisões sejam coletivas e essas acabam individualizando o movimento, afastando e intimidando a participação dos agricultores que estão na base.

O voto da base fica limitado a confirmar os posicionamentos da diretoria, sancionar as burocracias existentes que demandam votação. Neste contexto, a base militante é consultada apenas para averbar as ações da diretoria executiva e não para propor ou manifestar interesses, construídos coletivamente. Essa forma de

condução política não promove uma politização, apenas aliena a classe camponesa e favorece o afastamento dos agricultores familiares que perderam suas referências na coletividade do movimento sindical (SINTRAF).

No decorrer do estudo observou que os agricultores familiares entrevistados possuem uma consciência política mais elevada que a liderança do SINTRAF. Isto decorre do processo de luta e dos desafios que esses sujeitos encontram para viver no assentamento. As dificuldades cotidianas estimulam os agricultores familiares a analisarem a realidade que lentamente vai politizando os assentados, pelas lacunas e promessas que não são cumpridas.

A despolitização da liderança executiva e da coordenação de base tem suas raízes no desconhecimento sobre o que são organizações coletivas e lutas sociais. Possivelmente, a despolitização da liderança está relacionada com as deficiências que apresentaram sobre o papel do sindicato como instrumento de lutas, reivindicações da classe camponesa e promotor de aprendizagens. Por desconhecer a história e força política das organizações coletivas, a liderança inconscientemente ou propositadamente acaba fortalecendo as políticas assistencialistas do Estado e, conduzem o movimento sindical perder suas características combativas.

Na pesquisa, verificou-se que a atuação do Estado fortalece o agronegócio e os investimentos destinados para a agricultura familiar são insuficientes para a manutenção da classe camponesa. Ademais, essa parceria do SINTRAF com o Estado penaliza os agricultores familiares, que se tornaram dependentes de políticas públicas que não promovem mudanças no campo. Além de condicioná-los a uma produção limitada, sem investimentos e acesso a tecnologias de ponta e, se renderem a invasão do agronegócio no campo, que amparados pelos agroquímicos, utilizados em suas produções, lentamente envenena as populações camponesas e consequentemente, os recursos naturais.

O executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerir os negócios coletivos de toda a classe burguesa e, por ser administrador da classe dominante reprimirá os direitos dos trabalhadores (MARX e ENGELS, 2001). Para enxergar essa realidade, de que pelo Estado burguês a reforma agrária e as melhorias no campo não se efetivarão, é necessário, que os militantes dos movimentos sociais/sindicais do/no campo, a exemplo do SINTRAF, retirem as

vendas dos olhos e retomem as lutas e, promovam, juntamente, com a classe operária uma revolução proletária, extinguindo a exploração no campo.

Conclui-se mediante ao contexto exposto, que as práticas educativas desenvolvidas no movimento social do SINTRAF, não apontam para a emancipação política e humana dos sujeitos, elas apenas direcionam para o controle e alienação dos agricultores familiares. Sendo assim, para que o sindicato promova a politização e a emancipação política dos sujeitos é necessário resgatar o seu papel social e investir em práticas educativas que elevem a consciência política dos agricultores familiares.

Por fim, para que o SINTRAF resgate os pilares referenciados pelo MST (tópico 5.1) e supere as crises iniciadas na década dos anos de 1990 é necessário romper com a submissão do Estado e, dimensionar suas ações para atender os interesses da classe camponesa. Afinal, o movimento social foi constituído de organizações coletivas e lutas e não de burocratizações estatais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A regulamentação da Lei Agrária. **Reforma Agrária**. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 22, n.3, p. 77-80. Set./dez. 1992.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, R. A; PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: Breves considerações. Geografia. Londrina, vol. 09, n. 02, jun/dez, 2000.

ALMEIDA, A. Movimentos sociais e políticas públicas de reforma agrária no Brasil: conquistas e percalços dos trabalhadores na luta pela terra. **Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Equador, Nov. 2006.

ANDRADE, R. ORNELAS, J. BRANDÃO, W. **A situação atual do sisal e suas novas possibilidades de utilização e aproveitamento**. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/3_comunicacao01v9n1.pdf. Acessado em: 15 de outubro de 2014.

ANTUNES, R. **A Rebeldia do trabalho**, 2ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

ARAÚJO, F. C. **Reforma agrária e gestão ambiental**: encontros e desencontros. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento sustentável, 2006.

ARAÚJO, M. N. R. **As contribuições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2007.

BALDUÍNO, D. T. O campo no século XXI: território de vida de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

BARRETO, O. M. **Conceição do Coité: da colonização à emancipação**. Conceição do Coite: Nossa Gráfica, 2007.

BATISTA, M. do S. X. **Educação popular em movimentos sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias**. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT06-1780--Int.pdf>. Acessado em: 28 de outubro de 2014.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONETI, L. W. Educação e movimentos sociais hoje. In: Educação e movimentos sociais; novos olhares. ALMEIDA, M. de L. de; JEZINE, E. (org.). Campinas - SP: Alínea, 2007.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre os sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 289 – 302, jan./abr., 2004.

Brasil. Casa Civil. Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União* 2006; 24 jul.

CALDART, R. S. **Escolas é maior do que escola na pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Tese de doutorado apresentada no programa de Pós- graduação em educação. UFRGS. Porto Alegre: 2005.

CAPORAL, F R; COSTABEBER, J A. 2002. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre 3, n.13: p. 70-85.

CRUZ, J. A. **Movimentos Sociais e Práticas Educativas**. Inter-Ação. Revista da Faculdade de Educação da UFG, 29(2): 175-185. Jul/Dez. 2004

CARVALHO, H. M. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária. **Revista Adusp**. São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, n. 34, p. 30-38, mai. 2005.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004. 1 CD-ROM.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar**. Acessado em: 10 de nov. de 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=1>

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950- 2003. In: JACCOUD, L. (org.); SILVA, F. B. et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2009.

DIAS, E. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977 (1962). 330 p.

DRUCK, G. **Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula**: cooptação e resistências. En: Publicacion: Observatório Social da América Latina- OSAL, año VI, nº 19. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Buenos Aires, Argentina, julio, 2006.

FALEIROS, V. **A Política Social do Estado Capitalista. As Funções da Previdência e da Assistência Sociais.** 5ª edição, São Paulo, Cortez, 1987.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación Viale delle Terme di Caracalla. El estado mundial de la agricultura y la alimentación: biocombustibles - perspectivas, riesgos y oportunidades. Roma: FAO, 1994.

FARIA, E. M, da S. de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros – Assentamento Nova Palmares – Conceição do Coité – BA.** Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador, 2014.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 15, 2000, Goiânia. Goiânia: UFG. 2000.

_____. **MST: Formação e territorialização.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Ocupação de Terra no Brasil: uma Página Virada da História?** Caderno de Conflitos – CPT. 2001.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Disponível em: Acesso em: 20 mai. 2009.

FONSECA, J. B. **A experiência do MTL.** Revista Movimento. Brasil: Movimento. N. 2. Jan/fev, 2005, p. 11-12.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2. Ed, Chapecó: Argos, 2012.

GERMANO, J. W. **Lendo e aprendendo: a campanha pé no chão.** Rio Grande do Norte: Cortez, 1982.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acessado em: 20 de maio de 2014.

GONH, M. da G. M. **Movimentos sociais e educação.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005b (questões da nossa época, v. 15).

_____. **Teoria dos Movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1997b.

_____. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2008.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES PINTO, L. C. Reforma agrária no Brasil: esboço de um balanço. In: Teixeira, E. C.; VIEIRA, W. C. (org.). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Sistema SIPRA. Planilha gerada em outubro de 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-Agrária>. Acesso em: 03 de out. de 2014.

IOKO, Z. M. G. **lutas sociais na América Latina, Argentina – Brasil e Chile**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Partido Operário e o Campesinato**. IN: _____. Obras Escolhidas. Trad. José Oliveira. Moscovo: Avante, 1984.

_____. **A los pobres del campo**. IN: _____. Obras Completas. Tomo 7. Moscú: Progreso: 1981.

_____. Una gran iniciativa. Cf. STAVENHAGEN, R. **Classes Rurais na Sociedade Agrícola**. São Paulo: Loyola, 1979.

LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, vol. 2, 1984.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Lisboa: Pub. Escorpião, 1994.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARQUES, M. I. M. A questão agrária hoje e os desafios do Governo Lula. **Agrária**. São Paulo: Laboratório de Geografia agrária da USP, n. 1, p. 37-54, 2004.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Exclusão social e novas desigualdades**. São Paulo: Paulus, 1979.

_____. **O poder do atraso.** 2ª ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Flama, 1946.

_____. **O Capital.** Vol. 2. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

MANFREDI, S. M. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica.** São Paulo: Loyola, 2002.

MASCARENHAS, Â. C. B. **A Educação para além da escola:** O caráter educativo dos movimentos sociais. Goiânia: Editora Associada á. ABEU, 2004.

MEDEIROS, L.S.; LEITE S. P. **Impactos regionais dos assentamentos rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. Relatório de Pesquisa CPDA/UFRRJ – FINEP. Rio de Janeiro, 2002.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) **Una nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:** os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado), Programa de Doutorado em ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1995.

MELO, J. A. (org.). **Reforma agrária quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília: Gráfica do Senado, 2006.

MENDES, V. **Fórum da Reforma Agrária faz balanço negativo do governo.** 2005. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/nacional/noticias/2005/dez/19/57.htm>. Acesso em: 07/01/2006.

MINAYO, M. C de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos, da destruição do belo Monte ao aparecimento do MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. D. Construindo trincheiras em território minado, a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão: o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. **Revista FAEBA:** educação e contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 34, jul./dez. 2010.

NOVAES, R. **De corpo e alma:** catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ORDONEZ, M.; QUEVEDO, J. **História**. São Paulo: IBEP, 1999.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. *Apie Abib et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1999.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **A evolução política**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS, J. J. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RICCI, M. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>. Pesquisado em: 12 de abril de 2014.

SANTOS, M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALLES, E., MATOS, D. **O processo revolucionário que culmina no golpe militar de 1964 e as bases para a construção de um partido revolucionário no Brasil**. In: Revista Estratégia Internacional Brasil, nº 2. Ed. ISKRA, fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.lerqi.org/spip.php?rubrique288>. Acesso: 28 de dezembro de 2014.

SANTOS, M. A transição em marcha. In: _____. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 141-174.

SCHMITT, C. J. **O tempo do acampamento: a construção da identidade política do “colono sem-terra”**. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, Porto Alegre, 1992.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, v. 18, n. 51, Fev./2003, p. 99 – 121.

SCOLESE, E. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVA, Z. P. da. **Conceição do Coité em “quadrados”**: retratos da violência contra as mulheres (1980 – 1998). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, J. P. (org.). **História e lutas das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006a.

TONET, I. **Cidadania ou Emancipação Humana?** In: Espaço Acadêmico, n. 44/2005. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acessado em: 16 de março de 2015

_____. Educar para a Cidadania ou para a Liberdade? In: Perspectiva, n. 23/2005. In: **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

VALADÃO, A.C.; MOREIRA, S.S. Reflexões sobre a compreensão da Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.4, n.2, p. 2842-2846, nov. 2009.

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. (Série Textos para Discussão n. 1) Brasília: NEAD/MDA, 2001.

VENTURA, J. P. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira**. Niterói, 2008. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

VENTURELLI, R. M. **Terra e poder:** as disputas entre o agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista – uma abordagem sobre o uso de terras públicas. São Paulo, 2013. Dissertação (mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2013.

VIEIRA, Rafaela. **“O PT e os Movimentos Sociais: da autonomia à cooptação”**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Serviço social, ESS/UFF – Niterói, 2010.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Eu, _____ através desta permissão assinada, concedo a pesquisadora Stelina Moreira de Vasconcelos Neta, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) - DEDC I/UNEB, a inclusão do meu depoimento e imagens (fotos) na dissertação de mestrado intitulada **AS CONTRADIÇÕES NO CAMPO: MOVIMENTOS SOCIAIS/SINDICAIS NO/DO CAMPO E AS SUAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA**, realizada sob a orientação do professor Dr. Eduardo José Fernandes Nunes.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento e tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora fone (71) 9901-2662.

Atenciosamente

 Nome e assinatura da pesquisadora

 Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Nome e assinatura do participante

 Local e data

Roteiro de entrevista (Agricultores Familiares Filiados no SINTRAF)

Perfil dos agricultores familiares filiados

1. Qual a idade do senhor (a)?
2. O senhor (a) estudou até que série/ano?
3. Quantos membros possuem em sua família (morando) com o senhor (a)?
4. Sua família ajuda na produção? De que maneira?
5. Qual a principal atividade econômica do seu estabelecimento? E em que local o senhor (a) comercializa seus produtos?
6. Qual a fonte de renda do senhor (a) atualmente?
7. O que motivou o senhor (a) a participar do processo de ocupação da terra?
8. Existe uma área de produção coletiva no assentamento? Caso exista o senhor (a) participa dela?
9. Na opinião do senhor (a) o assentamento possui a infraestrutura necessária para a permanência do grupo? Caso não haja os senhores (as) tem reivindicado melhorias?
10. Nos últimos 5 anos, o senhor (a) participou de alguma reivindicação de luta para a “melhoria” do assentamento?
11. Quais são os principais desafios que o senhor (a) encontra para viver no assentamento?
12. O senhor (a) participa de alguma associação ou cooperativa?
13. O senhor (a) acha da política de reforma agrária?

Atuação no SINTRAF

14. Como foi a sua trajetória de organização para a ocupação e posterior formação do Assentamento de Nova Palmares?
15. Quando o senhor (a) ingressou no SINTRAF?
16. O que motivou o senhor (a) filiar-se no SINTRAF?
17. Nos últimos 5 anos, quais são as práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF (oficinas, cursos, formações políticas, assembleias), que o senhor (a) participou e quais mais gosta?

18. O senhor (a) já participou de alguma reunião no SINTRAF que abordasse sobre formação política ou sindical?
19. Nos últimos 5 anos, o senhor (a) participou de alguma reivindicação no SINTRAF?
20. Quais as ações desenvolvidas pelo SINTRAF que o senhor (a) gosta de participar?

Roteiro de entrevista (Coordenação de Base)

1. Quando o senhor (a) ingressou no SINTRAF?
2. O senhor (a) pode relatar sobre a sua trajetória formativa (escolares e não escolares)?
3. Nos últimos 5 anos, quais são as praticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF (oficinas, cursos profissionalizantes, formações políticas), que o senhor (a) participou?
4. Há quanto tempo o (a) senhor (a) está a frente da coordenação de base?
5. Antes de assumir a coordenação de base o senhor (a), assumiu outro cargo no SINTRAF?
6. O que o senhor (a) entende sobre práticas educativas?
7. O que o senhor (a) entende sobre formação política?
8. Quem realiza as práticas educativas dentro do SINTRAF e os seus responsáveis?
9. Quem indica as formações para os agricultores familiares?
10. Os agricultores procuram a coordenação de base para solicitar ações (cursos e reuniões)? Em caso afirmativo, quais são as indicações deles?
11. Qual a periodicidade da realização das reuniões?
12. Qual a relação da base de atuação ou coordenação de base com a diretoria?
13. Como se deu o processo de sua escolha para assumir a coordenação de base?
14. Nos seminários e assembleias surgem ações a serem implementadas ou indicativo de formações?
15. O SINTRAF realiza formações específicas para a coordenação de base? Em caso afirmativo, qual a periodicidade e as temáticas abordadas?
16. Quais são as atividades que o senhor (a) realiza com os camponeses que estão na base do sindicato?

Roteiro de entrevista (diretoria do SINTRAF)

1. Quando o senhor (a) ingressou no SINTRAF?
2. O senhor (a) pode relatar sobre a sua trajetória formativa (escolares e não escolares)?
3. Nos últimos 5 anos, quais são as praticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF (oficinas, cursos profissionalizantes, formações políticas)?
4. O senhor (a) sabe qual o número de famílias associadas e o quantitativo de agricultores familiares no município de Coité? Deste quantitativo o SINTRAF conhece o número de mulheres e homens associados?
5. Há quanto tempo o (a) senhor (a) está a frente da secretaria/departamento?
6. Quais são as organizações (movimentos sociais, secretaria de educação ou outros órgãos) parceiras do SINTRAF?
7. Qual a concepção que o senhor (a) tem sobre práticas educativas?
8. Qual a concepção que o senhor (a) tem sobre formação política?
9. O SINTRAF possui um Projeto Político Pedagógico ou um Plano de Ação?
10. Qual/quais são as metodologias adotadas nas formações promovidas e organizadas pelo SINTRAF?
11. Quem realiza as práticas educativas dentro do SINTRAF e os seus responsáveis?
12. Quem indica as formações?
13. Qual a periodicidade da realização das assembleias?
14. Qual a relação da diretoria com a base de atuação ou coordenação de base?
15. Como a coordenação de base é escolhida?
16. Nos seminários e assembleias surgem ações a serem implementadas ou indicativo de formações?

Roteiro de entrevista (Presidente do SINTRAF)

Perfil dos agricultores familiares filiados

1. Qual a idade do senhor (a)?
2. O senhor (a) estudou até que série/ano?
3. Relate um pouco sobre a sua trajetória formativa?
4. Quando o senhor (a) ingressou no SINTRAF?
5. O que motivou o senhor (a) filiar-se no SINTRAF?
6. Há quanto tempo o senhor está na presidência do SINTRAF?
7. Antes de ser presidente o senhor assumiu outros cargos no SINTRAF?
8. Qual a principal fonte de renda dos agricultores familiares no município de Conceição do Coité – BA?
9. O senhor (a) sabe qual o número de famílias associadas e o quantitativo de agricultores familiares no município de Coité? Deste quantitativo o SINTRAF conhece o número de mulheres e homens associados?
10. O senhor sabe o quantitativo de agricultores familiares no município de Conceição do Coité?
11. O SINTRAF atua em quantas comunidades rurais no município de Conceição do Coité?
12. Na sua visão o que significa a educação para o movimento sindical?
13. Quais são as principais práticas educativas desenvolvidas pelo SINTRAF?
14. Quem realiza as práticas educativas no SINTRAF?
15. Quem indica as formações no SINTRAF?
16. O SINTRAF tem realizado formações políticas? Em caso afirmativo, qual a periodicidade que elas acontecem e quem as realiza?
17. Qual a concepção que o senhor tem sobre formação política?
18. Como são escolhidos os diretores e os coordenadores de base do SINTRAF?
19. Quais são os maiores desafios e conquistas do SINTRAF nos últimos 5 anos?
20. Quais foram as principais lutas e reivindicações que o SINTRAF participou/organizou nos últimos 5 anos em prol da agricultura familiar no Município de Conceição do Coité e Território do Sisal?

ANEXO

CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

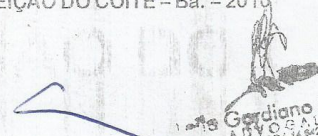
AVERBADO

**ESTATUTO SOCIAL DO
SINDICATO DOS
TRABALHADORES
DA AGRICULTURA
FAMILIAR
DO MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO COITÉ -
BA.**

ATUALIZADO AO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO LEI 10.406/2003

CONFORME LEI 11.326/06

CONCEIÇÃO DO COITÉ - Ba. - 2010


Gordiano G. M.
ADVOGADO
OAB 14.942

CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

AVERBADO

Parágrafo 4º - Uma cópia do Edital de Publicação, deverá ser anexada aos autos do processo Eleitoral.

Artigo 66º - Não se realizando as eleições no prazo previsto no artigo anterior sem motivo justificado reconhecido pela Assembléia o (a) Coordenador (a) e Coordenador (a) Administrativo darão ciência aos demais membros da Diretoria para dentro de dez dias convocar a Assembléia que elegerá uma Comissão Administrativa, formada de 03 (três) membros que dirija o Sindicato e realizará novas eleições durante o prazo definido neste Estatuto, ficando a quem lhe deu causa, excluído de participar de novo pleito para exercício futuro.

Artigo 67º - As eleições de que trata o Artigo 65º deste Estatuto e seu processo Eleitoral, são regidos com base nas disposições preliminares nas páginas seguintes.

CAPÍTULO VIII DOS MANDATOS

Artigo 68º - Os mandatos dos(as) membros da Diretoria, do Conselho fiscal e dos seus respectivos suplentes, terão a duração de 04 (quatro) anos podendo ser reconduzido por mais um mandato na mesma função.

Parágrafo 1º - O (A) diretor(a) poderá concorrer apenas uma re-eleição para o mesmo cargo ou função;

Parágrafo 2º - A diretoria deverá ser renovada em 30% (trinta por cento) a cada eleição, inclusive levando em consideração as questões de gênero;

Artigo 69º - Fica vetado a participação, entre os membros da diretoria, a existência de parentes observando os graus de parentesco na linha reta e linha colateral conforme trata o Novo Código Civil Brasileiro nos Artigos 1.591 e 1.592.

Artigo 70º - Os eleitos já especificados no Artigo 35º poderão perder seus cargos nos seguintes casos:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio do Sindicato.
- II. Grave violação deste Estatuto.
- III. Abandono do cargo.
- IV. Aceitação de emprego que importe em transferência ou afastamento da atividade rural.
- V. Falta de prestação de contas dentro do exercício do mandato no período exigido;

Leite Gomes
10/10/2012

AVERBADO

Parágrafo 1º - a solicitação para destituição da Coordenação de Base Sindical deverá ser fundamentada, garantindo-se amplo direito de defesa observando o presente Estatuto.

Parágrafo 2º - Compete a Assembléia geral decidir sobre o pedido de destituição da Coordenação de Base Sindical, cabendo recurso para a Assembléia Geral do sindicato.

Artigo 63º - Os Coordenadores de Base estão submetidos a todos os deveres e obrigações dos membros da Diretoria do Sindicato.

CAPTULO VI

DO REPRESENTANTE JUNTO ÀS FÉDERAÇÕES E ENTIDADES

Artigo 64º - O representante junto a FATRES – POLO e às Federações serão nomeados mediante indicação da reunião e aprovação da Assembleia Geral, baseado nos temas de cada fórum de discussão, cabendo a representação para cada secretaria a fins, onde terá plenos poderes de representar o Sindicato.

Parágrafo Único – O sindicato poderá filiar-se a entidades não congêneres como ONGs e sua representação dar-se-á por definição da diretoria.

CAPITULO VII

DAS ELEIÇÕES

Artigo 65º - As eleições para renovação da Diretoria, do Conselho Fiscal, deverão ser realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 dias antes do término do mandato dos que tiverem em exercício.

Parágrafo 1º - As eleições serão convocadas por edital assinado pelo (a) Coordenador (a) e Secretario (a) Geral do Sindicato, publicado em jornal de circulação na base territorial do sindicato ou Boletim, periodicamente editado pelo Sindicato divulgados em rádios e serviços de som local quando existirem, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

Parágrafo 2º - A Cópia de Edital será fixada obrigatoriamente na sede do Sindicato, na sede das Coordenações de Base Sindical, repartições públicas, como: Igrejas, escolas, Fórum, agências bancárias, rádios etc., bem como envio de cópia dentro de 24 (vinte e quatro) horas para conhecimento da FATRES.

Parágrafo 3º - O Edital de Convocação mencionará dia, local e horário de início e encerramento das votações, em 1ª e 2ª convocação, bem como o prazo de Registros de Candidaturas, que será de 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ou da sua afixação na sede do Sindicato.

Leite Gordinho Gomes

CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

28
[assinatura]
AVERBADO

Artigo 59º - Ao Coordenador (a) de Base Sindical compete:

- I. Coordenar as reuniões da Diretoria da Base Sindical em sua base e comunidades de sua abrangência;
- II. Juntamente com a Diretoria, representar o Sindicato e defender os interesses da Entidade perante os poderes públicos e entidades de classe, no âmbito da sua Região.
- III. Coordenar e orientar os planos de trabalho da Coordenação de Base;
- IV. Levantar os problemas e reivindicações da categoria na localidade, solucionando-os ou encaminhando-os à Diretoria ou à Assembléia Geral do sindicato.
- V. Não tomar deliberações sem o consentimento da Diretoria do Sindicato.
- VI. Ser responsável pela campanha de filiação junto ao Sindicato em sua base.
- VII. Responsabilizar-se pela implantação do plano de trabalho, bem como por frentes de lutas no âmbito de sua região de atuação.
- VIII. Reunir-se com a diretoria do SINTRAF sempre que convocada.
- IX. Trabalhar pela unidade e manutenção da categoria e da base territorial do Sindicato e dos trabalhadores (as) da Agricultura Familiar;
- X. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto;

Artigo 60º - O Secretario (a) da Coordenação de Base Sindical compete:

- I. Substituir o (a) Coordenador (a) em seus impedimentos, obedecendo às atribuições do (a) coordenador (a) contidas neste Estatuto, a qual não poderá ultrapassar 30 dias;
- II. Redigir as atas participando das reuniões mantendo sob sua guarda os arquivos na Coordenação de Base Sindical.
- III. Ficará responsável por uma frente de luta na sua base de atuação;
- IV. Ter plano de ação das atividades junto à base, como reuniões mensal e outros.

Artigo 61º - O (A) Coordenador (a) de Finanças da Coordenação de Base Sindical compete:

- I. Substituir o (a) Secretario (a) em seus impedimentos, obedecendo às normas deste Estatuto.
- II. Coordenar juntamente com o (a) Coordenador (a) a campanha de filiação, visando à melhoria de arrecadação do sindicato;
- II. Prestar contas ao(a) Secretario(a) de Finanças e Serviços do sindicato, bem como arrecadar as contribuições pagas pelos filiados, mensalmente.

Parágrafo Único - A não prestação de contas ao sindicato no prazo máximo de sessenta dias, implicará na suspensão de suas atividades ou perda do mandato sendo observadas as irregularidades e julgada pela Assembléia Geral da Coordenação de Base Sindical.

Artigo 62º - Os (As) Coordenadores/as de Base Sindical poderão ser destituídos de suas funções por solicitação da maioria simples da base que o elegeu.

[assinatura]
João Gordiano Gomes
20/04/2006

**CARTÓRIO DE REGISTRO
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

AVERBADO

Parágrafo 2º – Considera-se reunião do Conselho Fiscal, presença mínima de 2/3(dois terços) de seus membros;

Parágrafo 3º – Os/as suplentes assumirão suas funções seguindo a ordem do 1º membro ao último membro.

**SEÇÃO IV
DAS COORDENAÇÕES DE BASE**

Artigo 57º - Visando a descentralização e democratização de suas atividades, o sindicato instituirá Coordenação de Base Sindical nas comunidades e Regiões que integram a sua base territorial;

Artigo 58º - A Coordenação de Base Sindical terá a seguinte estrutura: Coordenador, Secretário (a) Geral (a) e Secretaria de Finanças e Serviços, que serão eleitos com igual número de suplentes.

- I. A indicação da Diretoria que compõe a Coordenação de Base Sindical dar-se-á através de voto secreto ou por aclamação em assembléia convocada especificamente para este fim em cada localidade;
- II. Para votar e ser votado na Coordenação de Base Sindical, o associado (a) deverá estar em dias com suas mensalidades;
- III. Havendo renúncia, impedimento ou destituição da Coordenação de Base Sindical, bem como o seu afastamento definitivo da base que o elegeu quem assumirá será o suplente para cada cargo, obedecendo a ordem de 1º ao 3º membro.
- IV. Na hipótese da vacância do cargo da Coordenação de Base, cabe a Diretoria do Sindicato convocar uma assembléia no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para recomposição do mesmo.
- V. A Diretoria do Sindicato convocará as assembléias de eleição das Coordenações de Base Sindical, em caráter ordinário, que deverá acontecer de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos;
- VI. O mandato dos Coordenadores de Base Sindical será de 04 (quatro) anos, podendo ser realizada as eleições até 120 (cento e vinte dias) após a posse da Nova Diretoria do SINTRAF.
- VII. As Coordenações de Base terão plano de ação junto à base coordenado pelo diretoria do sindicato.
- VIII. O mandato do/a Coordenador/a de Base Sindical poderá ser reeleito/a para o mesmo cargo, apenas uma vez.
- IX. Caso exista disputa para renovação dos cargos da Coordenação de Base, fica a diretoria do sindicato com plenos poderes para organizar o processo eleitoral primando pela a ordem e democracia;
- X. Será criado um regimento interno e uma comissão eleitoral pela diretoria do sindicato para normalizar e conduzir o processo eleitoral;
- XI. Eleita a nova diretoria a Comissão Eleitoral juntamente com a diretoria do sindicato empossará os Coordenadores da Base Sindical.

Leila Gordiano Gomes
ADVOGADA